

WUNSCH

Número 8, abril de 2010

PRIMEIRO ENCONTRO
INTERNACIONAL DE ESCOLA
Buenos Aires, outubro de 2009

Boletim internacional da
Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo laciano

Editorial

Este número 8 de *Wunsch* surge como consequência do primeiro Encontro internacional de Escola, organizado, no final de outubro de 2009, em Buenos Aires, pelo primeiro CAOÉ. Depois de seis anos de experiência do dispositivo do passe, e de inúmeras atividades organizadas aqui e em diferentes zonas linguísticas sobre o tema, e após a Jornada européia organizada pelos três CIG precedentes, em 6 de outubro de 2007 em Paris, sobre o tema “O passe, eu o penso, mas”, nos pareceu urgente trazer a discussão a nível internacional.

Nossa Escola se caracteriza, com efeito, segundo as zonas linguísticas, por uma grande variedade de línguas, de culturas, de histórias sobre a psicanálise laciana. Esta variedade se repercute muito normalmente nas diferentes sensibilidades quanto ao lugar em que surge a Escola, segundo os locais e suas diferenças não menos sensíveis às práticas da Escola, que diz respeito à escolha de seus membros, dos AME que designam os passadores, dos passantes, das demandas de passe, e até mesmo o ensino. As questões em suspenso são de duas ordens: epistêmicas, que dizem respeito à passagem a analista, mas também práticas, que concernem às condições de um funcionamento no qual se possa acreditar. Fazer convergir todas as práticas diversas em uma coerência conjunta, que faça contraponto aos desdobramentos locais, só pode ser feito dentro do quadro de nossa opção através do debate com todos os interessados.

É com esse espírito que nós difundimos todas as contribuições e discussões do Encontro de Buenos Aires na rede de EPFCL e na página da internet. O segundo Encontro de Escola está previsto em Roma, na sexta-feira 9 de julho de 2010, véspera do VI Encontro da IF, 12 e 13 de julho. Lá, escutaremos, desta vez, os AE em exercício, os passadores e os membros dos cartéis. Após a discussão com o conselho de orientação da EPFCL-França, nosso CAOÉ tem igualmente previsto um terceiro Encontro internacional de Escola, em Paris, em cima dos três eixos, em fins de novembro ou início de dezembro de 2011.

Este número foi organizado conforme a ordem em que foram pronunciadas as exposições do Primeiro Encontro de Escola, com, na abertura, a apresentação de cada das quatro meias jornadas. Em seguida, são publicadas as primeiras contribuições dos dois atuais cartéis do passe, mais informações diversas.

Colette Soler, responsável pela realização deste *Wunsch* 8.

O Primeiro Encontro de Escola

1. Incidência do passe nas análises

A instituição do dispositivo em uma comunidade supõe uma opção partilhada, que se autoriza de uma leitura dos textos de Lacan que concernem à análise do analista. Em uma Escola, essa opção envolve analisantes e analistas, ela tem efeitos sobre a visada do ato analítico, e sobre a antecipação do fim para os analisantes. Hipótese: em uma Escola que toma o passe a sério, analisa-se de forma diferente em relação a outros lugares.

1ª sequência

Jacques ADAM

Deixar passar

Primeiramente, uma palavra sobre meu título. Com o traço de união, do qual em boa ortografia francesa ele dá a precisão, a palavra “laisser-passer” (por exemplo, na expressão “donner un laisser-passer” – dar um passe, em português) evoca regulamentação, autorização, seleção. Três palavras que podem convir ao passe. Se no meu título eu retiro o traço de união é para dizer que, diante de nossos problemas atuais de relações entre o passe e a Escola, há provavelmente interesse em deixar as pessoas irem mais facilmente ao passe sem que, no entanto, isso signifique uma licença desorganizada. Ao contrário, é preciso, seguramente, organizar melhor o acesso daqueles que querem se apresentar ao passe. Deixar passar com discernimento. Inicialmente, na primeira etapa das comissões de recepção. Mas também no momento final do procedimento, favorecendo as possibilidades de nomeação de AE. Não tenho soluções prontas. Só posso falar dos problemas que conheço na minha relação com o passe e a Escola.

Historicamente, minha relação com o dispositivo do passe em uma Escola foi a seguinte. Recusado sem lisuras no dispositivo de passe que eu pedia para fazer em acordo de meu analista na época do EFP, fui, em seguida, membro dos primeiros cartéis do passe do ECF, onde nós ouvimos vários testemunhos de passe e procedemos a uma nomeação de AE de uma pessoa que, assim que apareceu na cena do discurso analítico, dela desapareceu. Tudo isso não demonstra uma experiência muito positiva. E o balanço, particularmente pouco satisfatório, é que eu ainda não contribuí com o dispositivo do passe nos Fóruns, que nunca designei passadores, que poucos dos meus pacientes pediram para fazer o passe. Perguntei-me se insistindo em “levar a sério o passe”, não havia aí um sintoma pessoal, se eu não procurava ler a etiqueta “garantia real” sobre a face dos AE nomeados, se não me enganava sobre a minha confiança no dispositivo ou se, finalmente, eu nada compreendera sobre o assunto. Enfim, contando muito com a Escola, não havia aí uma forma de resistência ao passe?

Até então, eu sempre pensara que havia uma necessidade de se fazer o passe quando de uma análise e em uma Escola. E conseqüentemente um perigo, uma contra-indicação, um deslize, uma falta que consistia em não oferecer e até encorajar explicitamente esse passe, quer dizer, finalmente, fazer com que ele não despertasse muita vontade, ou, se assim se pode dizer, com que ele não fosse suficientemente amalgamático, com que não houvesse, em suma, o desejo de passe, como se diz que há um desejo de Escola.

Sempre compreendi, talvez de modo muito simplificado, que o passe correspondia essencialmente a um momento que não se podia deixar passar, um momento no qual se devia poder dar todo seu valor, cuja riqueza devia ser apreciada, um momento de “raio”, no dizer de Lacan, um momento do qual Lacan assegura, em todo caso, que é possível prestar contas num

dispositivo adequado, estruturado como uma palavra espiritual e, assim, ligado à função “inconsciente”.

Eu nunca vi a sombra de um “raio” nos testemunhos de passe que ouvi outrora, contrariamente a esses momentos no quais, em uma análise propriamente dita, sobrevém para um paciente essa revelação do novo, a descoberta que faz mudar o curso de uma cura em direção de um trajeto inesperado. Presenciei, recentemente, o testemunho de uma paciente, mas com esta questão: o que vai acontecer agora? Teria chegado para ela o momento do passe ou, para mim, o momento de designá-la passadora? Por que isso se transmite tão dificilmente? Seria o “raio” lacaniano um pouco exagerado, ou sua compreensão estaria desvalorizada? Lacan dava a isso uma grande importância. Ele insistiu, em 1973, em Montpellier, esse clarão do raio, ao qual diz: “(...) tanto me atendo (...) a esse momento no qual se decide, no qual se versa, no qual se entra no discurso analítico”. Daí, diz-se que perder esse momento, deixá-lo passar, seria falta ética da parte daqueles que devem julgar, a menos que se trate de uma colocação defeituosa do dispositivo que, em uma Escola, deveria permitir ouvir esse momento-chave. Mas quem pode julgar essa perda? Se esse momento não for percebido, o erro seria dos passadores ou dos membros dos cartéis do passe? Quem, em suma, resiste em deixar passar os candidatos a quem o dispositivo é oferecido?

A primeira resistência reside, eu mesmo infelizmente o demonstro, no analista, o AME que não designa passadores. Ou, quando o designa, o faz de maneira tímida, prevenindo o paciente contra a recomendação explícita de Lacan de não fazê-lo, para preservar o efeito de surpresa e logo a dimensão do ato, pois designar um passante é um ato. Designar um de seus pacientes passador deve evidentemente ter um efeito na cura. Eu não sei qual. Mas já se falou disso seriamente? O que eu sei, é que não designar o passador não significa perder algo da cura de alguém, nem deixar passar o bom momento de um fugaz raio em sua análise, mas não ter tido algo vindo da Escola para sustentar a possibilidade de seu ato de designação.

Há alguma coisa que não me explico bem. Parece-me haver um número cada vez maior de pacientes enrolados em sua própria via analisante, procurando uma saída na via do analista. Enquanto que antes, antigamente!, parece-me que eu discernia mais facilmente e mais frequentemente um certo frescor no trajeto de alguém, e algo que parecia tornar mais acessível, mais transmissível, a relação entre a análise dessa pessoa e seu desejo de analista. Algo que, se a confiança no passe tivesse existido naquele momento para mim e para o analisante, teria muito naturalmente conduzido este último a experimentá-la. O fato é que se trata justamente de uma das razões da reunião aqui hoje; existe realmente um problema de credibilidade no passe e na Escola, e que sua articulação deixa a desejar quanto ao resultado esperado (muito poucas nomeações de AE) e quanto à leitura dos textos sobre o tema.

Se eu não designei passadores foi decerto porque não tive confiança na Escola nem no dispositivo do passe que ela aplicava. Sem dúvida, não posso dizer por que sem risco de chocar. Muitas vezes duvidei da qualidade dos AE, de suas performances e de sua maneira de falar delas. O mais triste exemplo vem dessa AE da ECF que inaugurou seus ensinamentos por essa frase: “Asseguro-lhes, o inconsciente existe, pois o encontrei”. Não se tratava absolutamente de uma fórmula de humor. Duvidei também da utilidade dos AE na Escola, de seu efeito sobre a Escola após sua nomeação. O que tem um AE tem a fazer após sua nomeação? Confesso, deveras, que não sei. Trata-se de um ensinamento propriamente dito? A palavra ensinamento convém realmente? Trata-se de testemunho? Mas de quê? A pior coisa para um AE deve ser sentir-se obrigado a responder perante sua Escola pelo que se passou para ele. Mas também de ter que calar-se. Pois é claro que o momento de entrada no discurso analítico interessa a todo mundo. E, sobretudo, àqueles que no dispositivo deixaram passar alguém até sua nomeação.

Será que “deixar passar” deve ser compreendido somente como um “empurrão para o passe”, como um efeito de incitação à multiplicação dos pedidos de passe que pode provocar, por exemplo, tal ou qual nomeação de AE, contanto que por si só, ela prove ser o bom andamento do dispositivo? A *ratio* venezuelana (20 membros, três pedidos de passe após a nomeação de AE do nosso colega desse Fórum) parece ter um significado não contestável. Mas essa avaliação

quantitativa é suficiente para demonstrar o aspecto epistêmico do problema, entre outros, que consiste em um fraco número de nomeações? Deixar passar não pode se resumir em dizer que é preciso por em funcionamento o dispositivo de passe de tal maneira que haja cada vez mais nomeações de AE, ou em todo caso cada vez menos de não-nomeações, de deixar no vago, em relação à Escola, quanto aos resultados da experiência e do trabalho dos cartéis. Em um texto de Colette Soler difundido pouco além do CIG em maio último está dito em conclusão: “Precisaria que nosso discurso encorajasse os passantes a contar suas experiências”. Estou completamente de acordo. Tanto mais que “contar” é sinônimo, para mim, de deixar passar. Mas questiono: isso se decreta assim? Ou melhor: como decretar isso?

Houve certamente alguma coisa que impediu que os passantes contassem, com a maior frequência possível, suas experiências. Algo que impediu que eles pudessem contar o efeito do discurso de sua análise. Não seria justamente um efeito de escola, um efeito de um certo tipo de discurso sobre o passe na Escola que encorajou uma supervalorização sábia da experiência ao ponto de impedir alguns de se lançarem, ao ponto de não deixá-los passar? Isso me parece ser um problema sério, uma certa forma de encorajamento para resistir ao passe pela supervalorização epistêmica, cuja forma mais patente é a nomeação de AE imaginariamente e hierarquicamente superestimada. Mas no dispositivo, para que passe e Escola se rivalizem menos, é preciso incluir também no deixar passar o papel dos passadores, passadores estes que seria útil encorajar igualmente para que revelem, diante do cartel, “suas experiências de escuta dos passantes”. Isso, tampouco, se decreta assim. Mas me parece que saber designar um passador não traduz somente um frescor de escuta (que quer dizer também discernimento), nem tampouco uma confiança em todas as etapas do dispositivo, mas também uma confiança no funcionamento inteiro da Escola, além do próprio passe. A prova de uma confiança na Escola se encontra, sem dúvida, no fato de que um analisante não-membro de uma Escola possa ser designado passador por um analista pertencente a uma Escola e aceite funcionar como tal. Chegou-se até a ouvir dizer que esses passadores ouviam e testemunhavam bem “melhor” (entre aspas!) os passadores membros da Escola, no caso, da nossa. A confiança na Escola (ou o desejo de Escola) se torna no caso independente da confiança no passe (ou o desejo de passe). É, talvez, melhor assim.

Concluindo. Uma Escola deve saber deixar passar. Trata-se de uma posição passiva ou de um ato? Quando Lacan diz que seu forte é “saber o que esperar significa”, ele designa, parece-me, a lógica do ato, aquele dos três prisioneiros que não conseguem sair; enfim, que ter esperado que o outro se assinale. A urgência consistia em esperar. Relendo mais e mais esse “Prefácio da edição inglesa do seminário XI”, fico espantado com o emprego da palavra “urgência” por Lacan. “Urgência em dar a satisfação do fim da análise”, “satisfazer os casos de urgência”, “a busca da urgência”. Na análise, tudo seria somente um caso de urgência? Parece-me que sim, mas com a condição de saber, então, o que *esperar* significa, e que o passe é o meio de avaliar a natureza dessa espera urgente do fim da análise que a experiência promete, em sua relação com o mistério da via analítica que, às vezes, acaba por se impor.

Há urgência no fim da análise. É preciso satisfazê-la, nos diz Lacan, isto é, é preciso responder à urgência, o que significaria não esperar, não “deixar passar” algo que seria, em suma, um termo. Mas como não se tem certeza de poder satisfazer essa urgência, em outras palavras, têm-se todas as chances, parece afirmar Lacan, de “deixar passar” o momento de satisfação de fim de análise, então é preciso, ou mais exatamente, pode-se recorrer ao passe “como um meio de prova da hystorização – com um y – da análise”. Esse y não diz nada de bom no que se refere à satisfação da análise.

É uma maneira, parece-me, de dizer que a urgência pode esperar e que isso também quer dizer “deixar passar”.

Tradução: Alba Abreu

O passe não é o que se espera

“E não me queixo dos referidos ‘membros da Escola Freudiana’, antes agradeço-lhes por ter sido por eles ensinado, onde eu, eu fracassei. Esse ensino me é precioso”
Jacques Lacan (*Carta de dissolução*¹)

Em 1978, nas “Jornadas sobre a Experiência do Passe”², Lacan afirmou que nada o aborrecia tanto quanto os congressos, para em seguida fazer uma ressalva e dizer “este não, porque cada um contribuiu com sua pobre pedrinha para a ideia do passe (...)”. Não é difícil imaginar o que aborrecia tanto Lacan nos congressos. Mas os que estavam nessas Jornadas talvez possam nos explicar por que Lacan não estava aborrecido particularmente minutos após dizer que o passe era um fracasso completo.

Lacan, nessa época, era diretor da EFP, participava dos júris que compunham o cartel do passe, era analista de um número expressivo de membros, e continuava apostando na experiência do passe.³

É dessa mesma Jornada a conhecida frase de Lacan: “Quis obter testemunhos e, naturalmente, não obtive nenhum testemunho de como isso se produzia”.⁴ Nas acepções possíveis do termo ‘naturalmente’ utilizado por Lacan, encontramos: “1. aquilo que é essencial ou próprio; 2. com toda certeza; 3. aquilo que é peculiar”.⁵

Ao nos orientarmos pela psicanálise, precisamente pelas contribuições de Lacan, somos advertidos a nos deixar ensinar pela experiência e extrair dela um ensino. Pois é justamente em torno da experiência do passe que sempre recolhemos o que parece ser seu caráter intrínseco: sua inadequação quanto ao que se espera dele. Há 42 anos, desde a promulgação da “Proposição de 9 de outubro de 1967”, a experiência em torno do passe demonstra que naturalmente, o passe não é o que se espera.⁶

Mas uma coisa é certa, Lacan, em todo o seu ensino e no esforço em fazer funcionar o passe em sua Escola, não esperava assentar ou ancorar o analista em qualquer ideal do analista,⁷ nem fazer crer que haveria um objeto que valeria mais que outro.⁸ Quer seja na “Nota Italiana”⁹ em 1973, quando Lacan propõe aos italianos nomear segundo o princípio do passe, correndo o risco que não haja analista, quer seja no texto “Sobre a experiência do passe”, também de 1973, onde Lacan demonstra estar claramente esperançoso com os resultados obtidos nos testemunhos, encerra afirmando que os efeitos do passe “(...) são talvez estragos – afinal, por que não? Todos sabem que tal como somos feitos, nós da espécie humana, estragos é o que pode nos acontecer de melhor”.¹⁰

Após anos de depreciação e idealização do dispositivo do passe e, conseqüentemente, dos AE, acredito que estamos vivendo um momento novo em relação ao passe em nossa Escola: estamos sendo convocados enquanto comunidade de Escola para um trabalho de elaboração/revisão coletiva para repensar seu status, sem depreciação e idealização.

¹ J. Lacan, “Carta de dissolução”, in *Outros escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 319.

² J. Lacan, “Jornadas sobre a experiência do passe”, *Revista Letra Freudiana*, Documentos para uma escola, Ano XIV, n. 0, 1978, p. 63.

³ Cf. E. Porge, *Jacques Lacan, um psicanalista*, Brasília, UnB, 2006, p. 344.

⁴ J. Lacan, “Jornadas sobre a experiência do passe”, op. cit., p. 63.

⁵ A. Houaiss, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

⁶ J. Lacan, “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola”, in *Outros escritos*, op. cit.

⁷ J. Lacan, *O seminário, livro 8: A transferência (1960-1961)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 371.

⁸ Ibid.

⁹ J. Lacan, “Nota Italiana”, in *Outros escritos*, op. cit.

¹⁰ J. Lacan, “Jornadas sobre a experiência do passe”, op. cit., p. 59.

No Encontro Nacional da IF/EPFCL-Brasil, que aconteceu em Aracaju em 2007, apresentei um trabalho sobre o passe.¹¹ Ao reler esse texto, em que cito Lacan dizendo estar “contente com as pobres pedrinhas”, ocorreu-me que nele faço referência ao encontro ocorrido aqui mesmo. Em Buenos Aires em 1996, quando descrevi o “Inesquecível cenário, as luzes, a multidão em torno da apresentação dos AE, como se se tratasse de uma representação teatral com forte apelo ao sentido e à emoção”. Hoje, lanço a questão: quais são os efeitos dessa transmissão?

No Campo Freudiano, assistimos em torno do passe a um retorno a “cooptação de doutos” e os mais diversos interesses institucionais e políticos, totalmente distantes da proposta de Lacan na “Proposição...”, o que produziu um apagamento do discurso analítico. Sem contar com algo ainda mais forte, impregnante: a idealização do dispositivo do passe e do título de Analista da Escola (AE), que encontramos ecos em nossa comunidade.

Desde esse meu trabalho de 2007, eu afirmava que o que se apresenta como “pouco” na nossa experiência com o passe não pode ser sinônimo de precário, sem valor, sem efeitos. Então, quais os critérios que utilizaremos para avaliar esses efeitos? O que esperamos do passe?

Como lembrou Jean Jacques Gorog, “permanecemos manipulados pelos discursos que nos animam”,¹² tal como demonstrou a experiência de Lacan na sua Escola e que o levou a afirmar que “o efeito de grupo entra no efeito de discurso impedindo a transmissão da experiência”.¹³ Cabe perguntar se com o trabalho intenso da nossa comunidade — em tentar livrar o passe das idealizações de outros tempos — será possível colocar o passe no coração da Escola. A experiência tem demonstrado que não é tarefa fácil fazer valer o passe institucionalmente com as pobres pedrinhas colhidas da experiência de cada um. Pois temos um problema, para que o passe sirva à Escola,¹⁴ é preciso que a Escola se sirva dele.

Lacan esperava constituir uma comunidade cujo cerne, dado pela experiência dos praticantes, trouxesse através do ensino correção a esta experiência, “Fina como um fio de cabelo, ela não terá que se medir pela amplitude da aurora. Bastará que a enuncie”.¹⁵

Creio que em nossa Escola não precisamos nos envergonhar de nos satisfazer com pouco. Desde a época em que fui passadora, ecoa em meus ouvidos a frase pronunciada por Juan Uribe a respeito da experiência do passe: “A surpresa de confirmar as razões que levaram Lacan a criar o dispositivo”.¹⁶ O efeito poético dessa frase não esconde o que nos faz apostar no passe. É a partir da perspectiva do vívido dessa experiência, e não de suas idealizações, que o passe é o que se espera.

Levar a sério a especificidade da psicanálise tem como uma de suas consequências não poder corresponder ao que o sujeito espera encontrar quando procura uma análise. Na certeza do encontro esperado com sua fantasia e sua visada fálica, a análise introduz a contingência de um outro encontro, o encontro com o real.

Há um risco constante para a psicanálise: que os tratamentos psicanalíticos correspondam àquilo que espera o sujeito neurótico: atender a sua demanda, a sua ganância de ser e, assim, o recolocar à altura de responder ao clamor do Outro, mantendo sua alienação fantasmática e impedindo que algo do desejo do analista possa fazer efracção. Este risco é colocado a céu aberto por Lacan na “Proposição”¹⁷ do passe que inscreve legível na parede, o que se espera e o que não se espera de uma psicanálise levada a sério.

¹¹ S. Franco, *A atualidade da psicanálise*, Encontro nacional da IF/EPFCL-Brasil, Aracaju, 2007. Inédito.

¹² J.J. Gorog, “O passe, a verificação de uma fantasia e seu lugar na cura”, *Wunsch* n. 7, Boletim Internacional da Escola Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, janeiro de 2008.

¹³ J. Lacan, “Carta de dissolução”, in *Outros escritos*, op. cit., p.320.

¹⁴ B. Nominé, *Para que o passe sirva*, Trabalho apresentado no V Encontro internacional da IF-EPFCL, São Paulo, julho 2008.

¹⁵ J. Lacan, “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola”, in *Outros escritos*, op. cit., p. 281.

¹⁶ J.G. Uribe, “Em torno do passe da EPFCL”, *Stylus*, n.12, Rio de Janeiro, 2005, p. 151.

¹⁷ J. Lacan, “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola”, op. cit.

Recorto da minha experiência do passe um dos momentos importantes quando essa tensão, essa intrusão contida na proposta do passe pode, no singular da experiência analítica, produzir efeitos.

A incidência do discurso analítico com seus cortes permitiu evidenciar no percurso da última análise a posição do sujeito e o que havia sido a análise anterior desde o primeiro encontro: um sucesso.

“Quanto sucesso”, frase ouvida na primeira sessão da análise após relatar com empolgação o lugar aonde havia conseguido chegar após anos e anos de tratamentos psicológicos. A penúltima análise de “orientação lacaniana” tinha renovado as esperanças em conseguir através da sagração do eu, tapear o real sem-sentido, traumático. A eficácia desse tratamento permitiu ao analista dar a análise por concluída, seguido de um convite para dividir o consultório e atividades psicanalíticas, e que permitiu ao analisante procurar um outro analista.

Reafirmar a posição fantasmática do sujeito no lugar da “escolhida” teve como uma das consequências a acentuação dos sintomas: o de não poder valorizar nada e o de não poder falar nada.

A atualização na transferência da realidade sexual do inconsciente, no curso da última análise, situou a interpretação que o sujeito fez de sua “rejeição inaugural”. É frente a alguma coisa da estrutura que está ausente que se inscreve o sintoma da criança, dando uma significação ao desejo enigmático da mãe articulado ao Nome-do-Pai. O corpo é o cenário das manifestações do sintoma: na infância, o sujeito quando confrontado com o furo no Outro, de tanto chorar perdia o sentido e desmaiava. Na idade adulta, o sintoma surge como medo de perder o sentido ao falar. Nasceu entre duas mortes e o desejo da mãe de não ter mais filhos. Recebe o nome de uma sobrinha do pai, que morreria logo após o nascimento, filha de irmã querida e preferida que será sua madrinha: a escolhida, a preferida, a morta. É na fantasia que essa montagem apresenta sua fôrma.

Continuar cuidando do Outro e a promessa de um dia falar tudo, falar bem sobre o sexual, encontrou sua possibilidade de realização na escolha feita desde muito cedo de ser psicóloga.

Mas é ali onde menos se espera que a direção do tratamento vai levar o sujeito a um limite, a um esvaziamento dessa produção fantasmática, até o ponto de produzir um ato. Ali, onde menos se espera, haverá um encontro, não mais com o Outro (que é o que o sujeito espera), mas com o real. E é na contingência do ato analítico que o desejo de analista inarticulável “tem um lugar por um dizer pelo qual modifica o sujeito”.¹⁸ Um desses momentos, um ato em questão, separar-se do consultório e das atividades psicanalíticas com a penúltima psicanalista, produziu como efeito uma intensa angústia, dores físicas especificamente no coração, várias idas ao hospital, sem nenhuma causa orgânica, acompanhada da frase: “era melhor morrer do que passar por isso”. Em seguida outras perdas decorrentes de um processo de difamação provocado por essa separação.

Essa ruptura em ato, momento de separação, de passe, evocou o final de análise. Assim como outros momentos de separação produzidos na análise, produziram modificações no sujeito e, conseqüentemente, efeitos na vida: ter satisfação em cuidar de sua própria vida (marido, ter um filho etc.). E em relação à psicanálise, pode aceitar ser passadora, pois já não se tratava mais de falar bem (do ideal), mas falar a partir daquilo que escapa ao saber, o que incidiu na posição com os pacientes, permitindo consentir com o silêncio e ouvir os pacientes, descolada do sentido.

Em uma Escola que leva o passe a sério, o passe orienta a experiência da análise para o final. Orienta para que se produzam as condições necessárias à produção do ato analítico. Orienta para não transformar a prova do final de análise numa idealização que os AE nomeados transformariam em eventos teatrais para garantir a boa consciência de todos.

¹⁸ J. Lacan, “O ato psicanalítico”, in *Outros escritos*, op. cit., p 371.

É a análise levada ao ponto de separação por uma ruptura em ato¹⁹ que pode sustentar a aposta no real da experiência. É o que, eventualmente, pode *levar alguém a não esperar nada do passe*. Foi este efeito produzido pela análise que, na minha experiência, me impulsionou a reiterar minha escolha pela psicanálise, apostando no passe.

2ª sequência

Michel BOUSSEYROUX

Passé e fim pelo nó

O que o passe tem a ver com a topologia de Lacan? E por que ele tem a ver com esta topologia, até o final de seu ensinamento e de sua prática? Essa é a questão que, agora, não me parece inútil reabrir espaço, tendo sob o olhar sua experiência clínica, por mais difícil que seja para mim torná-la esclarecida.

A teoria do passe que inova a *Proposição de 9 de Outubro* foi pouco a pouco amadurecida na “Lógica da Fantasia” e posteriormente no *O Ato Analítico*, onde Lacan chega a pensar o passe como corte da repetição, quer dizer, corte da demanda ($S \times D$) que o objeto *a* produz.

Esta teoria do passe pelo objeto *a* e a queda da segurança dada pela fantasia chegam a sua finalização topológica um pouco mais tarde, em 1971, no *L'étourdit*. Aí Lacan descreve – cito – “o fim da análise do toro neurótico”. O toro é a estrutura que dá conta tanto das voltas da fala quanto do não sabido do dizer no tratamento, e sobre a qual a análise opera em *três tempos*. O primeiro aplaina o toro por uma dobra que o torce na forma de uma *falsa* banda de Moebius. O que é este toro aplainado no tratamento? É a neurose de transferência, aplainada pela transferência, a história do sujeito tomando a dobra da história da análise.

O segundo tempo é o *do passe pelo corte do dizer que chama interpretação*, seguindo o oito interior desta dobra, o corte que faz do toro um laço bilatério retorcido, o objeto *a* consistindo nesta queda de material e o sujeito se reduzindo estritamente ao insubstancial do corte.

O terceiro é o final, o “luto do objeto *a*”. Ele dura o tempo necessário para que se faça a costura borda a borda deste laço, que cria a banda de Moebius verdadeira, pela qual se assegura, podemos ler no *L'étourdit*, “o estável do achatamento do falo, ou seja, da banda onde o analista encontra seu fim”

Então, por que Lacan constrói esta topologia? Para apresentar, na sua consistência topológica, o irrepresentável do objeto *a* e, sobretudo, mostrar em uma abreviação surpreendente a *modificação da estrutura* a se resgatar de uma análise finalizada; *lá onde estava o toro (bilátero e orientado) de minha neurose, eu devo advir ao moebiano (unilátero e não orientado) do desejo do analista*, o corte que efetua o passe sendo a *condição* da dita modificação. Tal é a releitura do *no es war* freudiano subjacente, parece-me, a apresentação lacaniana da modificação produzida pela operação analítica.

Sendo esta conclusão topológica da proposição de 1967, anterior à introdução do nó borromeano, se impõe então a questão de saber se ela ainda permanece válida após os remanejamentos borromeanos da doutrina, e em que estes puderam modificar ou renovar o que, entre 1967 e 1971, Lacan considerava haver conquistado.

O fato é que com o enodamento R.S.I., o objeto *a* muda de estatuto: ele não consiste mais como superfície, ele *ex-siste* como ponto de amarração do nó. Também é fato que o sintoma toma a dianteira da fantasia para dar conta do fim da análise, a separação final se define pela identificação ao sintoma. Ainda há o fato que também o inconsciente modifica seu estatuto: no início, comparado ao simbólico, Lacan terminará apresentando-o, em 10 de outubro de 1978 em Sainte-Anne, como real, *elo do real ao qual o elo do simbólico* “impõe sua lei”.

¹⁹ C. Gallano, “Não sem passar pelo real”. Inédito.

No entanto, o Lacan borromeano não abandonou o Lacan moebiano. Longe disso. Desde o início do seminário sobre *L'Une-bévue*, ele não somente introduz nos seus nós a problemática do toro, cada corda do nó tendo a consistência de toro, como em dezembro de 1976 ele volta a mostrar o corte do toro segundo a dupla volta de *L'étourdit*, modificador da estrutura. O que acentua ainda mais o fim do seminário *Le Moment de Conclure*, verdadeiro momento de retorno de Lacan ao moebiano. *Se é que o inconsciente pode ser dito real, é porque ele é moebiano*: a banda de Moebius simboliza o inconsciente real enquanto que “no inconsciente estamos desorientados”. Estamos desorientados da mesma forma que na Banda de Moebius.

É legítimo dizer que a partir de 1976 — o que mostra o *Prefácio da Edição Inglesa do Seminário XI* —, o passe é pensado como passe pelo inconsciente real, e não mais pelo objeto. *Seja ele pelo objeto ou inconsciente real, deve ficar claro que, nos dois casos, há passe AO MOEBIANO. E que não há entrada no real moebiano do fim sem o corte do passe.*

Mas então, de 1960 a 1976, seria evoluir do igual para mesmo? De forma alguma. Claro, nas primeiras lições do seminário *O Momento de Concluir*, quando ele refaz seus cortes no toro, Lacan continua a pensar o passe como corte, mas não é mais do toro da neurose de *L'étourdit*, nem do toro do sujeito enlaçado ao toro do Outro de *L'Identification*, do que se trata agora. É — pelo menos a hipótese que me arrisco fazer — sobre o elo S do simbólico, borromeamente encadeado a 2 ou 3 outros elos tóricos, que Lacan pensa agora o corte da interpretação, logo, o passe. O corte interpretativo deste toro — é muito importante notar — *não desfaz* o nó borromeano, seja ele de 3 ou de 4. Ao contrário, ele faz um nó, um *nó corte*, o mais simples sendo o nó de trevo. Chamo *nó de passe* este nó que é a *execução de corte* do passe.

Por permitir transformar o toro S do inconsciente simbólico em banda de Moebius, o nó corte do passe abre assim o inconsciente real, sem desfazer, no entanto, o nó borromeano. E o que escreve melhor o real é a banda de Moebius, não mais *simples* (com uma meia torção) como no *L'étourdit*, mas triplo (com três meias torções), resultado da execução de corte que eu falava e a qual Lacan se interessa particularmente no fim do *Momento de Concluir* e no início de *Topologia e o Tempo*.

Notem bem que a borda desta banda, *por si só*, faz nó — *enquanto que o oito interior para fazer nó precisa do elo do objeto a — e que este nó dobre seu real não orientado à lei de seus por cima/por baixo.* Pois o que Lacan procurava, nas suas tentativas mais de uma vez fracassadas, de representações topológicas do inconsciente real, não era nada mais que *se orientar*, graças à representação *na estrutura*, para aí encontrar o caminho de sua prática de analista

Assim, em 1978, o fim não é mais pensado como o *achatamento do falo* que desaliena da identificação primária, mas como *achatamento do nó que, por fazer borda ao inconsciente real, faz orientação na estrutura.*

A partir de então, a análise tem seu fim no *nó mínimo do falasser*. Pois este trevo é o mínimo que se pode escrever para representar, “antes mal que pior”, como diria Beckett, o que entorno do topos do objeto *a*, o falasser goza: do sentido, do falo e do Outro. É a partir do momento que, desde 1975, ele assim cifra a estrutura, que Lacan substitui, prefere, o inconsciente de Freud pelo falasser. Visto dessa maneira, a satisfação do fim seria *satisfação de fazer este nó corte do falasser*, satisfação de amarrar a tripla volta que escreve o real.

Ao introduzir o tórico no nó borromeano, Lacan hys-torisa a estrutura. Ele não faz nada mais que introduzir o tempo e seus contratempos, à história com *i*, na sua topologia dos nós, ele introduz a histeria e sua verdade mentirosa que, no *L'étourdit ou os Contratempos*, da peça de Molière, põe seus bastões nas rodas do desejo. O toro, digamos, é *mentiroso. Ele é, como dizia Freud da verdade, jesuíta, porque tem duas caras e é dobrável.*

Esta mentira é a da identificação, tal como Lacan a revisa em 1976. Dobrado, um dos toros do nó contém em seu interior os outros. A dobra do simbólico é o *próton pseudos* da histórica pelo qual ela se torna Outro, totalmente sustentada, no interior, pela verdade mentirosa de seu amor pelo pai. Muito bem, mas como resolver o embaraço, o toro no nó e o nó no toro, que liga a verdade ao real? Sim, pelo corte do dizer que, ao criar a banda de Moebius, cria a “histórica perfeita”, ou seja, uma “histórica sem sintoma, salvo de tempos em tempos”, que Lacan, em

L'Une-bévue de 14 de dezembro de 1976, teve a incrível audácia de se dizer ser, *de tanto ter um inconsciente ele o unificou com seu consciente!* Uma vez que a satisfação do fim seria reduzir ao moebiano a mentira do toro bilátero, como lugar de inscrição dupla e do *sentido* duplo. *Analista, mais um esforço se vocês querem ser moebianos!*

O passe e sua modificação de estrutura não são conceituáveis sem a topologia (a lógica do grupo de Klein, inicialmente usada em 1967, dando apenas uma primeira abordagem do que o passe separa). Uma Escola que leva o passe a sério é uma Escola que leva a sério a topologia, já que ela se refere, para Lacan, a nada menos que sua “prática do dizer”. Ao mesmo tempo – e este não é o menor dos paradoxos – *da topologia, podemos muito bem nos privar em uma Escola, com a condição de nos servirmos do que Lacan inventou: do passe como dispositivo e procedimento!* Pois, a topologia é para Lacan seu tempo, seu tempo para compreender o real da experiência. É o tempo para compreender o passe.

Mas para nos servirmos dele implica mantermos em aberto as três questões seguintes:

1. Onde estamos, hoje, na nossa prática do dizer?
2. Como não se trata de imitar Lacan no nosso uso ou desuso da topologia, como, *quando analisamos*, nos orientamos na estrutura, com ou sem a topologia?
3. Como conseguiremos que o nó do inconsciente *satis-faça*, se faça real o bastante?

Tradução: Olympio Xavier

Trinidad SANCHEZ-BIEZMA DE LANDER

O passe: um passo para a transmissão

“O riso acontece nos cartéis do passe. Ocorre que um riso acabe por surpreender, quer seja os passadores e os membros do cartel durante os testemunhos, quer seja os membros do cartel ao longo de seus intercâmbios posteriores. Este riso surpreende, imprevisto pelo passante, certamente, como inesperado pelo cartel, torna a coisa, esta coisa séria, de repente, alegre (...) Este riso, não é que ele não seja nada, ele nos indica que estamos em presença de algo ‘da própria colheita’ do passante”.

Sol Aparício, 2007, “De sua própria invenção”, *Wunsch*, nº 7, p.22.

Perguntar-se sobre a transmissão não é banal, tampouco o é perguntar-se se todo o esforço que faz Lacan para ajustar a escuta e tratar de sintonizá-la com a teoria torna realmente a psicanálise transmissível.

Porque fazer Escola, estando em jogo a transmissão, é produzir um discurso de psicanálise em psicanálise. O que faz Escola não é o que a Escola reproduz no melhor estilo universitário, não é o que é repetido numa espécie de fascinação, tampouco é o material que obtura porque seduz. O que faz Escola é a transmissão do que se faz na Escola, esse é o seu destino.

Mas, como transmitir algo desta experiência sempre inefável? Os testemunhos nos dizem algumas coisas, por exemplo, eles revelam o estilo de cada um,; isto é, a idéia que cada um tem do inconsciente, e como tal, a maneira de utilizá-lo no momento de analisar.

Por qual outro meio podemos transmitir se não pelo testemunho de um desejo ancorado em uma experiência? O que o ato de transmissão põe em jogo não é um atropelo, mas um desejo, não é uma transgressão, e sim esse conflito permanente entre lei e vida, conforme já escrevia Kant, e que faz do homem um sujeito ético. O que se transmite é algo que não é palavra, é uma singularidade da palavra de dizer aquilo que a funda, mas que é, por sua vez, indizível.

Por isso não podemos confundir transmissão com doutrina; a transmissão resulta de um dizer distinto e esse dizer não é um código formal, é um ciframento. Trata-se, na transmissão, do inconsciente. O inconsciente é o texto cifrado do sujeito, do sujeito do trauma, desse sujeito marcado pela participação do vivente anterior à representação e à intencionalidade. Esse momento no qual não se tem os recursos, nem instintivos nem discursivos para viver, para tomar

a vida que nos é dada, porque, recordemos, o ser que vem ao mundo, que nasce para a vida do falante desde sua entrada, está perdido.

O inconsciente necessita da aparição original do trauma, do não pertencimento, e isto dá um valor singular, sintomático à vida do sujeito. O sintoma é o produto de um modo de inscrever o traumático, de inscrever esse encontro singular de um falante com o vivente. O sujeito não provém da consciência, é anterior a ela, é oriundo da pulsão, e essa verdade o nomeia como filho do trauma. Ele busca o real, mas é uma busca frustrada porque o que se encontra são palavras. O que é cifrado no inconsciente não é uma prova fidedigna do que se busca, o real. A prova só pode vir do efeito confirmado, sentido pelo sujeito na cura mesma desse efeito experimentado que nos ensina a eficácia do simbólico, ou melhor, o impacto do simbólico sobre o real.

No meu caso foi a palavra, a palavra causativa do sintoma que, quase sem filtro, acudiu à minha memória e, em seguida, o poder da frase que a incluía desfazendo tudo. Não se trata de procurar, nem tampouco de encontrar. Não é um escavar no fundo de um poço para ver se encontramos, é esperar na borda até que algo mine e ocupe seu lugar no texto. Roberto Juarroz o diz assim:

“Tirar a palavra da posição de palavra
e colocá-la no lugar daquilo que não fala...
Conseguir que a palavra adote
o licor esquecido
do que não é palavra,
mas expectante mutismo
na borda do silêncio”
(*Doceava Poesía Vertical*, 1991)

O que é decifrado entrega algo a mais que o sentido dos sintomas, “entrega a linguagem de seu inconsciente: um enxame de S1 feitos Significantes Mestres do gozo, ou a letra fora da série do sintoma. Esta linguagem decifrada não é senão tentativa de saber: Por quê? Porque na língua “o um encarnado na língua fica indeciso entre o fonema, a palavra, inclusive todo o pensamento” diz Lacan em *Mais, ainda*. O decifrado é uma tentativa de captar algo dos efeitos de lalingua sobre o gozo” (Colette Soler, 2008, “O inconsciente real, suas consequências para o passe”). *Lalingua* produz efeitos, efeitos que são experimentados por afetos inesperados e misteriosos. Este rasgo de discordância entre o afeto e o signo, que mostra a dupla verbo-gozo, e que revela que o que é dito produz efeitos de humor dissociado das significações.

Mas também este real, este inconsciente real se manifesta no lapso, diz Lacan. O lapso se mostra pela aparição de uma palavra imprevista, fora de sentido, mas não fora de gozo; é uma palavra com excesso de peso, de gozo inefável, pessoal. É um significante fora da cadeia, mas entronizado, instalado no campo do gozo.

Então, o melhor que podemos fazer com nossas construções é provar que elas têm uma relação com o real. Mas, como demonstrar que essa construção não é uma ficção? Freud o dizia, em “Construções em análise”, que a construção, desde o ponto de vista terapêutico, tem o mesmo efeito que uma lembrança recobrada. A convicção da verdade da construção cura, mas não prova o real; e aqui nos encontramos outra vez com uma questão ética: se nos contentamos em crer na ficção porque tem uma parte de verdade, nos encaminhamos para uma religião privada.

A orientação para o real é outra coisa, pela força que exerce em direção ao impossível é um corretivo contra esta crença. O real deve ser buscado do lado da operação que a linguagem efetua sobre o sujeito.

Aqui está o vínculo entre cura-passe-desejo do analista, que se apóia, no meu entender, não apenas na firme convicção do inconsciente que o faz analista, mas também em que a finalidade do passe não é outra senão a transmissão dessa convicção que Freud exigiu do aprendiz de analista: a convicção da existência do inconsciente. Lacan acrescentou em *R.S.I.* que o inconsciente é o real: “é o real que é furado pelo simbólico”.

Lacan vai propor ao longo de seu ensino versões do passe, as quais considero que não se suprimem umas às outras, mas sim se reúnem até alcançar a última que as engloba.

Em 1967 Lacan falará da cura como experiência de saber que levaria à aquisição de uma verdade sobre o ser com a emergência do objeto *a*. É uma solução em termos de saber sobre o desejo e uma transformação do ser do sujeito. O passe como procedimento capta esse momento.

Em 1973 ele acrescenta “a não relação sexual”. O que se põe aqui em jogo é um saber que possa sustentar-se sobre esse impasse. O final de análise deveria produzir nesse momento um saber no real e determinar esse real de uma maneira nova. É o momento científico do passe, donde se percebe o saber fazer com esse real.

Em 1976, o passe é dar o melhor testemunho possível da verdade mentirosa. É o que se define como *historisterização* da análise. No entanto, isto não é tudo. Se em 1967 o passe é pensado em termos de desejo e verdade, em 1973 em termos de saber, em 1976 é pensado em termos de satisfação. Em termos da satisfação que marca o final da análise. Define-se em maneiras de gozo, e não de desejo. É a aspiração de sair do espelhamento da verdade, dando preferência aos pedaços de real que podem ser peneirados na experiência.

No inconsciente freudiano se reconstitui uma história. Mas depois de uma análise não nos encontramos com uma história, mas sim com fragmentos de escritura e pedaços de real. Em seguida, com isso se pode construir uma *Historisteria* para ser contada aos outros. Fazer o passe não é fazer-se historiadora de si mesma, mas antes manter essa fissura aberta; é estar entre a brevidade do relâmpago que já passou, o que já se escreveu e o imprevisível que ainda deverá escrever-se.

Lacan no “Prefácio da edição inglesa do Seminário 11” afirma que “a pergunta continua sendo a do que pode impulsionar alguém, principalmente depois de uma análise, a historisterizar-se por si mesmo”,²⁰ se utiliza-se do ípsilon²¹ é porque não se trata de objetivação. Trata-se de elaborar na análise o que foi possível fazer sentido com o real, e inclusive, na ocasião, necessariamente tapando os buracos que separam os pedaços, conseguir fazer-se aprovar. Aplaudir, termo que evoca a satisfação suscitada nos outros, nos colegas. Este riso que emerge na ausência do passante, seja nos passadores, seja no cartel, por que não em ambos, e que fala dessa *historisterização* enquanto histeria que aponta o outro.

Pedir o passe é uma demanda de escuta, que se tem destinatário, se faz na solidão. Pedese: *ouve, escuta, não importa que estejas ou não de acordo, apenas que digas se o escutado transmite algo do que não se pode dizer sobre o novo laço entre o gozo e o significante*. Uma demanda que não é demanda de sentido, pelo contrário, o sentido ficou atrás, sofreu transformações, tantas que em sua virada modificou a transferência. Uma demanda em solidão, um isolamento, somente parasitado por alguns passadores, por alguns curiosos de profissão que levarão os pedaços a outros, um quase nada, uma singularidade. Até o último momento, o cartel deseja saber, está à espreita e assim pode captar, por exemplo, uma mudança radical com relação ao saber e ao gozo, ou pescar uma “*extravagância*”, conforme o nomeia Dominique Fingermann (2006). “O momento do passe”, esse quase nada cujo efeito imprevisível é produzido e que por sua vez explica o dito que produz efeitos de humor dissociados das significações.

Aquele que passa pede à Escola a garantia com respeito à formação que a Escola lhe deu. A demanda do passante é uma resposta a uma oferta de passe que a Escola propõe. Ele está no quício,²² e poderíamos perguntar por que ele quer atravessar esse umbral, por que quer essa garantia se já se autorizou por si, por que quer que a Escola o garanta, pode contentar-se com funcionar como analista. Já o faz e pode ser que o faça há algum tempo, se autorizou como consequência de sua análise. A autorização é uma condição necessária. Por que não é suficiente, por que insiste em querer um pouco mais, ainda mais? Talvez porque sabe que funcionar como

²⁰ No original: “la pregunta sigue siendo la de qué puede impulsar a cualquiera, sobre todo después de un análisis, a historizarse por sí mismo”.

²¹ O termo utilizado no castelhano é *historización* e, portanto, *historizarse*, palavras que se escrevem com *y*.

²² Gonzo de porta.

analista é apenas aquilo que torna provável a *ex-sistencia* do analista, tal qual Lacan o diz em “Nota italiana”.

A questão é submeter à prova essa posição para a qual se autorizou a partir de sua experiência de análise. “E assim, o desejo do analista é este lugar de onde se está fora sem pensá-lo, mas, uma vez que se está nele, é ter saído de verdade, ou seja, não haver tomado essa saída senão como entrada, no entanto não é qualquer porque é a via do psicanalisante” (“Discurso à EFP”).²³

O desejo singular que podemos chamar *desejo de, desejo em direção a*, amarra um saber singular com uma causa universal: a do sujeito que põe o mais íntimo a serviço de outros. Franqueamento do pudor no dizer que estaria a serviço de uma ética, ética do bem-dizer a propósito do furo da castração. Furo também no saber, porque esse segue, mas tem um limite. Limite que permite saber não apenas o que se sabe, mas também até onde posso saber. Lacan em “Intervención sobre el pase” dizia que o sujeito não aprendeu tudo na experiência analítica, mas lhe foi revelado um saber que não é da ordem do conhecimento.

Histeria e estrutura de chiste são reproduzidas no passe e em sua transmissão. Trata-se de um novo laço com o Outro que não implica fazer do passe um testemunho da verdade. O passe supõe que havendo encontrado algo do inconsciente, se chegou saber que a verdade é um espelhamento, o qual se esgota e que encontra um ponto e um final, quando diante do inconsciente se encontra a satisfação própria que marca o final de análise. Isto é, nestas perspectivas de medir o verdadeiro com o real é central a noção de satisfação. Mas não só a satisfação alcançada pelo sujeito no final e que ressoa sobre o fundo da insatisfação neurótica, mas também a ideia de que no procedimento do passe — concebido como histeristorização — é crucial “obter a satisfação dos colegas”, claro que teríamos que precisar em que se apóia esta satisfação dos outros.

Há uma satisfação que pode ser alcançada pela identificação, pelo entendimento ao compartilhar coisas em comum. Uma satisfação na qual a ressonância é a do corpo enquanto imaginário, a que faz a boa forma do Um, do uniano. Isso é próprio de todo grupo, mas creio que a satisfação que Lacan destaca no passe é outra coisa.

O cartel do passe encarna para o passante o Outro da Escola e que enquanto tal pode dizer sim ou não ao neologismo que o passante apresenta. Ou seja, dizer sim ou não ao seu achado como diferença em relação à norma. Mas justamente neste desvio em relação à norma é que se apresenta o mais de gozar, como no chiste, donde no seio mesmo da harmonia cresce de pronto um excesso singular. Assim, podemos dizer que é precisamente quando esse desvio, índice do mais de gozar, introduz uma satisfação no cartel que significa que algo se transmite. Essa história que se conta, feita de pedaços, de retalhos, se produz satisfação nos colegas, seria uma espécie de confirmação de que há algo novo no dizer.

O milagre da satisfação se produz no momento do fracasso no dizer, quando na própria mensagem, sempre insuficiente, o outro chega a entender o que está mais além da linguagem, chega a entender justamente no fracasso do dizer. Uma satisfação que surge do cercar o que não se pode dizer, do que não pode traduzir-se em saber, o que não impede de fazer ressoar esse gozo no saber.

O passe produz um elemento incalculável, e isso faz com que por mais que seja um diapositivo de avaliação, é uma avaliação que não se submete a uma regra, ao contrário, introduz um elemento probatório que não está do lado da regra, e sim do lado da exceção. A legibilidade do testemunho é inversamente proporcional a carga de gozo que afeta os elementos que se transmitem. O passante pode fazer entender os pontos cruciais de sua experiência na medida em que está separado dela.

²³ No original: “Y así el deseo del analista es ese lugar de donde se está fuera sin pensarlo pero desde estar en él, es haber salido de verdad, o sea no haber tomado esta salida sino como entrada, no obstante no es cualquiera porque es la vía del psicoanalizante”. (Lacan, Discurso à EFP)

Depois do passe, em seguida desse trajeto não determinado nem pelo amor nem pelos ideais, nem sequer pelo pai, mas antes produto de um desgarramento, de um desprendimento que em sua brusca saída deixa as amarras que o mantinham preso, se produz algo imprevisto, um quase nada: a mudança de título de um trabalho a apresentar. O novo título é: “*Una mirada perdida*”.²⁴ Este retorno, mais formalizado da questão do objeto se me impõe como uma continuidade do meu passe, é um deslizamento a partir do qual é possível “*tomar la antorcha*”.²⁵

Tradução: Maria Luisa Sant’Ana

2. Como se nomeia um AE?

Podemos utilizar o dispositivo do passe para explorar a diversidade dos passes efetivos que tornaram o ato analítico possível (conforme a primeira ideia de Lacan)? Ou devemos nos ater ao delineamento sobre o passe que Lacan em seus textos nos dá? Devemos levar em conta que em relação aos delineamentos há pelo menos dois, e que são diferentes entre si: o de 1967, a “Proposição sobre o psicanalista da Escola”, e o de 1976, “Prefácio da edição inglesa do seminário 11”. No passe, o que está em questão é a passagem do psicanalisante a psicanalista.

1ª sequência

Antonio QUINET

A variedade do passe

A Escola é o lugar onde cada analista, diz Lacan, pode “dispor de sua relação com esse ato”.²⁶ Dispor da relação com o ato analítico significa estabelecer, falar, escrever, restituir, transmitir o ato analítico para que dele o analista possa dispor. Esse dispor se conjuga com expor. No entanto, há uma aporia relativa, tanto ao desejo do analista quanto ao ato analítico, que é a resistência de passar ao dito, próprio do real, que está em jogo na formação do analista. A Escola é o Outro como lugar desta aporia; é o lugar da dificuldade lógica em relatar o ato analítico. Não é o Outro consistente que goza, não é um Outro que possa ser encarnado. É o Outro como lugar, o Outro para a averiguação do desejo do analista, que, por definição, é um desejo em que o Outro falta. A Escola não pode ser o Outro que agencia esse ato, mas o lugar onde o analista pode demonstrar em quê seu ato agencia a Escola.

O termo da transferência

Lacan se refere na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola” ao termo da relação da transferência quando, em sua resolução, o desejo não espera mais nenhum objeto que o satisfaça, o que corresponde à travessia da fantasia e à destituição subjetiva. Trata-se da queda do sujeito suposto saber, a desvinculação do desejo do sujeito do desejo do Outro suportado pelo analista, tendo como resultado que o analista não ocupa mais o lugar de objeto na fantasia do sujeito, e o desejo é então experimentado como “sem o Outro”.²⁷ O desejo do analista é uma incógnita “x” que o analisante deve resolver no final de sua análise para poder largar o analista e terminá-la. Em termos analíticos, o desejo, ao termo da transferência, não espera mais nada, não espera a promessa de satisfação, de realização — é pura falta. O que significa que antes ele esperava receber — receber um complemento de ser para satisfazer o sujeito em sua falta de

²⁴ “Um olhar perdido”

²⁵ Tomar o facho de luz, a tocha de fogo etc.

²⁶ J. Lacan, “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, in *Outros escritos*, op. cit., p. 267.

²⁷ A. Quinet, “O ato psicanalítico e o fim de análise”, in *As 4+1 condições de análise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

ser, o sujeito como falta-a-ser. Quando o desejo se “resolve”, nesse momento a causa da transferência, longe de se liquidar, se desaloja do analista e se torna causa analítica. A causa não foi liquidada, mas houve resolução da transferência. A relação transferencial analítica tem um termo que é estrutural e lógico. Sustentar que ela nunca termina é uma impostura equivalente a sustentar que, após encontrar a inconsistência do Outro na análise, o sujeito reconstitui o Outro na Escola através da transferência de trabalho. Isso é um modelo carreirista. Não é obrigatório, nem necessário, que a transferência analítica se transforme em transferência de trabalho.

Passe e fim da análise

Temos indicações de Lacan de que a passagem do psicanalisante a psicanalista no processo analítico corresponde ao final de análise. Mas há outras indicações que as diferenciam, como veremos adiante. Vejamos primeiro o passe no final de análise.

O término de uma análise corresponde à solução do enigma (x) sustentado pelo desejo do analista. Esse “x” equivale ao ser do sujeito, que pode se apresentar com dois valores distintos: $(-\varphi)$ e (a) . O $(-\varphi)$ é a hiância, o furo, que corresponde à castração, ou seja, à falta no Outro como tesouro dos significantes indicando que não há palavra que designe o que é o ser do sujeito; não há garantia de uma localização segura do sujeito no desejo do Outro; e que o Outro do amor, como ideal a ser encontrado, aquele em que eu poderia me aconchegar e ficar para sempre em seu âmago, é faltoso. Essa falta também retorna para o sujeito como complexo de castração, limitando-o tanto em suas exigências (do supereu), quanto em suas realizações idealizadas (do ideal do eu que o impeliram a uma luta vã). A falta no Outro retorna para o sujeito e denota assim a divisão subjetiva e sua incompletude, tanto em sua relação com o objeto a quanto com o Outro. O objeto a , como solução de ser, surge da conjunção entre a impossibilidade de o sujeito encontrá-lo no significante e a constância e indestrutibilidade do desejo articulado a esse objeto mais-de-gozar em suas diferentes modalidades: objeto oral, objeto anal, objeto olhar e objeto voz.

Nessa passagem, o analista, sustentado como sujeito suposto saber e detendo o *agalma* como semblante de objeto causador do desejo do sujeito, cai e perde sua consistência como ser. “Nesse *des-ser* revela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao *agalma* da essência do desejo.”²⁸ O *des-ser* do analista permite a seu analisante vir a ser analista para outro sujeito; ele passa a ser esse saber suposto. E o analista? *Sicut palea* — virou nada, “como estrume”.²⁹

Assim, o desejo do analista que sustentara a operação foi solucionado como enigma e o analisante destituiu o sujeito suposto saber que ele delegava ao analista, mas que também o sustentava como sujeito representado por suas identificações significantes no Inconsciente. Isso quer dizer que a função “sujeito suposto saber” é tributária da associação livre, do deciframento inconsciente, do deslizamento significativo e de suas conexões com outros significantes. Essa função se dá no entre-dois desse espaço constituído pelo analista e o analisante. A destituição subjetiva é simultaneamente uma destituição do analista desse lugar de saber e do sujeito do Inconsciente, o qual se revela um *saber sem sujeito*.

É o momento de travessia da fantasia em que são disjuntos seus dois termos: o objeto cai e o sujeito é destituído. Sua destituição é tanto da fantasia quanto dos significantes primordiais que determinavam as identificações do sujeito — o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía da fantasia.³⁰

Lacan chama essa passagem de “porta” e o acontecimento que aí ocorre de “*virage*” (traduzido por “reviravolta”, admitindo também a tradução de “virada”, “volta”, “viramento”) — termo da Marinha relativo à manobra do navio em que este muda de direção, sendo empregado em geral para o veículo que vira para a esquerda ou direita, ou dá a volta. O passe como *porta* indica a transposição de um umbral, ou seja, de um lugar para outro.

²⁸ J. Lacan, “Proposição 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola”, op. cit., p. 259.

²⁹ Idem.

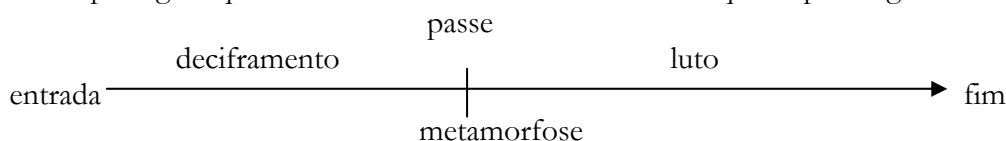
³⁰ Idem.

Dentro dessa perspectiva se dá a “liquidação” da transferência, liquidação da transferência que corresponde à solução do enigma do desejo do Outro sustentado pelo (“x”) do desejo do analista. Resolução, portanto, que articula à falta no Outro (o que o torna inconsistente e conseqüentemente faltoso como garantia) e ao objeto *a*, tendo como consequência a destituição subjetiva e a destituição do analista de seu lugar como sujeito suposto saber e detento do *agalma*, como já assinalamos.

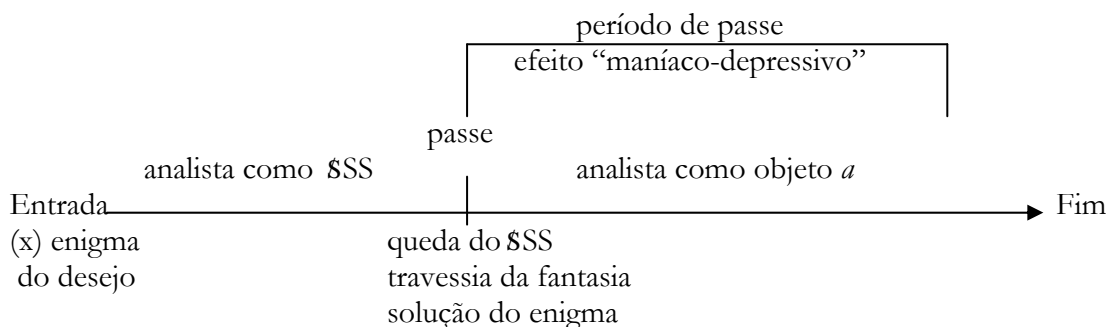
O passe antes do final de análise

Outra maneira distinta de se abordar o passe — a partir de outras indicações de Lacan — é considerá-lo não como um umbral, mas como um caminho, ou até mesmo um túnel cujo fim é o final da análise. Porém, o final de uma análise não representa uma segurança de ter havido passe e “se coloca a questão se ele deve ser tido como garantia na passagem para o desejo do analista”.³¹

Na mesma “Proposição...”, ao chamar o passe de metamorfose em que o ser do desejo se une ao ser do saber, Lacan aponta que “a paz não vem selar essa metamorfose do sujeito”, indicando um tempo árido de “guerra” antes do fim. Que guerra é essa, senão a luta para sair da relação transferencial? Essa luta é um luto... É o luto que o analisante faz do analista. Nesse tempo de luta e luto está presente “o *des-ser* em que seu psicanalista conserva a essência daquilo lhe é passado como um luto”.³² Temos aqui a indicação de uma trajetória em que a análise se desenvolve como deciframento até um momento de metamorfose do sujeito, o qual foi chamado passe — uma passagem que marca a entrada no trabalho de luto que se prolonga até seu término.



Podemos considerar o passe ou como um clarão³³ instantâneo, umbral, ou como um período de passagem que começa no início da travessia da fantasia e se conclui no final do luto do objeto, ou melhor, do luto do analista como objeto causa de desejo, o que corresponde à “resolução” da transferência. A duração do luto é o tempo em que o analista continua a causar o desejo do analisante,³⁴ mesmo se já houver caído o sujeito suposto saber. No passe há solução do enigma do desejo, mas a relação com o analista pode não ter terminado. O ponto final do passe enquanto período será então o ponto de finitude da análise e da relação transferencial. Aí, sim, se atinge a paz, com o término do trabalho de luto.



Podemos pensar em dois tipos de luto em momentos distintos da análise. Um primeiro corresponde ao do sujeito suposto saber em que o analisante não mais supõe saber a seu analista

³¹ Ibid., p. 260.

³² Idem.

³³ J. Lacan, *Seminário 21: Les non dupes errent*, inédito, lição 2 nov. 1973.

³⁴ Cf. J. Lacan, “O aturdido” [1973], *Outros escritos*, op.cit., p.448-500.

e sente que não há mais tanto o que decifrar de seu Inconsciente. É o efeito do confronto com o furo no saber e a falta no Outro. Esse primeiro luto se dá no momento do passe e inaugura um segundo luto, que é o luto do analista, agora reduzido a objeto *a*. Essa perspectiva abre a possibilidade de não se esperar a virada, ou o clarão de um instante de passe, e sim um passe-período em que se dá não apenas uma vez, mas num lapso de tempo em que ocorre ultrapassamentos que apontam para o final da análise.

Isso significa que o ato analítico — passagem a analista — pode ocorrer sem que a transferência tenha chegado a seu termo. Será que poderemos detectar momentos de passe no decorrer de uma análise mesmo que o analista não tenha ainda sido desinvestido como objeto? Esses momentos anamorfóticos em que foi possível o sujeito mudar de perspectiva, uma vez verificados pelo cartel do passe, permitiriam prejulgar e até mesmo apostar no analista a advir. Isso nos daria a base clínica que poderia comprovar que o analisante-analista pode conduzir. Nenhum modelo de passe pode ser generalizável, nem o passe como virada, que acontece em um único instante e que coincide com o final, nem o passe como período, que se conclui com o término do luto do analista. O dispositivo do passe deve conservar seu traço experimental para que não se transforme em modelo a ser idealizado ou superegoicamente imposto pelo discurso dominante da Escola.

A historização

Em 1976, no prefácio à edição inglesa do *Seminário 11*, Lacan dá novas indicações sobre o passe, definindo-o como “*historização da análise*”.³⁵ Trata-se do passe como o dispositivo em que se dá a oportunidade de o sujeito elaborar a história de sua análise a partir do que se depositou para ele. Essa indicação não quer dizer que é o cartel do passe que fará ou contará a história do sujeito, pois “o analista só se historiza por si mesmo — fato patente — mesmo quando se faz confirmar por uma hierarquia”.³⁶ Isso para lembrar que a Escola, ou o cartel do passe, não é o Outro reconstituído após o sujeito ter se deparado com sua falta no passe durante sua análise. O dispositivo do passe, se estruturado como um relato dirigido ao outro, reconstitui o Outro do discurso em sua historização, mas isso não dá consistência à Escola como o Outro do coletivo dos analistas. A historização também comparece no relato da história da análise, o que faz Lacan usar o termo de *historização* de sua análise deixando-o “à disposição daqueles que se arriscam a testemunhar da melhor maneira possível sobre a verdade mentirosa”.³⁷

No dispositivo o sujeito vem testemunhar a “verdade mentirosa” da história que ele confidenciou no divã, ou seja, a dramaturgia em que ele é o autor e o encenador da peça que escreveu com todos os personagens de seu drama, ou de sua tragédia, ou de sua comédia, segundo o estilo que lhe é próprio. Dentro dessa concepção, o passe é palco apropriado — simultaneamente privado e público — para o sujeito expor seu teatro histórico historizando sua verdade cuja estrutura é de ficção. Enquanto o teatro é constituído de mentiras verdadeiras, o passe é o lugar da histeria como verdade mentirosa.

O título de meu trabalho tem como referência a lição de 18 de abril de 1977 de *O Seminário 24* de Lacan, em que ele se refere à *variedade* do sintoma apontando que a verdade numa análise não é uma constante, e sim uma variável, o que ratifica sua “Proposição...” na qual afirmou que a constante é *agalma*, o objeto precioso encarnado pelo analista. Ao redefinir o Inconsciente como saber sobre *lalíngua*, Lacan diz que a verdade é amortecida por algo que é prevalente: o real, e o que o analisante diz, esperando que se verifique, não é a verdade, e sim a *variedade* do sintoma. O que podemos esperar no passe não é a verdade do sujeito sustentada pela fantasia ou a de seu sintoma, pois essa vai mudando ao longo da análise à medida que se a decifra, e sim algo que é constante: o real em todas as suas variedades de resistência à significação. Da

³⁵ J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do *Seminário 11*” [1976], *Outros escritos*, op. cit., p. 569, onde Lacan escreve *histoire*, condensando *histoire e hystérie*.

³⁶ *Ibid.*, p. 568.

³⁷ *Idem.*

mesma forma, não há uma verdade do passe, e sim uma variedade tal que corresponde ao real para cada sujeito.

Colette SOLER

As condições do ato, como reconhecê-las?

Eu lhes falo hoje a partir das diferentes experiências que tive, concernindo o dispositivo do passe, e também das trocas com os colegas de nosso CIG. Com o tempo, que para mim começou de fato faz tempo, eu me detive na ideia de que um dos maiores problemas estruturais do dispositivo do passe — eu disse estrutural, se ater-me a tal ou qual época — se situa não do lado dos passadores, passantes ou AE, mas do lado do que Lacan havia chamado de júri, e que nós rebatizamos desde 1981 com o termo cartel — sem dúvida para atenuar a conotação de julgamento que havia no termo júri e também para indicar que dele é esperado um trabalho.

É verdade, entretanto, que se trata de um júri, posto que esses cartéis devem decidir por um sim ou por um não, e não por uma tese sobre a passagem a analista — sobre esse terreno das teses ninguém se embaraça posto que se recorre aos textos de Lacan —, mas a propósito do caso particular de cada passante. Que esses cartéis tenham em seguida que justificar seu poder de decisão, através de suas elaborações de cartel, é uma outra questão.

Não acredito que o fato de Lacan ter introduzido algo novo sobre o passe em seu texto de 1976, “Prefácio à edição inglesa do seminário XI”, que é um texto capital, constitua um problema suplementar. Falta apenas um pouco de tempo à nossa comunidade para apreender o alcance clínico do remanejamento. Questão de trabalho coletivo.

A dificuldade se coloca, de fato, desde 1969, na distância entre o que os textos dizem sobre a estrutura e os casos onde ela se encarna. A estrutura da experiência analítica que Lacan passou a vida construindo, se ela tem validade, ela vale para toda análise. Cada análise, no entanto, é particular, pois a verdade jamais é coletiva, “há apenas verdades particulares” — vocês reconhecem aí a citação de Lacan.

No dispositivo, segundo Lacan, trata-se justamente da “estruturação analítica da experiência” que condiciona o passe ao ato ou ao desejo do psicanalista. Pode-se admitir, dizia ele em seu discurso à EFP, que esta estruturação não esteja igualmente distribuída e que se trate então de se informar a respeito, não apenas para ratificá-la, mas para reproduzi-la. A tese continua idêntica em 1976, sob outros termos: saber se a *historização* da análise levou (o sujeito) a colocar um fim na ilusão da verdade.

Ora, não se pode esperar do passante que ele dê, ele mesmo, a fórmula desse passe ao ato, em razão mesmo do status desse ato. Eis a “aporia do relatório³⁸” do ato, diz Lacan em 1967, pelo fato de que é o objeto que aí está ativo e o sujeito subvertido. Idem para o desejo do analista. Eu não desenvolverei esse ponto. As fórmulas mais tardias de 1976 que definem um passe não pelo objeto, mas pelo real — poderia dizer pelo enodamento do real — implicam a mesma impossibilidade do lado do passante, pois — vocês reconhecerão a citação — não posso dizer o verdadeiro do real, a verdade mente sempre, e o passante não pode fazer mais do que — cito — “testemunhar sobre a verdade mentirosa”.

A tarefa, por conseguinte, cabe aos cartéis, e são eles que estão de fato na berlinda no que se refere a reconhecer as condições de possibilidade do ato analítico, o qual o passante não pode enunciar em termos de verdade. Sobre esse ponto, a *doxa* compartilhada que se deposita no trabalho da comunidade está ela própria em causa, pois os cartéis são partes interessada³⁹.

³⁸ No original, *compte rendu* que pode ser traduzido também por ata. Poderia ser: “aporia da ata do ato”

³⁹ No original, *partir prenante*, termo jurídico que pode significar também depositário de um valor. Corresponde ao termo *stakeholder* em inglês que pode se referir a acionista ou a um grupo que tem um valor a arriscar em um negócio.

Ora, já tive a ocasião de dizer — aqui mesmo em Buenos Aires — que nós não fizemos a crítica do contrassenso histórico da ECF e da AMP, no que diz respeito ao passe. Qual é esse contrassenso?

As fórmulas que tomamos emprestado de Lacan são conhecidas. Essencialmente, em 1967: destituição de um sujeito que se apercebe de seu ser de objeto. Mas qual é a tradução clínica? O texto de Lacan não implica nem se saber objeto, nem saber que objeto se é. É exatamente o contrário: é ter se apercebido de que o objeto faz furo no saber, e que é, portanto, justamente impossível de dizer o que é esse objeto. Saber-se objeto é, portanto, estritamente equivalente ao que chamamos de a queda do sujeito suposto saber, sem a qual pode haver terapeuta, mas não ato analítico possível.

Os antigos da Escola Freudiana de Paris haviam captado alguma coisa, pois sua leitura os conduziu a colocar em evidência o não-saber do fim! Lacan protestou, com razão, pois são necessárias muitas elaborações de saber para perceber ou cingir um furo no Outro. Não se trata de não-saber, mas, cito: de um “saber vão de um ser que se furta”⁴⁰. O contrassenso da ECF, AMP, é ter induzido, por palavras de ordem teórica — segundo o funcionamento próprio dessa instituição, e para cada passante — a busca supostamente possível do objeto que não se furtaria o objeto que é o passante e que se trata de enunciar na cara do mundo. Agora, ele é convidado, principalmente, a dizer seu real, o que é o mesmo contrassenso.

As razões da promoção desse contrassenso são de política institucional, é bem certo, mas há, mesmo assim, algo que a tornou plausível e que explica, eu creio, sua pregnância. É que o objeto, furo no saber, pode ser imaginado, e se imagina. Mas se imaginar objeto, isso não é se saber objeto. Eis, penso, a fonte clínica da dificuldade. O objeto sem imagem nem significante, se imagina a partir da pulsão: olhar, merda, voz, seio. Em outras palavras, um sujeito pode se fazer representar pelas imagens e significantes do objeto. Isso não ocorre no fim da análise, isso ocorre desde que a análise efetivamente começa: os sujeitos não se queixam, desde então, justamente de se fazerem engolir, cagar, de que ficam de olho nele, ou de fazerem comandar, e não transferem essa aflição para o analista?

Isso não é um produto da análise, é uma manifestação de uma fantasia, bem presente, e que se trata justamente de atravessar. Um sujeito que se faz representar pelos significantes do objeto, qualquer que seja dentre os quatro, não é um sujeito destituído. Em outras palavras, por exemplo, tomar-se por uma merda, ou um olhar, é uma forma de instituição subjetiva pela fantasia, bem longe de ser uma destituição. Na entrada, o objeto é representado imaginariamente; no fim, ele é, por assim dizer, desnudado de suas representações. Saber-se objeto é tê-lo destacado dos significantes corporais que são muitos, tê-lo reduzido ao lugar que é a sua no Outro: aquele de um furo onde falta o significante.

Isso quer dizer que entre “saber-se objeto” e “saber qual objeto”, há exclusão. É um ou outro. Lembrem-se que Lacan pode dizer em *A angústia*, que o neurótico nos engana⁴¹ com seus objetos, e é também, precisamente, o que torna plausível o contrassenso, pela confusão da fantasia com o real do inconsciente. Não encorajemos, portanto, os passantes ou os AE a nos expor o objeto que eles são lá onde está o que Lacan chamava o “ponto zero” do saber; nós tiraríamos sua credibilidade. Não vamos induzi-los, tampouco, em termos mais recentes, a expor o real que eles são, a famosa letra do sintoma; isso seria o mesmo erro. Não faço a demonstração, já o fiz. Ela está implicada pelos efeitos incalculáveis de *lalíngua* de onde resulta que tudo aquilo que se diga dessa letra é “elocubração” — segundo o termo de Lacan em *Mais, ainda*. A instituição objetual ou real do final da análise não é uma instituição pelo saber, mas o contrário, ela habita os limites do saber. Daí resulta o “*sicut paled*” que se aplica ao saber elaborado.

A crítica a esse contrassenso teórico, o qual sustenta um fazer semblante de saber, não foi feita em nossa Escola. Fizemos apenas a crítica institucional da AMP, mas para o passe nós

⁴⁰ No original, *se derrobe* que pode ser também esconde-se.

⁴¹ No original, *couillone*, do verbo *couilloner*, derivado de *couille* que literalmente quer dizer testículo, e no sentido figurado, imbecil. Pode ser traduzido também como: ele nos faz de imbecis.

partimos das mesmas bases implícitas, sem tempo para uma parada crítica. Isso haveria, entretanto, evitado aos cartéis, os nossos — que tiveram o mérito de romperem com as intenções políticas precedentes —, de procurar o que, por estrutura, não se pode encontrar nas falas dos passantes — se eles são autênticos —, a saber: os enunciados do objeto, da letra ou do real. Buscar o que não se pode encontrar, isso programa a decepção, o sentimento de fracasso e, às vezes, o mutismo aflito.

Essa corda da decepção começou a vibrar em relação ao nosso passe. Aqui, não nos esqueçamos que a tese de Lacan sobre a tristeza, é também por ele aplicada aos analistas. Vejam a “Nota aos italianos” onde ele relaciona os passes deixados “incertos” com uma comunidade “tomada de depressão” — como ele diz. Passes incertos quer dizer, em relação ao dispositivo, “não se orientar na estrutura”. Não se trata, evidentemente, de compensar a decepção por um falso entusiasmo de comando, mas, antes, ver como se orientar mais.

A destituição subjetiva de 1967, ou o fim da miragem da verdade de 1976, quais são suas manifestações clínicas? Elas podem variar muito de um para o outro, mas apenas na medida limitada dos efeitos possíveis da estrutura. Eu os faço observar que Lacan isolou dois traços. Em 1967: posição depressiva e segurança de um sujeito que acabou com a dúvida, a questão e a espera correlativa a estas. Em 1976, ele evoca uma satisfação própria a cada um, cuja natureza deverá ser precisada.

Observem que em nenhum dos dois casos trata-se de traços de estrutura. Trata-se de uma postura do sujeito na estrutura, e até mesmo de uma postura de afeto que aí responde e testemunha, portanto, indiretamente que a elaboração estrutural foi levada até o vislumbre do furo; eu diria de bom grado, até a forclusão do objeto ou do real. Eis porque Lacan, creio, imputa aos cartéis uma tarefa de *autenticação*, e não de escuta ou de deciframento ou de construção. De fato, essa postura é de certeza, não de crença, sobre o fundo de impossível de saber, sendo a certeza, por definição, a tradução psíquica de uma forclusão.

Concretamente, o que eu procuro, eu não posso dizê-lo, eu não consigo. “Começar a saber por não conseguir”, diz Lacan. Não é de se surpreender que isso deprima, na medida de meus esforços. Pedir mais não seria uma resposta esclarecedora. Isso deprime ao menos transitoriamente, pois se eu tiro as consequências disso, libera. “Liberdades podem sair do encerramento de uma experiência”, diz Lacan. Essa conjunção, no final, entre certeza e liberdade, evidentemente inquieta, não apenas porque é preciso reconhecê-la no nível dos casos, como Lacan o faz para o guerreiro aplicado, ou para ele mesmo quando prossegue, impávido, seu seminário na tormenta da época da excomunhão. Mas, sobretudo, inquieta, pois essa conjunção entre certeza e liberdade é o próprio da psicose.

Vou terminar. Quando digo que isso inquieta, é dizer pouco, pois sob a base dos postulados do contrassenso que tentei enunciar — que, de fato, tampona o ponto de forclusão — se poderia ocorrer que tomemos as manifestações do fim — e notadamente as posturas de certeza ou de satisfação — como os próprios signos (sinais) de uma análise inacabada, (que cartel teria nomeado o guerreiro aplicado?) ou que ao contrário... E nos demos por felizes se não os tomarem pelos signos de uma psicose.

Eis o que está, meio, em jogo em nosso passe — e não é pouco! — e isso bem merece os debates de orientação nos quais entramos.

Tradução: Ana Laura Prates Pacheco. Revisão: Antonio Quinet

2ª sequência

Sol APARICIO

A ignorância dos cartéis

Apesar do interesse da questão — a da paixão pela ignorância, por exemplo, contra a qual o desejo de saber pode tão pouco —, não vou discorrer sobre a ignorância, nem doutra nem crassa, nem citar as diversas referências de Lacan a respeito, pois hoje trata-se de contribuir para o nosso debate, iniciando-o.

Em poucas palavras, o ponto de vista que quero ressaltar é o seguinte: se a tarefa e a função dos cartéis do passe consiste em julgar, em estabelecer um juízo sobre os testemunhos dos passantes, a condição para que possam exercê-lo é sua ignorância. Não me refiro à ignorância correspondente ao não querer saber de quem se aferra ao que crê saber. Mas da ignorância real, concernente ao modo singular como transcorreu a análise do passante até conduzi-lo a decidir ocupar o lugar do analista e a solução que achou para sua conclusão.

É o analisante quem conclui, em ambos sentidos do termo. É ele quem põe fim ao tempo para compreender passando ao ato. (Lacan fala de uma “passagem ao ato esclarecido”, em 13 de março de 1968). É ele também quem tira determinadas consequências de sua experiência. O saber se acha sempre no campo do Outro, visto que inconsciente, mas, no momento do passe, está do lado do passante.

A miragem, neurótica e transferencial, que coloca o analista no lugar de sujeito suposto saber é difícil de ser dissolvida. É o que está em jogo no final de cada análise. Me parece que é difícil também ter em conta o saber inconsciente no dispositivo do passe, de se deixar guiar por ele. Esquecemos talvez que o passante saiba mais do que sabe saber e que é também, e principalmente, sobre esta margem que há de pronunciar-se o Cartel.

Pergunto-me se a teoria faz obstáculo — quero dizer, o saber elaborado por Lacan sobre o final de análise e o passe. A teoria é, a princípio, um instrumento para pensar a experiência, ela está a serviço da prática. De fato, acontece que ela funciona como obstáculo para pensá-la. A questão é, pois, nossa relação com a teoria, com o saber conquistado por Lacan sobre o “real da experiência psicanalítica”. Ora, o real da experiência não é justamente isso a que o analisante se ocupa, o que o passante tenta pensar e que formula a sua maneira, na primeira pessoa do singular? A questão é, então, aquela de nossa relação com a teoria na justa medida, em que isso implica nossa relação ao sujeito suposto saber “sempre latente na teoria”.

Gostaria de lembrar aqui uma observação de Lacan no seminário *O Ato Analítico* a propósito da relação com a teoria: “Toda uma maneira de expor a teoria, por implicar uma maneira de pensar, põe na ação analítica esse fator que intervém como parasita: o psicanalista tem a palavra final do que precisa pensar” (lição de 20/03/1968. Inédito).

Está claro que Lacan não sustenta a idéia segundo a qual o psicanalista teria a última palavra da análise. Nesse caso, isso permite pensar duas coisas. Se o analista não tem a última palavra, é o analisante quem a tem. O analisante teria a última palavra de sua análise? É esta última palavra que o analisante transmite no passe? Eu seria tentada a considerar que sim. Mas me parece que uma coisa se opõe a isso: o fato de que o sujeito resta dividido, pois, ao final, o inconsciente permanece. Outra possibilidade: o analista não tem a última palavra porque de fato não há a última palavra, quer dizer, não há saber absoluto. Qualquer que seja, é evidente que dar a crer, por uma certa maneira de expor a teoria, que o analista teria a última palavra equivale a conservar a crença no UM que sabe, o sujeito suposto saber, este que ignora o real da experiência.

Aos cartéis do Passe se supõe, legitimamente, um saber derivado de sua própria experiência e do conhecimento da teoria, mas este saber não afeta a ignorância real dos casos particulares. De fato, podemos aplicar aos cartéis o conselho, alçado à condição de princípio, que

Freud repetia aos analistas: abordar cada caso como se nada houvesse aprendido dos anteriores, excluindo todo o sabido. Pode-lhes aplicar também o que Lacan incluiu e esclareceu: o analista ignora o texto inconsciente que constitui o que o analisante deve saber, o saber (que ele é) suposto, justamente. O semblante de ignorância aconselhado por Freud encontra sua razão de ser nesta ignorância real, estrutural, inerente à estrutura do sujeito em questão na análise. A teoria visa descobrir a estrutura da experiência, ela nos fornece os eixos que podem orientar a leitura dos testemunhos. Mas ante cada um deles, a única expectativa possível para o cartel é a de achar uma resposta para a pergunta sobre como se deu a passagem de analisante a psicanalista. Em outras palavras, se trata de perguntar-se pelas razões de seu ato.

O que o passante pode dizer a respeito? Que pode dizer sabendo que o diz sem o saber?

Uma análise é uma experiência mais ou menos prolongada de elaboração inconsciente da qual, em certos momentos privilegiados, o analisante extrai um pouco de saber. São momentos em que consegue simbolizar ou subjetivar o recalçado, nomear o real. São pepitas de saber, como quem diz pepitas de ouro. Este pouco de saber, inestimável para o analisante, o é também para a Escola (recordemos do preâmbulo do *Ato de Fundação*) que o considera como um *bem comum*.

Este saber extraído da própria experiência, funda uma certeza. Ora, saber e certeza são correlatos ao momento (de concluir) do qual resultam. Nesse sentido, são limitados, contingentes, dependem do momento no qual se produzem e do real que visam.

Sabemos que a cada encontro com o real — um luto, por exemplo —, provoca uma determinada reorganização significante; cada encontro com o real afeta as “amarras do ser”. A rede de significantes que constitui o saber inconsciente é modificado e a certeza — que o anima e o ilumina — é efêmera, passageira, transita de um ponto a outro. Dito de outra maneira, há limites (não somente) temporais à possibilidade de transmissão disso que se sabe.

Estas certezas efêmeras não contradizem o caráter definitivo do efeito de saber adquirido, ou conquistado, que outorga à “metamorfose” operada pela análise sua qualidade irreversível. Não se trata aí de um otimismo vão. Uma análise pode ser conduzida até o ponto do incurável. O incurável designa, é certo, o que resiste do sintoma, isso que não cura. Cerni-lo e reduzi-lo até esse ponto modifica de maneira definitiva a relação do sujeito com o real. E se traduz em ato.

Lacan termina o texto “Alocução sobre o ensino”, com a qual fecha o congresso da EFP em abril de 1970, com esta frase impressionante: “A verdade pode não convencer, o saber passa em ato”. Pode ser que essa seja a verdade mentirosa que ele evoca em 1976. A verdade fala, ela passa pela fala, ela pode não convencer, e ela mente, inevitavelmente, pois não se pode dizer a verdade do real. Mas “o saber passa em ato”. Entendo que ele se traduz em ato, que o ato porta um testemunho deste saber. (Há assim a ignorância real do cartel de um lado e o dizer do passante de outro. Entre os dois, o testemunho transmitido pelos passadores. Trata-se, então, para o cartel, como para o analista, de saber ler. O que se lê é o inconsciente. O cartel lê o dizer nos ditos do passante.)

O ato de assumir a função de analista responde a um desejo, esse ato corresponde ao movimento de um desejo, e se apóia em um saber particular, diferente para cada um, vinculado a sua própria historisterização. O cartel do passe nada tem que dizer a respeito, ele o registra. Ele confia e ele supõe – supõe? - que, em cada caso, o analista conduziu o passante a dar esse passo.

Notemos que, tratando-se do neurótico, dar o passo do ato não é pouca coisa, implica por si a resolução de boa parte da neurose. Esta parece evidente, eu me permito dizer isso, que resulta obvio, para ressaltar o seguinte: ainda que o Cartel exerça uma função de júri, não julga o ato do passante e a princípio não se pronuncia a respeito, porque não é sua incumbência.

Lacan sublinha e repete que ninguém pode nomear um analista, o analista “se autoriza” por si mesmo. “Se autoriza” e “se historisteriza”, como diz depois, ou se autoriza em sua historisterização. Assim, um mínimo de rigor nos impõe considerar que o que faz o cartel do passe ao nomear um passante “Analista da Escola” não é nomeá-lo analista, mas simplesmente nomeá-lo analista “da Escola”. O cartel nomeia analista da Escola a quem, prestando-se a dar

testemunho, consegue dar uma idéia, através da “historisterização” de sua análise, daquilo em que fundamentou sua autorização.

Por que querer ser psicanalista? O que leva um analisante a colocar-se nesse lugar, a ocupar essa posição, a exercer esta função? A pergunta segue aberta, como estava para Lacan quando, no “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, deu sobre ela pelo menos três formulações: “A questão resta disso que pode levar qualquer um, sobretudo após uma análise, a historisticizar-se de si mesmo”. Mais a frente: “Como se pode ter a ideia de ocupar esta função?” E ainda: “Perguntemos como alguém pode se dedicar a satisfazer esses casos de urgência?”.

Esta não é uma questão sobre a formação. Não é uma pergunta relativa ao como se torna analista, mas sobre o por quê, sobre a causa singular. (Um dia talvez falaremos de uma causa comum ou coletiva, se chegarmos a comprovar que certo número de causas singulares possuem um denominador comum, remetendo, por exemplo, à estrutura da neurose. Por outro lado, penso na escolha da causa analítica, que sustenta a relação do sujeito com a ética própria ao discurso analítico) De qualquer forma, diria que o que está em jogo na Escola é a capacidade, ou melhor, o desejo de cada um de apropriar-se, de fazer sua a pergunta originalmente colocada por Lacan.

O funcionamento do dispositivo do Passe só tem sentido na medida em que a pergunta segue, de verdade, aberta, que não se trata de uma pergunta nem puramente retórica, nem caduca. Lacan inventou o Passe em uma conjuntura determinada e com uma finalidade precisa: “dissipar as trevas”, disse ele na primeira versão da “Proposição”, “que encobrem a passagem de analisante a psicanalista”. Dez anos mais tarde, no *Momento de Concluir* seguia referindo-se ao passe “com a esperança de saber” o que pode levar um analisante a atender quem vem pedir-lhe uma análise.

O que diferencia a Escola de outras associações psicanalíticas é considerar que esta pergunta segue vigente, que o fato de que a psicanálise se transmita, de uma geração a outra, merece perguntar-se como e por quê. Depois de haver centrado a pergunta em torno do desejo do analista, Lacan a formulou em termos “de uma outra razão”. “Existe outra razão que a necessidade de ganhar a vida para querer ser analista, depois de haver-se analisado?” Isso é o que eu chamava a causa singular. Levantando esta questão, Lacan sempre insistiu no depois — “o que pode levar qualquer um, sobretudo após uma análise” — sabendo que o passo se dá, se não antes, pelo menos durante a etapa final de uma análise. Ele insiste então sobre esse “depois”, sobre o momento no qual o analisante sabe a que seu analista foi reduzido, ao objeto dejetado, deixado cair... como se isso fosse um motivo para não querer ser analista. É certo que há quem não queira (exemplo conhecido de todos, Pierre Rey). Mas este “não querer” sugere que ali se possa encontrar o desejo de sê-lo. Resta uma questão para mim: por que esta insistência de Lacan? Não visaria a relação do passante ao objeto rejeitado? Haveria ali um querer ser objeto rejeitado? Vejam a dificuldade da questão.

Como se nomeia um AE? Não sei dizer. Parece-me que nas duas ocasiões em que o Cartel do qual fui membro nomeou um A.E., durante o período 2004-2006, a decisão foi determinada pelo fato de que os testemunhos revelavam com clareza a presença de um desejo, inexistente anteriormente, cuja incidência era palpável tanto na vida, chamêmo-la pessoal, do analisante, quanto em sua relação com a psicanálise. Em ambos os testemunhos havia uma “historisterização da análise”, a qual corresponde, se não me equivoco, ao caso geral nos testemunhos de passe, que Lacan por sua vez reconhece em 1976. Define então, não o momento do passe, senão o procedimento, a historisterização, quer dizer, um modo de historizar os S1 extraídos da análise que, contrariamente ao que se passa numa narração, e conforme o desejo que anima o discurso histórico, produz um saber. Se esta historisterização da análise no passe acrescenta qualquer coisa aos resultados da análise em termos de saber, nós constataremos que o passe é uma experiência.

Para terminar, gostaria de citar a expressão que o diz tão bem: os “esparcos disparatados”. Qualquer um pode assumir o risco de se apresentar ao passe, mas o passe não é para todos,

porque não há “todos”, só há esparsos disparatados. Em outras palavras, aqueles que foram analisantes, já separados do objeto com o qual durante sua sua análise formaram par, ficam esparsos disparatados. Penso que aí está o desafio colocado aos cartéis, estar à altura desta heterogeneidade.

Tradução: Beatriz Oliveira e Luís Guilherme Mola

Gabriel LOMBARDI

Rumo a um dispositivo do passe efetivamente praticável

Dos critérios ideais para a autorização real dos psicanalistas

Existem dispositivos específicos da psicanálise. Alguns deles funcionam regularmente, produzem resultados apreciados, podem ser empregados em diversas cidades do mundo, cada vez mais. Temos uma prática do dispositivo freudiano da cura psicanalítica, também da supervisão, inclusive do cartel. Sabemos como utilizá-los, recorreremos a eles com certa naturalidade, cada um a sua maneira, com frequência variável, sessões mais breves ou mais longas, interpretamos mais ou menos, segundo a propensão pessoal e segundo o caso.

Desde que assumimos pacientes, nos autorizamos como analistas (talvez sem poder dar conta muito bem do por que) aplicando o método freudiano, ao menos até o ponto de consequências que cada um de nós alcançou.

Psicanálise, supervisão, cartel, até mesmo apresentação de pacientes são dispositivos clínicos efetivamente praticáveis, através dos quais reconhecemos uma certa eficácia. O passe como dispositivo, ao contrário, parece, todavia bastante difícil de utilizar; requer um aparato institucional mais complexo, que envolve a toda comunidade de Escola, já desde o momento da eleição da Comissão de garantia, que integra os cartéis do passe, nomeia os AME que por sua vez designam os passadores, e assim por diante. Além de ser complexo, o dispositivo do passe nos deixa uma sensação de déficit quantitativo nas apostas e de certa pobreza nos resultados que nos leva a por em dúvida sua eficácia. Passantes escassos, passadores questionáveis em sua idoneidade, cartéis do passe extremamente parcos, encontram seu eco em surdina nos candidatos indecisos (“j’y pense, mais...”).⁴² Somado a isso, não temos encontrado critérios unânimes para as designações de AE, o que pode ser considerado um déficit — ainda que não se possa afirmar, por razões que argumentarei.

Este panorama se reflete quantitativamente na enorme diferença percentual entre o número de membros da Escola que se designam psicanalista, e se autorizam como tal sem recorrer ao dispositivo do passe, e os que são designados como AE. No entanto, acreditamos, e por isso estamos aqui, que ainda que existam pouquíssimas nomeações de AE, pertencer a uma Escola onde se pratica e se estuda o passe, marca uma diferença. Consideramos que a posição do analista em relação ao saber e ao poder se modifica se há uma orientação de Escola sobre as práticas de seus analistas; e essa orientação depende intimamente da existência e do funcionamento desse dispositivo. Hoje nos perguntamos: como a Escola orienta a prática e a comunidade analítica? Mais especificamente, o título proposto para esses painéis é: como se designa um AE?

A pergunta em si mesma revela o buraco a que responde: não há um como, não há uma regra, não há normas, não há critérios ideais, não há um *know how* do jurado do passe, que por isso tem que se arranjar como pode.

A tarefa e o ato da nomeação ficam a mercê das *phronesis*,⁴³ da prudência do cartel. A tarefa é impossível, a decisão implica uma cota de azar e de arbitrariedade (no sorteio dos passadores, na sensibilidade e na empatia entre os integrantes do jurado, e até em fatores

⁴² Em francês, no texto.

⁴³ *Phronesis* é a transliteração do termo grego “prudência”.

idiomáticos) e, no entanto, este dispositivo é o melhor que se inventou para iluminar um aspecto clínico, epistêmico e ético que é inabordável através dos outros dispositivos da psicanálise: o ato analítico considerado como passagem de analisante a analista.

A pergunta *Como se designa um AE?*, nos deixa diante de um vazio, se nos negamos a nos aferrar a critérios alienantes, cada vez mais profusos e inevitáveis à medida que se acumula experiência e *doxa* sobre o passe; proponho substituir essa pergunta por outras duas:

1- A que responde a designação de um analista de Escola?

2- Por que é tão relevante o dispositivo e essa designação para a Escola e para a orientação que segue e oferece?

Recordemos a proposta original de Lacan: ele esperou que o AE pudesse testemunhar sobre os problemas cruciais nos pontos vivos em que estavam para a análise, especialmente na medida em que eles mesmos, os AE, estivessem na tarefa ou ao menos na brecha de resolvê-los.

É uma imputação, que poderia não ser tão exigente para o passante: não é necessário que os AE sejam gênios, nem formadores de doutrina, nem grandes oradores. Porém se espera deles que possam testemunhar sobre algum ponto vivo da análise, e particularmente sobre seu próprio passe, quer dizer, sobre como acederam a posição de analista a partir de sua própria psicanálise. Não é tão exigente, e, além disso, está aberta a variedade já comentada em trabalhos precedentes.

Começemos pela segunda pergunta

A relevância do dispositivo

Por que a Escola, a clínica que nela se elabora, a formação que nela se dispensa, dependem do passe? Porque assim a Escola se encarrega do déficit de saber do didata, estrutural da análise, saber insuficiente em ao menos três pontos de interseção do simbólico com o real, e desde o ponto de vista do reconhecimento imaginário, são buracos, negatividades:

- O incurável do sintoma
- O ato que determina a passagem de analisante a analista
- O tempo, o momento de satisfação que marca o término da análise.

A noção de sintoma é o único caso em que Lacan admite o emprego do termo “conhecimento”. Chama a atenção quando recordamos sua definição tão radical da clínica psicanalítica nos anos 1970, que exige repudiar precisamente esse termo de conhecimento.⁴⁴ Essa recusa do termo contrasta com o enunciado que ele mesmo sustenta ao longo de sua obra: “Há conhecimento do sintoma”, e exatamente com essa precisão: há conhecimento do sintoma justamente porque é conhecimento sem reconhecimento, é conhecimento de si como corpo estranho, conhecimento inacessível ao didata, que no máximo o vislumbra, “o interpreta” — dizemos — desde fora. O sintoma é o ser do sujeito fora do Outro, e sua definição, desde o começo até o final da análise é: “o que o sujeito conhece de si, sem se reconhecer nisso”.⁴⁵ Não é o conhecimento de si mesmo, se não de *si-hétéros*, de si — alheio, incognoscível para o Outro, que não sente dor no corpo, nem percebe o significante alucinatório, nem a divisão subjetiva que divide o sujeito entre gosto e nojo, ou entre um amor e um ódio fundado em detalhes sem valor decisório para o Outro.

Ao iniciar verdadeiramente uma análise, só o paciente sabe se lhe dói ou não lhe dói; ao terminar a análise resta somente o analisante para *savoir y faire*⁴⁶ para “ajeitar-se” com o seu sintoma, quando todas as interpretações do analista mostram a impossibilidade de reconhecê-lo ou de suprimi-lo. E durante a análise, o sintoma (que é “o analisável”, o que pode ser desprendido do eu, da fantasia, do saber inconsciente, do saber do outro, do laço social) passa de analisável para analisante. O sintoma analisante é o que responde à interpretação sempre inexata

⁴⁴ Na ocasião da Seção Clínica de Paris VIII, Lacan propôs a seguinte definição: “A clínica é o real, enquanto o impossível de suportar. O inconsciente é o traço e o caminho pelo saber que constitui, se fazendo um dever de repudiar tudo o que implica a ideia de conhecimento”.

⁴⁵ J. Lacan, “Formulações sobre a causalidade psíquica”, in *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p. 165.

⁴⁶ Em francês, no texto.

do analista, até afirmar-se como esse incurável em que se apóia o ato psicanalítico, por decidir a queda do sujeito suposto saber e liquidar a transferência com o analista. Assim é o didata que ainda sabendo alguma coisa, não está nas melhores condições de fazer uma boa resenha, o conhecimento sem um possível reconhecimento deixa sua elaboração de saber, se é que ele tenta alguma, fora do jogo.

O segundo ponto de interseção do simbólico com o real sem mediação imaginária é o ato; ainda mais radical que o sintoma, implica numa separação do Outro. Atuar é deixar fora do jogo os dispositivos do reconhecimento prévio, e a satisfação de um reconhecimento posterior diverge daquela que se satisfaz na certeza e na pressa do que foi cometido. A negatividade implicada no desconhecimento do ato que indicaria, se estivesse advertida, não a divisão do sujeito, mas uma firme decisão. Esta, então, seria indicada, como corresponde à clínica do real, mediante uma negatividade da consciência a que Lacan propôs designar com o termo *Verleugnung*, o desmentido que marca nossa relação com o ato.

Assim como o sintoma é conhecimento sem reconhecimento no Outro, o ato é a reação do ser que não dimensiona o que fez. Tratando-se do ato de dar por encerrada a própria análise, e especialmente quando esse ato implica na posse de uma prática, a de analista, que põe em jogo o desejo de saber, esse desmentido adquire um valor indicativo da mutação do ser que nesse ato se produz.

“É por isso”, afirma Lacan, “que reservei durante anos, resguardei, retirei o termo *Verleugnung* que Freud promoveu a propósito de tal momento exemplar da *Spaltung* do sujeito; eu queria reservá-lo, revivê-lo ali, onde com certeza é elevado em seu ponto mais patético, no nível de analista propriamente dito”.⁴⁷ Mais patético que na perversão, sem dúvida, porque o analista não procura fixar-se ou fixar, mas permitir ao ser falante rever a sua relação com o ato. Esse ponto também foge do alcance do saber do analista, cujas possibilidades de interpretação não dizem respeito à fase de separação, no dizer de Harold Blum, didata lúcido da IPA.

Mais ainda, porque justamente o ato analítico implica seu próprio desmentido uma vez que reinstaura o sujeito suposto saber, só pode resultar esclarecedor sobre o ato se for concebido como passagem de analisante para analista. Nesta passagem, que vai da divisão do sujeito à destituição subjetiva, o único que pode dizer alguma coisa certa é o passante; somente ele pode testemunhar, escrever, historizar sua própria trajetória de análise e, particularmente, sua guinada final. Freud indicou o caminho a partir da sua própria análise, o fez com vigor e coragem em seus textos sobre a exploração do inconsciente real, nos quais o desejo analisante prevaleceu pela primeira vez na história sobre o saber médico (sonho da injeção de Irma) e nos quais também o ato falho conseguiu indicar o desmentido com a qual anula seu caráter de ato socialmente reconhecível. Justamente, por não ser um ato convencional, é um ato no sentido lacaniano, realizador do ser.

A terceira interseção entre o simbólico e o real inacessível ao didata é indicada no final da análise. Outro dado negativo: o analista não dá alta em psicanálise, a decisão de finalizar a análise não está em suas mãos, nem mesmo pode ser pré-determinada por seu saber ou sua experiência. Lacan expôs duas razões em “Função e campo da fala e da linguagem”. A primeira, de ordem psicológica: não podemos prever qual será o tempo para compreender, nem o tempo para elaborar, nem o tempo do sujeito para consumir o duelo, existe ali um fator “psicológico”, afirma, que escapa ao nosso campo. O outro argumento é o resguardo ético do ser, o qual tratamos como ser eleito. Esse cuidado já existia em Freud, que propunha em seu método que o último intérprete deveria ser o sujeito que sonha; o afirma na *Traumdeutung* em uma nota de rodapé considerada a mais importante de toda sua obra. Mas ainda o encontramos destacado em Lacan, quando, pensando na urgência ética de concluir uma análise para terminar com a repetição transferencial da neurose, no lugar de fixar de antemão a finalização da análise, propõe a sessão breve que dá ao analisante o direito à réplica. Caberá então ao analisante alcançar, no seu momento, a satisfação que marca o final de análise. Escreve nesse texto: “(...) já que o prazo de

⁴⁷ J. Lacan, *Seminário: o ato analítico*. Aula de 19 de junho de 1968. Inédito.

sua verdade pode ser previsto, (...) restabelecemos no sujeito sua miragem original na medida em que ele deposita em nós sua verdade e em que, ao sancionar isso com nossa autoridade, instalamos sua análise numa aberração, que será impossível corrigir em seus resultados”⁴⁸

A que responde a designação de um AE?

Agora podemos deduzir um esboço de resposta à primeira pergunta — que responde à designação de um AE através das respostas que obtivemos para a segunda — qual é a relevância do dispositivo.

Percebe-se como o dispositivo do passe inclina nitidamente a elaboração do saber na análise do didata até o analisante. A mudança que induz o dispositivo é enorme. A respeito da autorização do novo analista, e da “historicização” de sua destituição como sujeito, não se pergunta nada ao didata: nada de nada. Isto já havia sido vislumbrado na IPA, porque a respeito da passagem de analisante para analista, os didatas não teriam nada a dizer, salvo algumas honrosas exceções como Arnold Pfeffer ou Maria Kramer. Nosso esforço por sustentar o dispositivo do passe se fundamenta em não nos conformarmos com a ignorância do didata, e deslocamos a pergunta e o interesse da “hystorização” para o analisante, apostando em sua aptidão para testemunhar sobre o acontecido no terreno do desconhecido e incurável do sintoma, do irrepresentável de um ato condenado a ser desmentido cada vez mais e de uma satisfação final incompreensível para o Outro.

O dispositivo do passe foi desenhado para que pudéssemos apreender algo do que ocorre em cada analista no momento de sua autorização a partir dos efeitos didáticos de sua própria análise. Descartado o didata, como bom clínico dessa fase, a apelação se faz à autohistorização do analisante.

Essa “hystorização”, essa *histoire de l’hysterie* finalmente analisada e escrita, implica do lado do sintoma incluir esse mesmo *y* entre o *Savoir y Faire* do *savoir faire: savoir y faire*, saber fazer com o seu sintoma. Sobre essa “hystoria”, de como chegou até ai, não existe outro a quem perguntar que ao próprio analisante. O psicanalista pode acompanhar seu analisante até a porta do ato, mas se o obstáculo for quebrado, o analista será abandonado antes mesmo de cruzar o umbral. Nada poderá nos dizer o analisante desse momento, que já não tenha vivido, de que já não tenha sido o *partenaire*.

Agora, quais são os critérios? Os de um *krinein*,⁴⁹ um escolher, um eleger aqueles ao qual outorgamos uma relevância ética peculiar. São os critérios do *parlêtre* que reage, que se defende, que se divide como sujeito, se rearma, se destitui, se separa, ama ou odeia. Tratamos o analisante como *res eligens*, a coisa que elege, que tem direito a fazê-lo, que seleciona entre diferentes possibilidades e opta por alguma e se acomoda de alguma forma diante do impossível de modificar. Esperamos que o passe se revele como ato psicanalítico no sentido lacaniano: o momento de escolha onde o analisante passa a analista.⁵⁰

A que responde a designação como AE de alguém que tenha questionado sua experiência? Dá-se lugar as suas razões, as suas escolhas pessoais no que elas têm de arbitrárias, de psicológicas, de não analisáveis, mediante as que podem dizer alguma coisa desse momento de escolha que é o passe, logo após questionar sua experiência de análise: é uma questão de escolhas, mas escolhas tomadas não sem haver realizado a experiência do inconsciente, com a vontade de liberdade que ela implica.

Uma última consequência: por que a responsabilidade epistêmica e inclusive ética no passe corresponde ao analisante e não a quem foi seu analista, um resultado é que não deveria haver restrições a respeito de quem é o didata. Corresponde privilegiar a experiência de “com quem” se tenha feito a experiência, os títulos e a experiência política deste didata, e é um fato que

⁴⁸ J. Lacan, “Função e campo da fala e da linguagem”, in *Escritos*, op. cit., p. 310.

⁴⁹ Termo grego que significa “ crítica”

⁵⁰ A “Proposição” de Lacan inclui essa qualificação do momento do passe: é um momento eletivo (*électif*). Cf. J. Lacan, “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, op. cit., p. 375.

aqui não existe lista de didatas, ainda que não esteja certo de que todos os nossos jurados opinem assim.

Concebo o passe, em síntese, como um dispositivo de sensibilização da comunidade de Escola à clínica do real, de sensibilização a alguns símbolos de escolha que se produzem no analisante e que desde o ponto de vista do reconhecimento e do imaginário podem parecer meros buracos. O ensino do passe, se realmente existir, tem que partir do passante. Onde nos pequenos detalhes, que pareceriam irrelevantes diante dos outros, ele encontrou a chave para autorizar-se analista.

Tradução: Ida Freitas

3. A Escola, condição de possibilidade do funcionamento do passe

A concepção que fazemos de uma análise que chegou ao seu termo condiciona todo o funcionamento do dispositivo, pois essa concepção está em jogo na designação dos passadores, nas supervisões e nas respostas dos cartéis do passe. Como essa concepção é elaborada na comunidade dos membros?

1ª sequência

Mario BINASCO

Para dar satisfação, uma Escola do passe

Ocorre, às vezes, perguntar-me: no fundo, o que é que pode fazer limite, porém de uma boa maneira, a isso que acontece, de tempos em tempos, a alguém de sentir como insuportável as conjunturas da vida de nossas Escolas — isso que não é signo que se está influenciando algo real, bem ao contrário — e pode nos ajudar a tratar as tentações, seja a de ceder maniaco-depressivamente, seja a de elaborar maniacamente as ocasiões de luto que encontramos nelas?

O que pode nos ajudar a suportar esses pseudo-encontros com o real, permitindo-nos, justamente, nos orientar mais além dos falsos-semblantes sobre as coisas que verdadeiramente estão em jogo e com os restos do real que solicitam nossa responsabilidade neste mundo? Evidentemente, faço eco da expressão de Lacan “antes maniaco-depressivamente”, empregada por Lacan a propósito do final de análise: se trata aí de um luto que não é qualquer luto, que deveria fazer tocar, de uma maneira mais ou menos definitiva, uma corda do real: na nossa experiência psicanalítica, este luto nos faz distinguir melhor e manejar as cordas que fazem os nós que encontramos na realidade da civilização, aonde vivemos todos?

Creio que para nós, lacanianos, não apenas lacanianos de fato, mas os que querem também *ex-sistir* como analistas seguindo Lacan, não há nada que possa responder a esta pergunta mais do que o passe: não somente porque ele é solidário das últimas elaborações de Lacan sobre o inconsciente e suas “consequências” na vida dos seres falantes, mas também porque ele é solidário do ato. Mais do que isso: é a forma mesma, o corpo, que tomou o ato de Lacan em um momento extremo de sua presença no trabalho; ato analítico de Lacan, na medida em que não interessou somente aos analisantes, mas sobretudo aos analistas. Este ato e seu estilo estão ali, gravados não como mandatos, mas inevitáveis, pois se impõem com sua oferta a essa via para *ex-sistir* como analistas. Como se pode ver de maneira impressionante na leitura do Prefácio inglês⁵¹, cuja influência não me desprendo — descobri esse prefácio recentemente por mediação de Colette Soler e ele repercutiu em mim sobre “A carta aos italianos”, que estava já bastante inscrita e que eu havia sido o mensageiro.

⁵¹ O autor se refere ao “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, in *Outros escritos*, op. cit., p. 567-9.

Nesse sentido — para retomar as palavras que representam essa seção —, diria que o passe seria a condição do funcionamento de nossa Escola, e que a Escola condiciona o funcionamento do passe: claro que as duas expressões são verdadeiras, porém seu risco é registrar seu funcionamento — seja da Escola, seja do passe como dispositivo — e reduzir os problemas a esses registros de funcionamentos. Os funcionamentos são fundamentais, pois sem eles nada do que é da ordem da companhia humana guarda forma. Mas os funcionamentos em ato são diferentes segundo as companhias: um batalhão não é um clube de caça, mas os dois podem usar fuzis. Quero dizer que o passe (experiência em ato, concepção, dispositivo) deveria repercutir sobre a concepção da estrutura ou modalidade dessa companhia, que chamamos nossa Escola: depois da de Freud — que não, finalmente, a do anel — depois daquele do Lacan-vivo, será a companhia do passe? É necessário ver como: porque o passe faz a especificidade de nossa Escola, porém não, em primeiro lugar, como uma pequena diferença, um costume ou um ritual próprio a nossa tribo, como cada tribo tem os seus. Porém tampouco como razão social, pois universalizadora ou totalizadora. Com efeito, cito: “abstendo-me de impor esse passe a todos, porque não há todos no caso, mas esparsos disparatados”.⁵² Impor a experiência seria prejudicar por um significante mestre o “todos” que fazem companhia de Escola, e pensar o passe como um critério universal. Sem dúvida, ainda na “Carta aos italianos”, Lacan mantinha a ideia da solidariedade entre o “todos” do grupo e do passe, o passe passado, desta vez, e não por passar: o grupo teria de ser “a companhia do passe passado”. No “Prefácio inglês”, ele renuncia ver em sua Escola um “todos” a quem impor a experiência: porém não renuncia ver um “todo”, um todo que vira⁵³ a quem impor o oferecimento — oferecimento que precede, tanto para o passe como para a Escola.

Nesse caso, a Escola seria a companhia dos esparsos disparatados, que se fazem companhia — a quem e para quê? Àqueles que, de maneira singular, o oferecimento do passe, já por si só, indica um ponto que não podem evitar: o passe em lugar de um *by-pass* que produziria mentira verídica, antes que uma verdade mentirosa. Companhia também no trabalho solitário mas não autista — um trabalho “particular” — que cada um na psicanálise, como analisante ou como analista, conduz para fazer, por sua vez, companhia a algo que é impossível de fazer, ainda que viva com o sujeito, quero dizer, o inconsciente: “que só é o que se crê — digo: o inconsciente seja o real — caso se acredite em mim.”⁵⁴ Palavras com as quais, parece-me, Lacan vincula o inconsciente. Companhia com seu inconsciente impossível tanto mais que “não há amizade que esse inconsciente suporte”.⁵⁵

Então, o passe determinaria a Escola por sua presença mesma, que não é somente dispositivo institucional ou especulação doutrinal: sua presença torna presente, por sua vez, algo do que está em jogo real, convertendo-se em condição ou fator da *ex-sistência* de certos psicanalistas. Sua presença é do mesmo estilo que a presença de Lacan, fazendo inclusive corpo com esta. É inseparável da pergunta que Lacan coloca, repetidamente: há casos com outra razão ou impulso a ser analista que a de estabelecer-se?⁵⁶ Pergunta que ele define “exigível para suportar” não o inconsciente real, e sim o “o estatuto de uma profissão” — profissão que nos coloca, sem dúvida, “no trabalho do inconsciente”, sem aliviar o horror do ato.

Remetemo-nos ao “Prefácio inglês”: evidentemente é um texto sobre o passe e sobre o analista, na série dos suplementos à ética do psicanalista, escritos por Lacan (entre os quais, *Mais, ainda*, “Televisão” etc). Porém, em primeiro lugar, é um texto, pode-se dizer, não-teórico. Tem, evidentemente, um grande alcance teórico, porém não passa pela articulação do saber da teoria: é, apesar de tudo, sensacional que as palavras-chave conceituais de sua teoria estejam ausentes: nada de “significante”, de “simbólico”, de “imaginário”, nada de gozo. O saber aparece exatamente em

⁵² Ibid., p. 569.

⁵³ Em francês o autor usa a expressão *un tout-venant*.

⁵⁴ J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, op. cit., p. 567.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibid., p. 568.

um “sabe-se um si mesmo” (notemos que o si mesmo não é o Eu⁵⁷). O inconsciente, real, ele o acrescenta ao seu dizer: o objeto evoca-o no momento oportuno, mas para dizer que é por haver produzido a única ideia concebível, que ele pôde “mostrar no passe, esta prova da “historisterização da análise”⁵⁸. “Haver produzido” e “haver podido” são dois fatos de sua história pessoal — e de seus ouvintes também. É tentador falar de testemunho, pela frequência e importância das expressões em primeira pessoa: “faltaria dizer uma verdade ...e a deixo escapar”, “na maturidade, aqui coloco meu grão de sal”, “encontrava-se preso na aventura...e a fiz deslizar” , “por ter imposto a Freud: a Aimée de minha (ma) tese [*mathèse*]. Eu teria preferido esquecê-lo, mas não esquecemos aquilo que o público nos relembra”.⁵⁹ Até esta afirmação surpreendente: “Repudio esse certificado, não sou um poeta, mas um poema. E que se escreve, apesar de ter jeito de ser sujeito”.⁶⁰ Penso que esta frase nos dá uma chave para situar este texto: na verdade, nenhuma dessas referências a “eu” fazem um discurso “subjetivo”, falamos do sujeito Lacan”.

Por outro lado, “dar testemunho do melhor da verdade mentirosa” não é dar testemunho sobre o sujeito e sobre suas mentiras.

É muito explícito, chega a dizer formalmente: não sou um poeta, dizendo melhor, alguém, mas um poema, um escrito. E para não deixar dúvidas: “que se escreve, apesar do aspecto de ser sujeito”. Que se escreve, então, na medida de suas elaborações e de seus ensinamentos, porém por que não de sua prática? Com efeito, o que é que ele diz nas últimas linhas desse texto? “Eu assinalo — assinalar, dar signos — que como sempre os casos de urgência me envolvem enquanto escrevo isso. Portanto, escrevo à medida que creio dever fazê-lo, para estar à par com estes casos, fazer com eles o par.” Por que assinalar isso, senão porque, seja sua prática de analista, seja seu escrito, não podem ceder um ao outro, uma vez que se vinculam no “escrito de Lacan”, genitivo, seja subjetivo, seja objetivo.

Poder-se-ia tomar esse escrito como um testemunho, e ver nele Lacan como um sujeito barrado pelo fato de não poder, como todos nós, dar testemunho para ele mesmo, do que seria o verdadeiro. Porém, dizendo “um escrito”, Lacan vai mais além desta dimensão. Parece-me que há aqui algo do passe, em sua dimensão extrema, o passe de alguém para quem o passe-procedimento é impossível e que, por outro lado, dizia: “Estou sempre no passe”. E também escreveu em sua carta de dissolução que estava no trabalho do inconsciente.⁶¹ Parece-me interessante ler isso com este prefácio.

Com efeito, lendo este texto pela primeira vez, tive uma suspeita disso que poderia significar a passagem de *Encore*, na qual sustentou que às jaculações místicas se deveria “acrescentar os *Escritos* de Jacques Lacan, porque é da mesma ordem”.⁶²

É trivial, mas devemos ter em conta que Lacan nunca respondeu a sua pergunta que justifica sua proposta do passe: “há outra razão para historizar-se?”. Ele nunca respondeu com sua experiência de si mesmo. Assim, tomou um lugar chave diante da quantidade de analistas que somos, porém é *um* lugar, o lugar de *um escrito*, não de uma escritura: é um escrito enquanto singularidade que tornou-se inevitável, portanto, algo real.

Uma das coisas mais interessantes desse texto é a maneira com a qual Lacan reformula ou resume o ato do analista e sua relação — pode-se dizer o ato do analisante? — em torno da expressão “dar satisfação” a estes “casos urgentes”, como rebate seus analisantes: “dar essa satisfação é a urgência que a análise preside, interroguemos como pode alguém se dedicar a

⁵⁷ O autor usa o pronome *Je*. Para a diferença entre o *moi* e o *je*, verificar a tradução proposta em *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

⁵⁸ Estamos mantendo a tradução que está no referido artigo, publicado no Brasil em *Outros escritos: história*. Lacan marca, em francês, na grafia com y, em que está juntando história com histeria. Em português, a tradução história busca reunir os dois significantes.

⁵⁹ J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, op. cit., p. 568.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ J. Lacan, “Carta de dissolução”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.319-320.

⁶² J. Lacan, *O seminário, livro 20: Mais, ainda*, 2ª, Ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 103.

satisfazer esses casos de urgência”.⁶³ É evidente o vínculo dessa reformulação com a pergunta do passe: a pergunta dessa singular satisfação — que ele não se preocupa em colocar nas séries freudianas ou lacanianas dos tipos de satisfação —, destino da afirmação/constatação que “a miragem da verdade, do qual só se pode esperar a mentira...não tem outro limite senão a satisfação que marca o fim da análise”.⁶⁴

Seria necessário explicar e comentar muitas coisas, porém não se tem tempo. Por exemplo, o fato de ele dizer que é a análise, e não diretamente o analista, o que deve presidir a urgência de dar sua satisfação. E há o fato de esta satisfação ser “para uso de um particular”. Marco essas duas afirmações que são, ainda, um pouco enigmáticas para mim. Reconheço que depois de Freud a psicanálise mudou, e sua prática a dois passou a se apoiar sobre a pergunta dos vínculos que podem unir analista a analisante, e também a outros analistas: e como ficou a pergunta sobre a Escola e sua presença na civilização, e, em consequência, do papel do passe nessa presença?

Isso havia sido a reformulação em termos de satisfação a dar a casos urgentes — satisfação que seja, certamente, o problema de articular a relação do passe com ela — que me havia afetado, e assim sugeri meu título.

Pensava em todos esses analistas que se dedicam a dar satisfação, cada um no espaço fechado ou delimitado de sua prática a dois, e me perguntava sobre que tipo de conexão poderia, em todo caso, haver entre todos esses quartos em que acontecem o ato analítico, metonímia dos analistas, e também um pouco dos analisantes, ao menos *via*⁶⁵ mercado. (Eu recorde, a partir da passagem da *Nota Italiana*, na qual Lacan recomenda ao grupo italiano recrutar-se à base do passe, e escreve acima: “caso contrário estaria condenado à extinção porque não contribuiria para o saber e não primária sobre o mercado”. Isso também seria interessante de discutir, e não somente sobre o lado extensivo das relações com a civilização). Todos estes quartos e esses espaços fazem “casa” da maneira que são? A necessidade do quarto se estende à relação (impossível, claro) com o real — que em si mesmo está “fora de”, porém que, para revelar-se como “fora de”, necessita sempre algum lugar: e, por outro lado, o passe também, que é um pôr a prova, uma provocação do real, que deve encontrar um lugar para desenvolver-se. O real deve ser acolhido/convidado no vínculo entre os analistas, dado que outros discursos o acolhem a sua maneira? Pensava que, em italiano, a expressão “casa de encontro” significasse “bordel”⁶⁶. E também pensei na proximidade da expressão “Escola do passe” e “Escola de passagem”⁶⁷, conexão de lugares de satisfações singulares que assinalam um determinado final — final que para um dos dois é des-ser, e para outros converte-se em razão de interesse para confrontar-se com uma posição. Por que e como esta ligação está para além do mercado, ainda mais se o mercado não está para além?

Empreguei, frequentemente, a palavra “extremo”: há ‘esportes extremos’ e, também, parece-me, ‘sexo extremo’. Se limpármos essa palavra de seu caráter fantasmático, poderíamos aplicá-la à psicanálise, com Lacan e os lacanianos: já muitos colegas não lacanianos pensam que Lacan faz “psicanálise extrema”, e não sem razão, o passe está no centro disso.

É necessária a pressa: pensei ser interessante, sem dúvida, ver surgir a palavra amizade, mencionada por Lacan no referido prefácio: não há amizade que esse inconsciente suporte, mas basta prestar atenção para que se saia disso⁶⁸. Mas nisso que é ajudar as pessoas a confrontarem e manterem sua relação singular com sua causa e seu destino, desde a antiguidade este termo diz-

⁶³ J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, op. cit., p. 569.

⁶⁴ Ibid, p. 568.

⁶⁵ O autor coloca em itálico o “via”, destacando-o no texto. Embora M. Binsco escreva em francês, é italiano, e acreditamos querer marcar com esse *via* uma duplicidade: via como caminho, no sentido metafórico e via como rua — como é o termo em italiano — para falar do mercado e introduzir a indicação de Lacan aos italianos. Aliás, texto que, em seguida, o autor começa a comentar e no qual Lacan fala em abrir um caminho, uma via.

⁶⁶ Em francês, o autor escreveu, respectivamente, ‘maison de rendez-vous’ e ‘maison de passe’, jogando com a maison de passe, bordel, e a casa, um lugar para o passe.

⁶⁷ Respectivamente, ‘École de La passe’ e ‘École de passe’.

⁶⁸ O autor faz em sua referência uma inversão das frase. Verificar a tradução brasileira, J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, op. cit., p. 567.

nos algo. Os amigos do inconsciente? Os amigos do passe? Em todo caso, para os antigos, a amizade estava a serviço da relação com a causa e não a serviço do grupo.

Fília, amizade, assim como casa, evoca economia (palavra da qual deriva), as leis da casa (*Televisão*): uma casa é relativa a sua economia. Uma casa, uma Escola, inclusive do passe, se tem relação com a psicanálise, deve poder prestar contas do fato de que “somente a psicanálise abre o que funda esta economia no intolerável”. Então, dar refúgio a esses que se exercitam nisso pode bem ser uma oportunidade.

Na história há formas de relações de apoio, de sujeitos que se confrontavam com o real e que compartilhavam de alguma maneira sua experiência. Inclusive quando se encontravam sozinhos diante do rosto insuportável dessa confrontação: de nosso ponto de vista, seria interessante reler a experiência das redes de monges do deserto (seríamos nós os monges do *deser*?⁶⁹ Estilistas já somos em nossas vidas profissionais): esses monges, somente em sua relação com a causa, não em comunidade de vida, e sim de experiências, e, de toda maneira, fazem amizades. Penso que tiveram o papel de ajudar a seus contemporâneos a orientarem-se e a sobreviver em uma crise notável da civilização — a partir de sua experiência, aparentemente, no limite do social. E penso, também, a isso que Lacan alegou, em seu “Ato de fundação” sobre a Escola, como base de operação sobre o mal-estar na civilização. Novamente, vem-me ao espírito a frase que Silvano, do Monte Athos⁷⁰ (um dos últimos grandes *starvi* espirituais do Oriente), disse: “tenha o teu espírito no inferno e não se desespere mais”. O inferno é um lugar tão pouco turístico como o inconsciente, e uma condição que não permite grandes intercâmbios de saber, nem verdadeiros vínculos sociais. *Mutatis mutandis*, se o passe, tão solidário dos desenvolvimentos extremos de Lacan sobre o inconsciente real, permitia orientar e centrar o interesse dos analistas sobre o trato desses limites, que são a essência da psicanálise. Creio que inclusive as dificuldades e tentações na Escola, de que falávamos ao princípio, podem tornar-se ocasiões de contribuições ao saber, importante para cada um e com sentido para todos.

Tradução: Andrea Brunetto

Gladys MATTALIA

A Escola: campo de possibilidades – construção de um saber sobre o impossível

1 – O que posso falar de minha experiência

Quando Florencia Farias me convidou a dizer algo sobre minha passagem pelo dispositivo do passe, um grande entusiasmo tomou conta de mim. Disse: sim, sem dúvida algo me ocorrerá para transmitir... E me pareceu uma excelente oportunidade para organizar esta experiência recente e uma oportunidade também para ultrapassar a inércia e fazer um ato de escrita.

Quanto ao título, havia pensado nele, no começo, de outra maneira: “A Escola: Campo de possibilidades — determinação do impossível”. Porém, fiz nele algumas modificações... Conservo a Escola como um “campo de possibilidades”, para demarcar a questão do campo lacaniano como o campo do gozo. E a Escola como um lugar para verificar em ato, pelo dispositivo do passe, esse vasto campo. Retiro “determinação” porque dá a ideia de um saber fechado, determinista e determinado. E isso é o mais oposto ao esperado de uma Escola do passe. Ficou então: “A Escola: Campo de possibilidades — construção de um saber sobre o impossível”.

⁶⁹ O autor está jogando com a palavra *désert*, deserto, e *désêtre*, desser.

⁷⁰ O autor refere-se ao monge ortodoxo russo São Silvano, da Vila de Vovski, região do Tambov, na Rússia, que foi consagrado no Monastério Russo de São Panteleimon.

Desde minha incorporação à CIG 2006/08 (Comissão Internacional da Garantia) da EPFCL, os fatos foram sucedendo e a pressa⁷¹ marcou o estilo.

Primeiro Cartel do Passe: eleição do Mais-um, três testemunhos de passe, seis passadores, duas línguas: espanhol e francês, os membros do cartel de diferentes países: Itália, França, Espanha e Argentina.

Não se obteve a nomeação de AE para nenhum dos passantes, porém, isso não impediu aos membros do cartel apreciar: em um, os efeitos do percurso analítico; em outro, o valor da criação poética como suplência pela via da escrita e, em outro passante, seu compromisso com o tratamento e com a Escola. Os três passes foram extremamente interessantes, inclusive evidenciando que não podia ser questão de nomeação. E isso constitui já um ensinamento: a evidência da não-nomeação.

A nomeação não é a razão de ser do passe. O passe é diferente da nomeação. O passe é uma genialidade de Lacan que se constata quando se atravessa a experiência. O passe — no dizer de Colette Soler — *é uma oferta*: à CIG (Comissão internacional da Garantia), aos cartéis do Passe, aos passantes, aos passadores, aos AMEs (que designam os passadores), aos passantes potenciais... e é uma oferta também ao conjunto da comunidade da Escola.

O que não se pôde isolar — nos passes escutados — foi esse momento de passagem de analisante a analista pela via do desejo do analista. Foram isolados, porém, momentos de angústia, de luto, de encontros com o real, dados de estrutura...

Uma coisa é a historicização do sujeito analisante e outra é a *historicização* do analista, como e por que se lhe adveio a função de analista, o desejo do analista.

Nossa Escola como comunidade de experiência, com seu funcionamento internacional e plurilinguístico, oferece uma *nova forma de garantia* que alivia, em grande medida, os fenômenos imaginários de grupo. Suponho que estarão de acordo comigo que não é o mesmo apresentar-se ao passe ou fazer parte do dispositivo em uma Escola de colegas (amigos ou não...), com pessoas que se compartilha cotidianamente o trabalho, ou fazer funcionar o dispositivo do Passe em uma Escola com sujeitos um pouco anônimos. Uma Escola internacional com Cartéis do Passe internacionais.

Esse primeiro cartel que me coube integrar estava constituído por pessoas que eu só havia visto ou escutado umas poucas vezes, ou lido suas produções teóricas. E isso, posso assegurar, marca uma diferença.

Logo veio a atividade de Escola que os colegas do CIG organizamos junto com os ex-CIG, em agosto de 2007 em Buenos Aires, e a Jornada sobre o Passe, em julho de 2008 em São Paulo. Pudemos valorizar os efeitos de escrita que produz o estar atravessados pela experiência. Uma experiência em constante via de construção. Trabalhos elaborados por membros dos Cartéis do Passe, pelos passadores e pelos nomeados AE.

Lacan queria que as pessoas que fossem nomeadas AE pudessem falar de sua experiência, introduzir algo novo — umas poucas pedrinhas — no discurso sobre os modos do real. Sobre os momentos de passe, ou passagem de analisante a analista.

Em sua “Proposição” de 1967, Lacan denuncia o silêncio dos AEs de sua Escola. Estes encontros de trabalho na EPFCL testemunham e agregam um grão a mais ao corpo teórico desse desejo inédito e singular que é o desejo do analista. Não para constituir uma *doxa* do passe, mas para aceder ao encontro de como cada analisante, um a um, decide, em seu percurso analítico, funcionar como causa para que outros se animem a fazer a travessia. Colocar-se à disposição do inconsciente do outro. Submeter-se *ao discurso do analisante*. Uma posição de *docilidade* ao inconsciente.

Na “Nota Italiana” Lacan fala do passe e do psicanalista da Escola. Menciona dois aspectos que são a marca do desejo do psicanalista: o primeiro é o de haver cernido a causa de

⁷¹ A pressa é diferente da urgência — como o situa Luis Izcovich. A lógica da pressa é que o analista possa dar o tempo que faz falta. Tomo suas palavras e as utilizo para dizer: o tempo que faz falta para que o dispositivo do passe funcione.

seu horror, horror de saber sobre si mesmo, que tem por efeito o fato de se emprestar ao dispositivo analítico como objeto, dejetivo da humanidade. O segundo aspecto, que é consequência do primeiro, é a dimensão do entusiasmo.

De minha parte, e para alegria de nossa comunidade e de nossa *transferência de trabalho*, não constato que os nomeados AE (os que conheço e os que não conheço, mas li a respeito) se tenham inflado *narcinisticamente*⁷², se tenham enfatuado, e andem pela vida como *funcionários* da Escola. Ser *dejetivo da humanidade* é o que há de mais distante de um eu presunçoso. A lucidez lacaniana foi marcar o fugaz da experiência que deve ser renovada ao se outorgar esse título por apenas três anos. Uma vida curta, por certo!... Aproveita-se então o tempo que dura ou se passa sem deixar rastro. Alguns colegas AE de nossa EPFCL vão deixando rastros de sua passagem, e isso não é *sem consequências* para toda a comunidade analítica. Um exemplo disso foi a atividade de Escola em Tucumán (Norte da Argentina) que fizemos recentemente com Patricia Muñoz do Fórum de Medellín (Colômbia). Desta atividade participaram alunos do Colégio Clínico e colegas que nunca haviam refletido sobre temas de Escola.

Um AE está a serviço da psicanálise para trabalhar sobre os problemas cruciais e, além disso, deve estar a serviço da Escola fazendo uma oferta que torne atrativa a psicanálise. Como disse Albert Nguyen: autorizar-se é autoarriscar-se.

Nestes dias mexendo em livros velhos encontrei uma Uno⁷³... com um título que não desejo deixar passar: *Dois testemunhos de final de análise emocionam a comunidade de Buenos Aires*. E me pergunto: é o passe um espetáculo?

Quando me interessei pelo dispositivo do passe o que pude constatar, em tudo o que pude ler e trabalhar do mesmo, é que ele é regido por um princípio ético: a prudência. O passe é um dispositivo que rejeita a obscenidade do espetáculo.

Segundo Cartel do Passe: foram escutados três passes. O Cartel foi integrado por três membros franceses, uma espanhola e uma argentina. Este Cartel não fez nenhuma nomeação, obteve, porém, de sua escuta atenta ao testemunho dos passadores, alguns ensinamentos: o passe não é o lugar para autorizar alguém a instalar-se e a trabalhar como analista. Nem tampouco um dispositivo para possibilitar a alguém figurar na diretoria da Escola. Não pode haver passe sem esse *historicizar-se da análise*⁷⁴ e, menos ainda, o Cartel não pode nomear AE sem a evidência da passagem de analisante a analista. Esse momento do *passe clínico*, momento de emergência do desejo do analista.

Sabemos que a formação do analista se sustenta em três pilares: análise, formação teórica e supervisão. E sabemos ademais que para Lacan não há formação do analista, mas formações do inconsciente. Não há análise possível sem a implicação do sujeito do inconsciente. E há um passo, uma passagem, um passe que leva o analisante de sua própria análise à prática da análise. O dispositivo do passe é um dispositivo que permite elaborar coletivamente as diversas respostas dos modos como cada um dá o passo. Porém não é fazer dar o passo, mas receber os testemunhos através da placa sensível dos passadores e constatar que se houve passagem então... isso passará.

Como verão, tal como no primeiro cartel, a não-nomeação não impediu que o trabalho deixasse seus frutos.

Notarão que historicizei o dispositivo em nossa Escola desde minha incorporação nele... Parece que interessar-se, causar-se pelo saber teorizado sobre o passe acontece aos que estão atravessados pela experiência. Quem decide ingressar em uma Escola lacaniana e se compromete a trabalhar nela, deve saber que está concernido ao passe. É por isso que se faz necessário não cair no silêncio, nem na avareza da transmissão da experiência. Assim como o passante com seu

⁷² *Narcinismo*: neologismo inventado por Colette Soler que reúne narcisismo e cinismo.

⁷³ *Uno por Uno*: Revista Mundial de Psicanálise, Verão 97.

⁷⁴ Diz Lacan no “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”: “Donde eu haver designado por passe essa verificação da historicização da análise, abstendo-me de impor esse passe a todos, porque não há todos no caso, mas esparsos dispartados”. (*Outros Escritos*, p. 569).

desejo de analista causará seus analisantes, da mesma maneira os implicados no dispositivo do passe poderão causar outros pelo desejo de Escola: lugar, por excelência, de refúgio do desejo do analista.

Recordo que em uma Jornada de trabalho em Paris, em 1991, escutei Colette Soler dizer que uma Escola serve para cuidar do desejo do analista como se cuida de uma orquídea. Ela não cresce em qualquer habitat e nem de qualquer maneira...

2 – A Escola: uma comunidade de experiência e um campo de possibilidades

Nesse módulo de trabalho de nosso Primeiro Encontro de Escola a proposta foi pensar: *A Escola condição de possibilidade do funcionamento do Passe*. Partindo de uma afirmação: a concepção que se faz de uma análise levada a seu termo condiciona todo o funcionamento do dispositivo, visto que está em jogo a designação dos passadores, as supervisões e as respostas dos Cartéis do Passe. Como se elabora esta concepção na comunidade de membros?

Uma proposta é “pensar” a Escola, pensar o dispositivo do passe, para ir contra a enfermidade da suficiência e da ênfase.

A palavra “condição” indica uma circunstância necessária e indispensável para que outra possa ocorrer. A palavra “possibilidade”: propensão, potência ou ocasião para que algo exista ou aconteça.

Podemos ressaltar essas definições e reformular a pergunta: nossa Escola, em cada circunstância tem a propensão, a aptidão necessária para fazer existir uma elaboração coletiva sobre os temas de Escola? Criar o campo adequado para trabalhar duas questões. Por um lado, os momentos de passe clínico em que um analisante acredita alcançar a função do desejo do analista, momentos de emergência do desejo do analista, nos quais um sujeito decide iniciar sua prática como analista. E, por outro, trabalhar sobre a concepção do fim da análise.

Em definitivo: nossa Escola possibilita uma elaboração coletiva de um saber sobre o real?

Na primeira versão da “Proposição”, Lacan nos disse que a Escola instaura entre seus membros uma *comunidade de experiência*. Uma comunidade que faz frente aos efeitos de solidão da prática analítica. Uma comunidade de experiência é um lugar que permite pensar coletivamente o trabalho de cada um. Pensar em um lugar plural sobre os perigos, os riscos do individual. O trabalho do analista é um trabalho que se confronta diariamente com o buraco no saber. Como um filme espanhol: *Não é bom que o homem esteja só*.⁷⁵ Não é bom que o analista esteja só.

Cada vez surgem mais analistas que se ufanam de sua não pertinência a uma instituição de psicanálise — “analistas independentes” — alegando que sempre há conflitos nelas. Seguramente, a *ética do celibatário* promovida pela moral capitalista atravessou as portas destes consultórios... Que ninguém saiba o que se passa no interior deles. Talvez se façam coisas boas... porém, são avarentos, “avarentos/suspeitos” ao não permitir que uma comunidade possa se beneficiar do que se possa extrair de suas experiências.

Enfim...

Tradução: Zilda Machado

⁷⁵ Em 1973, o diretor espanhol Pedro Olea nos traz esse filme com a primorosa atuação de José Luis Lopes Vázquez. Conta a história de um homem solitário que vive com uma boneca de tamanho natural. Sua vida se complica quando chegam uns forasteiros.

2ª sequência

Jose MONSENY

De a-escola a ~~A~~ Escola e retorno.

Para falar hoje da Escola capaz de possibilitar a experiência do passe, tomei como guia os esclarecimentos que as fórmulas da sexuação do seminário *mais,ainda* podem nos fornecer para a inteligibilidade da vida coletiva.

Não é uma novidade para a psicanálise a ideia de que o ser humano carece de instinto gregário. Para Freud, o vínculo social estava ligado à libido sublimada e era fruto da posição masculina, especialmente da sublimação da libido homossexual, situando a mulher como princípio a-social, coerente com a ideia de que nela não existia o supereu. A posição de Lacan difere radicalmente da de Freud, coisa que se faz evidente desde seu escrito “Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina” até formulá-lo claramente em *mais,ainda*: “... só há libido masculina. O que quer dizer isto senão que um campo, que nem por isso é coisa alguma, se acha assim ignorado.” (Lacan, *mais,ainda*, p. 108)

Congruentemente com isso, e atendo-nos à história da psicanálise, no princípio está a obra de um só: Freud e sua constância. A presença de Freud é a garantia última da psicanálise, o referente último que pode dizer o que é e o que não é psicanálise; assim se evidencia em seus enfrentamentos com Jung, Adler etc. Mas logo se coloca a questão da transmissão de tal experiência, “... da preocupação de assegurar a manutenção de seu pensamento na íntegra, mesmo quando ele já não estivesse presente para defendê-lo”, e Freud vai realizar uma primeira cisão: a criação de um Comitê secreto, “uma espécie de jovem guarda que aspirava ao veteranato, de zelar pela citada manutenção no seio da AIP, não apenas por uma solidariedade secreta, mas por uma ação desconhecida” (Lacan, “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”, p. 476), e a criação de uma Associação segundo as leis ordinárias de toda associação.

Podemos tomar esta divisão original como um efeito de estrutura, inerente ao objeto de que se trata. É evidente que, ao criar tal comitê, Freud está dando a entender em ato três coisas: que há um núcleo de analistas sobre os quais recai uma nomeação, essa nomeação só é dada por ele — aos quais se encomenda uma tarefa, esta tarefa tem a ver com a transmissão de um ensino, o seu —, preservando seu sentido original. Desse modo fica claro que Freud não confia em todos por igual, instaurando assim um *gradus* de fato, especialmente em relação ao círculo de Viena; e que não se engana demasiado acerca dos efeitos decorrentes de confiar a prática da psicanálise à uma instituição.

Apesar disso, decide confiar em uma dessas instituições “ordinárias” e a divisão, Comitê secreto-Associação, passa a ser Freud-Associação, uma vez dissolvida aquela e colocando-se a certa distância da AIP. Quando de sua morte, esta solução se revelará insustentável e os efeitos de uma Associação como depositária da tarefa de transmitir a psicanálise serão “desastrosos”. Pois o exercício de autoridade, tal como ele opera nestas sociedades, onde não vigora a separação entre *gradus* e hierarquia, com a conseqüente coalescência entre a hierarquia e a suposição de saber, isto é a transferência, comportará “... a organização que obriga a Fala a caminhar entre dois muros de silêncio (o dos que não falam — Suficiências e Sapatinhos Apertados), para ali realizar as núpcias da confusão com o arbítrio (Bem-Necessários povoando o silêncio com seu discurso desligado de sua própria lógica e Beatitudes porta-vozes das Suficiências)” (Lacan, “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”, p. 481)

Tudo isso acarretou que “da enorme quantidade de experiência que atravessou a análise, seu ensino não pode reter quase nada em sua peneira”.

Este era o diagnóstico duro, formulado em código satírico, que Lacan realiza em 1956 e que o mesmo situa como prólogo necessário para se ler sua proposição de 1967. Creio não ser

abusivo afirmar que é uma forma de dizer que são posições sempre factíveis de serem retomadas em toda sociedade analítica.

Todos os passos que Lacan dá na institucionalização da transmissão da experiência analítica têm como intenção evitar os males que as sociedades que funcionam “segundo as leis ordinárias do grupo” acarretam à transmissão da psicanálise. Por isso Lacan vai modificar: 1- os princípios de funcionamento dessas sociedades, 2- o vínculo entre o que se ensina nelas e a forma de entender o que é uma psicanálise, incluindo o chamado didático do que não se sabia dar conta de sua natureza, apesar de ser perceptivo e programado “*avant coup*” e em retorno; 3- o permanente “*aggiornamento*” de tais instituições, fruto do funcionamento das mesmas e da evolução na concepção da própria psicanálise.

De todas as diferenças nos princípios de funcionamento que Lacan introduz em sua Escola relativamente à AIP, o lugar central do trabalho na formação do analista e na transmissão da psicanálise me parece uma questão que interpela de forma especial nossa Escola. Isso pode ser visto claramente nestes três níveis:

A - A Escola: “Este nome designa um organismo onde deve realizar-se um trabalho”.

B - A entrada na Escola deve fazer-se por um modo que se expressa assim: “alguém adere à Escola apresentando-se em um grupo de trabalho (o cartel)”.

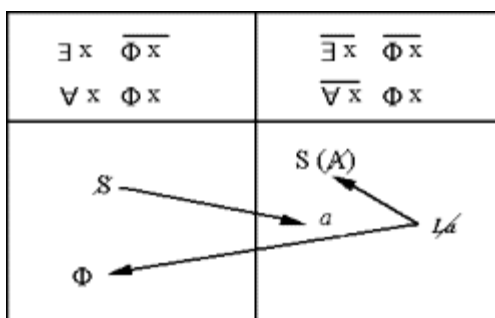
C - A nomeação de AE comporta acima de tudo um encargo de trabalho.

A preguiça, o comodismo, o silêncio, são traços dessa Sociedade que Lacan compara com o *Caso do Sr. Valdemar*, ou seja, com esse morto que só mantém seu corpo sem desagregar-se pelo efeito hipnótico da voz, que neste caso seria a de Freud. (*Escritos*, p. 490)

Em sua nota adjunta ao “Ato de fundação”, Lacan nos diz: “lembramos que a pior objeção que se pode fazer às sociedades da forma existente é a cessação do trabalho, manifesta até na qualidade, que elas causam entre os melhores”. (*Outros escritos*, p. 242)

Por que a hierarquia tende sempre por estrutura a fazer obstáculo à colocação em comum do efetuado na experiência analítica?

Especialmente se esta tem como finalidade a identificação ao analista, pois essa versão de final de análise é coerente com o modo masculino de sustentar a autoridade . A função agrupante sustentada pela função paterna tende de *per si* à totalização. Lacan: “O todo se apóia então aqui na exceção postulada como termo, como o que nega integralmente a esse Φx ” (*mais, ainda*, p.107).



É por causa dela que tudo o mais é rejeitado como disruptor dessa ordem totalizada por uma autoridade ideal, que não é outra senão a do pai ideal. Isto implicará permanentes segregações, sob uma modalidade interna que penaliza os questionamentos, as inovações e tudo aquilo que, sendo da ordem “da posição feminina”, possa ser colocado em jogo no seio de tal ordem. E por outro lado, sob uma modalidade externa que implicará em expulsões e cisões periódicas. Tanto aquilo que é da ordem da “causa” quanto o que releva da posição do analista, sabemos que têm uma profunda afinidade com a posição em *a*, por isso a segregação que realiza o S_1 , que ao propor-se como significante que sustenta e completa o todo- saber sobre a psicanálise, afeta sempre toda esta série de coisas.

Daí a lógica da afirmação freudiana do feminino como a-social, embora as próprias analistas mulheres já tivessem feito notar a Freud que a dimensão paterna e fálica do Édipo não drena tudo aquilo que na menina é vivido em relação à sua posição sexual, fazendo-o reconhecer a importância de uma fase pré-edípica na menina.

Isto implica que proponho duas modalidades hierárquicas? Deveremos afirmar, de acordo com estas posições simétricas, que ao patriarcado opõe-se o matriarcado? As reflexões de um Bachofen sobre um “direito maternal” sugerem claramente que o matriarcado não deixa de ser um mito, portanto, algo que responde ao tratamento do real. Mas nenhum historiador jamais encontrou qualquer pista histórica de um matriarcado. O que não quer dizer que não haja mulheres que possam muito bem sustentar o Um da exceção fálica e homens que possam posicionar-se no lado *a*. Não proponho essa coisa que está na moda de cotas de mulheres nas instâncias, falo de outra coisa, da limitação que a ordem fálica — na qual se inscrevem tanto homens como mulheres, ao menos em grande parte — tende a instalar, barrando o caminho a tudo que é a verdadeira alteridade.

Por que o modelo totalitarista-masculino de autoridade conduz à preguiça, à rotina e ao comodismo...?

Porque dele pode-se esperar que na medida em que alguém tenha sido incluído no conjunto pela via da cooptação das autoridades (*maiorais*), possa sentir-se nomeado “ser analista” *via* identificações imaginárias e desse modo suturar de uma vez por todas a questão. Se alguém “é” psicanalista, assegurado por ser freudiano, kleiniano, lacaniano... não haverá por que questionar-se seu fazer.

Há uma falsa saída dessa aporia, é a do S_1 supostamente animado de outro desejo, o de fazer *semblant* do que sustenta a falta, “enchendo a boca” com o “não-todo” que impulsiona ao trabalho: publicar, participar de congressos, atividade militante... etc. Mas isso no essencial não muda nada, pois o de que se trata é que esses trabalhos confirmem a “*père version*”, que faz reinar o pensamento único, como o chamou Colette Soler em seu livro do mesmo título.

Contra esta tendência Lacan introduz em sua Escola, desde 1964 (*Ato de fundação*), uma série de mecanismos que limitem estes efeitos:

- Ruptura do silêncio, produção de todos: “Os que vierem para esta Escola se comprometerão a cumprir uma tarefa” (*Outros escritos*, p.235);
- “... confronto contínuo entre pessoas que tenham a experiência da didática e candidatos em formação. Sua razão de ser fundamenta-se naquilo que não há por que ocultar: na necessidade que resulta das exigências profissionais, toda vez que elas levam o analisante em formação a assumir uma responsabilidade, por menos analítica que seja” (*Outros escritos*, p.236) (antecedente do passe);
- Caso particular da situação anterior, o problema da entrada nos controles.

O que não ganharíamos em rigor e seriedade se colocássemos efetivamente em jogo estas disposições de Lacan em nossa Escola dos Fóruns?

Lacan reintroduzirá desde o início a questão da causa sob a forma do que questiona o saber estabelecido, na medida em que ele não se deixa simbolizar plenamente; resto, verdade meio-dita, mulheres não-todas... não cessam de questionar os analistas e suas instituições.

Creio que seja por isso que na primeira versão da “Proposição” Lacan sugere colocar a função do AE em $S(\mathbb{A})$ para assegurar o descompletamento do saber, “o que faria E”, quer dizer Escola. Entretanto é óbvio que essa formulação, embora seja importante, não basta; é imprescindível que na Escola se sustente o saber como “não- todo”, mas isso não é suficiente.

O que permite a reintrodução do *a* excluído de uma ordem de saber, pretensamente totalizante, é levar o fim de análise até a questão da construção da fantasia, até perceber que $\$$ barrado não aborda o campo do fora — masculino, a menos que emparelhando-se com *a*. Embora não seja ainda a abordagem do real, permite ao menos abrir uma janela sobre o real, pois pode-se atravessar esse fantasma, tanto no sentido de bascular de $\$$ até *a*, como no sentido de atravessar seu marco imaginário.

O fato de o sujeito bascular até a posição de a , não implica uma série de efeitos estruturais? Tanto para um sexo como para o outro, isso supõe retificações importantes. Para o masculino, ter ido mais além do que Freud designou como limite; para o feminino, assumir sua divisão recusada na posição histórica, especialmente quando se trata de incluir-se totalmente no lado fálico — pela via do ser ou ter — ou pela via do rechaço ao fálico passando do toda ao todanão, querendo encarnar A mulher, por exemplo.

Lacan, coerente com esta visão clínica do passe na análise, constituirá a estrutura do passe na Escola, uma nova forma de colocar a prova aquilo que levou alguém a querer ocupar esse lugar para outros.

Se prestarmos atenção ao que na “graficização” da lógica da sexuação coloca em relação à posição em a , talvez possamos também deduzir novos matizes ao experimentado por um sujeito ao final e os efeitos esperados na Escola.

Destituição subjetiva, não tanto porque ao aceitar-se em seu ser de objeto se sinta menos ser — isso em todo caso acaba operando a separação de a e de $S(\mathbb{A})$ —, mas por saber-se enquanto tal, tomado na rede em que ele possa ser traficado, sem apartar-se por isso do que o causa como desejo.

Desde a , o sujeito tem um melhor acesso a $S(\mathbb{A})$, sob a condição — acrescentamos desde *mais, ainda* — de separar de $S(\mathbb{A})$ o a , senão seria fazer psicologia. Assim, pois, o AE não supõe apenas descompletar o saber, mas também ser capaz de sustentar uma vontade de encarar “o real”.

Se Lacan pode dizer que as mulheres estabelecem uma relação com o inconsciente de tal modo que elas o compreendem melhor que os homens (resposta dada a Ritter, em Strasburgo), não seria lógico supor uma melhor relação com o inconsciente naqueles sujeitos que, seja qual for o sexo, tenham experimentado esta posição em a ?

Embora o a seja *semblant*, dessa posição o sujeito se aproxima mais da experiência do real, no tanto que para tal graficização (*mais, ainda, p.128.*) “... se mostram as correspondências que fazem do real uma abertura entre o semblante, resultante do simbólico, e a realidade tal como ela se baseia no concreto da vida humana...”. Isto é, as Escolas enquanto instituições seriam realidades que recobrem um real na direção da imaginarização; já o produto do passe — quanto mais se aproxima do semblante de a — seria um simbólico que aponta para um real, justo na juntura onde “esse furo” possa ser encarado.

Em consequência, não se colocaria o sujeito, nessa posição, mais inclinado na direção que lhe possibilita fazer face a esse reduto do real demarcado pela angústia, o qual para ser situado necessita do nó borromeano, que escrevemos $J(A)$, efeito de verdadeiro furo que Lacan faz equivaler à ausência da relação sexual? (*RSI*)

Não seria isso o que esperamos de nossos AE nomeados no passe, ou bem dos analistas, nos quais o desejo os levaria a se colocarem questões permanentes acerca da análise?

Para isso, necessitamos uma Escola que, sem sonhar com prescindir da hierarquia da função paterna, permita a esse efeito de autoridade e organização manter aberta a brecha (hiância), por onde tudo aquilo que é da ordem do outro lado da barra possa se manifestar. Nesse sentido, não creio que seja um abuso dizer que a Escola necessita ser bissexual, ou dito de outra maneira, deve incluir as duas polaridades mesmo ao custo de suportar que estas não façam relação. Somente isso permitirá que a hierarquia inclua o passe e que este, apesar de “*seconner l'Ecole*”, não produza forçosamente sua fragmentação, mas um relançamento de sua tarefa.

Tradução: Kátia Botelho

Marc STARUSS

O saber suposto na Escola

Onde está o saber suposto na Escola de psicanálise? E, partindo de, onde está, quem é o sujeito suposto saber na Escola? Essa questão pode parecer muito teórica por sua intemporalidade. Todavia, a resposta que nós lhe damos só poderia valer se ela é atualizada, quer dizer, não somente inscrita na história, mas valendo para nós que hoje constituímos a EPFCL.

Constatemos os fatos: há uma pluralidade de figuras que acabam por ocupar este lugar de sujeito suposto saber para nós.

Para reconhecê-los, partamos de uma questão, simples assim: a quem nos dirigimos quando nos inscrevemos em uma Escola; e também quando, a qualquer título que seja, intervimos nela?

Parece-me que a primeira resposta, a mais evidente, é que, não somente nós falamos de psicanálise com as palavras de Lacan, mas com Lacan no sentido de uma ferramenta de que nos servimos como ele nos convidava a fazer, mas também nós falamos com Lacan no sentido de que falamos a Lacan.

Nós nos endereçamos a ele e mais além dele, a Freud, e também ao mesmo tempo a todos aqueles com os quais ambos dialogaram através dos séculos. Desde Empédocles até Foucault, a lista é longa, muito longa, e minha proposta não é aqui desenrolá-la.

Nós falamos a Lacan, mas para lhe dizer o quê? E, por mais silencioso que ele seja daqui em diante, para ouvir o quê dele, em troca? A resposta não me parece também simples de formular: que dizemos do outro a Lacan quando atuamos no quadro de “sua” Escola como um “Sim”. “Sim, eu te ouvi.” E a resposta esperada é apenas diferente: “Sim, tu me ouviu. E de minha Escola tu estás bem.”

Claro, nós não podemos nos dirigir diretamente a Lacan que está de agora em diante no lugar de Outro absoluto. Ele nos precisa para isso alguns mediadores, outros, e me parece razoável colocar nesse lugar os colegas da Escola que o representam atualmente — em ato e hoje, com a história que é a nossa, cuja leitura de Lacan nós dividimos e as consequências que tiramos dela.

Essa forma de existência do sujeito suposto saber na Escola é criticável, ou ao contrário desejável, até mesmo necessária? Três objeções podem se enunciar, e cada uma a seus representantes efetivos.

1. É possível objetar de início que com a letra de Lacan se trata justamente de não mais se autorizar de nenhum outro, nem mesmo dele, mas somente de si mesmo. Para opor-se a esta objeção, recordemos em primeiro lugar que Lacan se autorizou sempre de Freud, nem que fosse para criticá-lo. Em seguida, sempre disse se posicionar com relação aos seus auditores e alunos de um lugar de analisante. Esta objeção, a recusa sistemática do sujeito suposto saber, justifica, entretanto o reagrupamento dos que se pensam contra todos os mestres, reagrupamento em torno daquele que grita o mais forte do que o necessário. Ora, está claro que se autorizar de si mesmo não implica não mais falar a ninguém; e falar a qualquer um supõe sempre colocar em função o sujeito suposto saber. Eu diria mesmo que se autorizar de si mesmo pode muito bem incluir o fato de se autorizar de si mesmo para escolher-se seu sujeito suposto saber.

2. Podemos estar de acordo com o fato que Lacan é bem o sujeito suposto saber, mas contrapor o fato de que os colegas o representam. E, com efeito, alguns optam por manter um diálogo direto e exclusivo com Lacan, pensam poder privar-se dos mediadores e dos passadores que são os colegas. Isto é evidentemente uma via equivocada, pois que ela não faz da resposta de Lacan outra coisa senão uma certeza que prescinde de verificação, uma alucinação. O que não quer dizer, a priori, que ela seja necessariamente improdutiva ou estéril, mesmo se até o presente esse tenha sido o caso para aqueles que se aventuram por ela.

3. Enfim, podemos objetar que se deve haver um sujeito suposto saber como o Deus dos filósofos, que está por toda parte e em nenhuma e, sobretudo, nunca onde se tenta colocá-lo. Trata-se então de ser si mesmo por toda parte e em nenhuma parte. Enfim, esse nunca foi o ponto de vista de Lacan, mesmo se ele tenha mantido voluntariamente seu seminário fora da Escola.

Depois deste preâmbulo pelas objeções possíveis nas quais pensei, talvez me faça outras, resumamos então nosso ponto de vista: Lacan, sujeito suposto saber, está representado pela Escola, ela mesma encarnada em seus membros.

Isto não nos diz nada do que caracteriza o funcionamento da Escola em relação ao que é um grupo de interesse profissional.

Selecionamos e julgamos, nesse caso mesmo que a comunidade lacaniana pressuponha que não há juiz, menos ainda juiz último, nem mesmo Lacan. A regra democrática — um membro, uma voz, com sua regra majoritária — vai ocupar lugar nela? Para uma parte sim. Porém se é necessária a confiança nesta orientação majoritária, com o que ela comporta de ato de fé, ela não dá conta de nada, e não basta.

É, pois, tempo de chegar ao essencial de minha proposta: que quer dizer “dizer sim a Lacan”? De que se trata dar sua aprovação?

Ousemos uma resposta, apressados que estamos pelo momento atual de nossa Escola, que eu não definiria mais senão qualificando-o como decisivo para nosso futuro.

Direi sim a Lacan, como ele o assinala na quarta capa de seus escritos, é se inscrever num debate que é aquele das Luzes. Aqui mereceria um longo desenvolvimento, que eu não farei, contentando-me em recordar que se trata de nada menos que da questão desde Empédocles já mencionada, a questão da verdade, incluindo sua versão mentirosa. Quando os deuses abandonaram esta questão calando-se, as Luzes elevaram-se e, nos limites do século vinte, ela não foi esquecida, mas subvertida por Freud que introduziu o ser-para-o-sexo, a condição de precisar que este sexo é a experiência que faz de uma negatividade ‘cada *falasser*.

Desde as bordas do Etna até a rampa de Auschwitz, esta questão circula pelo nosso mundo chamado ocidental, que inventou a democracia, a responsabilidade e a criatividade humana. Este longo processo conduziu, simultaneamente, a difusão da contribuição freudiana a um fenômeno de segregação, e da exterminação da massa cientificamente conduzida, sem precedente na História, traduzindo um novo estatuto do sujeito.

A reflexão sobre este fenômeno é em minha opinião onipresente em Lacan, mesmo se as referências explícitas, que existem, não são legião. Mais precisamente, deste fenômeno ele estabeleceu a estrutura, ao mesmo tempo em que articulava o lugar do homem contemporâneo em seu mundo, seu imundo, como ele dizia, em particular com sua invenção do objeto *a*.

Outros têm refletido sobre esta questão, com mais ou menos sorte. Um dentre eles, Imre Kertész, me parece merecer um destaque muito particular por seu lugar que fez História e que ele se escolheu nela. Assim em sua Recopilação de conferências e ensaios intitulado *O Holocausto como cultura* tem o valor de afirmar que Auschwitz não é, segundo ele, o fato do anti-semitismo. Não em qualquer caso do anti-semitismo secular e habitual da Europa. Auschwitz é, para ele, sempre um fenômeno inédito, um acontecimento de alcance universal que abre uma nova era, e que é uma das saídas lógicas do estatuto dado ao homem moderno.

Não encontrei uma palavra no livro de Kertész que vá contra as reflexões sobre o tema de Lacan. Inclusive, parece-me que um e outro se completam e se esclarecem, a partir de uma experiência, entretanto, singularmente diferentes.

Para um, Kertész, o enfermo dos campos, as ditaduras, de início aquela do hitlerianismo depois aquela do stalinismo, a privação radical da liberdade, a redução do indivíduo a uma peça do sistema; para o outro, Lacan, o cúmulo da liberdade exercida no dispositivo inventado por Freud e no mundo dito “livre”. Tanto um como o outro, todavia, chegam a esta igualmente singular conclusão, tomada ao menos explicitamente para Kertész, de uma frase de Cioran : “ ser, se sentir, se saber exterior à humanidade.”

Tomemos uma frase, desde o primeiro parágrafo do prólogo de Kertész. Ele nos diz aí como escolheu depois de Auschwitz voltar a entrar na Hungria e optar permanecer ali sob o regime comunista, ele revelou a verdade de Auschwitz: “é a vida que eu vivi neste lugar que me fez conhecer em toda sua realidade a normalidade de uma existência ilegal”.

“A normalidade de uma existência ilegal”, não está aí o que nos revela a experiência analítica? Com efeito, se o desejo e a lei são uma só e mesma coisa, isto que causa o desejo é um real injustificável, fora da lei. Mas precisemos, esta normalidade de uma existência ilegal não é nada senão uma criação da experiência analítica, ela é o estatuto do sujeito moderno. A diferença se deve a sua forma de tratamento pela civilização contemporânea e pela psicanálise. Na civilização contemporânea, que para Kertész não se tornou ainda cultura, o sujeito se encontra aberto a todas as influências alienantes para tentar existir, de se fazer um nome. Abre seu corpo de “marcas” que são sucedâneos patéticos da marca significante, quer dizer, o eu e o poder político proibem de reconhecer, porque esta marca significante é um saber que não procede de nenhum sujeito: ateísmo radical, atentado sem remissão contra a encarnação do sujeito suposto saber.

Entretanto, reconheçamos que nós trememos frente a esta associação insensata: quem somos nós, para ousar nos igualarmos aos que tem vivido a experiência da absoluta negatividade nos campos da morte? Quem somos nós, para ousar dizermos, à semelhança destes testemunhos do inominável, que somos o resto da humanidade? Nada nos permitiria esta obscenidade, se Lacan de início, Kertész em seguida, não podemos mais explicitamente, só nos teriam mostrado e demonstrado que denunciar ali uma obscenidade, que sacralizar esta experiência dos campos, isto é, ainda querer desconhecer sua universalidade contemporânea. Quem somos nós, com efeito, nós psicanalistas, senão pequenos burgueses que para a maioria vivemos confortavelmente e só corremos apenas risco físico? Médicos frustrados, filósofos sem cátedra, psicólogos logo deformados pela universidade que mal instrui, nós não somos nem eruditos, nem solitários. Ao contrário, nós cultivamos o amor da vida e as satisfações que ela pode nos dar.

Nós somos, portanto, os possuidores de um saber, que nossa experiência nos libertou, mesmo se para cada um ela tenha saído sobre um mal entendido. O saber que um outro tratamento, do que aquele que faz a civilização do sujeito moderno condenado a uma existência ilegal, é possível, um outro tratamento que pode ser inclusive para ajudar a fazer cultura. Cultura, quer dizer, em nosso vocabulário, laço social.

Para isso, temos os passadores que se impõem a nós, tendo testemunhado haver transposto a passagem desta negatividade, que não toca somente o sujeito social, mas o sujeito nada mais. Ter transposto esta passagem, não para naufragar, mas para renascer, portadores de uma renovação de valores, o primeiro responsável a reconhecer a singularidade absoluta de cada um, disto que faz seu real. Lacan, Kertész, são alguns nomes destes passadores do saber. Há aqueles também que não se impõem, mas que nós reconhecemos como tal, e como no caso dos primeiros, a parte de contingência é imensa.

Estes passadores, com os quais constituímos uma fraternidade que se opõe em tudo às fraternidades soldadescas, são eles finalmente nossos sujeitos supostos saber? Sim, pela razão que eles nos acompanham nesta experiência do real, que responde especificamente a desrealização do sujeito moderno. Uma experiência cuja saída comporta o querer do sujeito, à exceção ainda uma vez de que ele possa encontrar para conduzir um passador conveniente. Isto não é, claro, sem razão, eu insisto aí sobre um termo que faz parte de nosso dispositivo do passe.

Há ainda que precisar a diferença entre estes diferentes tipos de passadores, o nível diferente de sua intervenção em relação ao saber:

- de um lado, pois Lacan, Kertész, Freud, todos esses que tem ligado seu nome ao fato que eles souberam fazer o saber inédito de sua experiência de um saber impossível de transmitir;
- de outro, os passadores que nós distinguimos a partir do que eles nos transmitem deste saber particular da psicanálise, um saber que implica isso que eu proponho

chamar, com todas as ressonâncias, incluídas as irônicas deste termo, uma ética da resistência;

- finalmente, há ainda os passadores designados que devem funcionar em nosso dispositivo do passe. Estes últimos têm com os cartéis do passe a responsabilidade considerável de escutar e de reconhecer a posição do passante em relação a sua experiência do impossível.

Ao menos sabemos o que temos que fazer, estes que aqui respondem, do fato de sua presença à denominação de analista membro da Escola: nos dedicar tanto quanto podemos a nosso sujeito: o saber e ao mesmo tempo saber reconhecer nossos passadores. Precisando que se trata de um saber particular que não é aquele da ciência, mas que, para citar ainda Kértész e concluir com ele, é um saber que só pode elevar o homem sobre a história; um saber que é aquele da língua — acrescentamos a *lalíngua* — que temos como dever salvaguardar para permitir ao sujeito dizer de seu sofrimento e também para lhe permitir viver, enfim.

Tradução: Consuelo Pereira de Almeida

4. Repercussões dos ensinamentos (dos Fóruns e dos Colégios clínicos) sobre a Escola

Os ensinamentos estão prosperando quase em todos os lugares, fora da Escola, nos Fóruns, entre colégios clínicos, e também em algumas universidades (com diferenças segundo o país). Elas servem certamente à difusão extensiva da teoria, mas a questão é saber se concorrem ou não com o efeito de escola. Como a Escola pode responder para orientar os diversos ensinamentos, assim como a prática dos analistas até mesmo nos serviços de saúde mental?

1ª sequência

Sidi ASKOFARÉ

Ensino da psicanálise Que objetivos? Que efeitos?

A psicanálise ensina, por um lado, ao sujeito que a ela se submete, por outro, ao agente da operação analítica. Mas disso que a psicanálise, como experiência, ensina aos dois protagonistas do discurso analítico não se deduz necessariamente que o que esta lhes ensinou tornar-se-á matéria e obra de transmissão. De fato, há o que só a experiência ensina e há o que da experiência é suscetível de transmissão pela via do ensino. Ora, a “transmissão da psicanálise” e a formação dos analistas, isto é, a sobrevivência mesma do discurso analítico, exigem que o saber que é depositado pela experiência não permaneça como letra morta. Acrescento ainda que com exceção da “análise original” de Freud, nenhuma experiência analítica autêntica pode se colocar tendo como fundo o deserto doutrinário. *A mínima* da doutrina freudiana como corpo de saber — isto é, a doutrina do inconsciente e a teoria da prática analítica — a regra fundamental — a associação livre — são requisitados como condições e estrutura da experiência. Ensinar a psicanálise, portanto, é tentar amarrar na mesma enunciação o saber referencial da doutrina e o saber textual extraído da experiência. Aliás, não há um ensino da psicanálise considerado como tal em sua história, de Freud a Lacan, passando por Abraham, Ferenczi, Melanie Klein, Winnicott, que não tenha sido unicamente ensino da estrutura, da história, da clínica e da técnica psicanalíticas.

Mas estes ensinamentos, por mais eminentes que sejam, foram aprisionados pelas estruturas institucionais e pela lógica de discursos que nem sempre são os da análise. Refletir sobre o ensino da psicanálise em nossa Escola e na IF impõe evocar, ainda que sumariamente, o que foi o ensino de Freud e Lacan.

1. A escolha de Freud

Fundador da psicanálise, Freud logo percebeu a necessidade de seu ensino e mesmo as dificuldades que isto comporta. Começamos por dizer que a necessidade de ensino da psicanálise parece evidente. Como prática e disciplina, não somente racional, mas dependente do campo da ciência, a psicanálise não poderia se restringir a uma transmissão iniciática e esotérica. Sabemos que, como disciplina, a psicanálise, efetivamente, não se reduz a um método, a uma técnica, a um saber fazer; ela traz à luz e explora um continente novo, o inconsciente que constitui, retomando as palavras de Freud, “o psíquico na sua realidade essencial”.

Se só a experiência da psicanálise permite dar provas do inconsciente — isto é, passar da hipótese (suposição) à prova, e da prova à crença — conclui-se que a psicanálise não poderia sobreviver somente por graça da comunhão dos iniciados. Também não foi sem razão que, por ocasião dos primeiros concílios, Freud passou do “*credimus*” — “*nós cremos...*” — ao “*docemus*” — “*nós ensinamos que...*”.

Às dificuldades de instruir e de ensinar psicanálise — notadamente fora da transferência — Freud consagrou páginas memoráveis, em particular o preâmbulo de sua primeira conferência de introdução à psicanálise. Lembremos do que avançou e do que focalizou particularmente o que faz obstáculo:

- Antagonismos de discursos (notadamente entre psicanálise e medicina);
- Subversão epistêmica da psicanálise;
- Introdução do real do sexo e da causa pulsional;
- Emergência de resistências, tanto do sujeito quanto da sociedade e da cultura.

Mas Freud já estava numa posição excepcional; se ensinou a psicanálise, pode-se dizer que a ensinou de formas diversas. Por sua obra (obras e artigos), certamente, mas também por seus tratamentos (análises didáticas), suas supervisões, sua correspondência, suas intervenções em reuniões da quarta-feira à noite (cf. as minutas da Sociedade Psicanalítica de Viena) e por suas conferências. Somente Freud, através de cada uma dessas formas e modalidades, ensinou uma doutrina por ele forjada e uma técnica por ele inventada. Além disso, intervinha não somente do lugar de mestre, mas também de pai, e nos dois casos da posição autêntica de “fundador de discursividade”. (Michel Foucault)

A partir disso, a questão: o que é ensinar a psicanálise, o que é ensinar a psicanálise fora do lugar de Freud? Onde e de onde se ensina a psicanálise? Quando e a quem a psicanálise pode ser ensinada? Enfim, como podemos nos assegurar dos efeitos deste ensino?

Na época de Freud, e por vezes instigadas por ele, quase todas as soluções foram vislumbradas: a transmissão esotérica e exotérica, o ensino teórico e a formação clínica e técnica; o ensino individual, em grupo ou em curso magistral; criação de institutos de psicanálise e o ensino na universidade etc. E isso até a criação da IPA, que daria um enquadramento institucional quase definitivo ao que seria o ensino da psicanálise até... o evento Lacan.

Eu diria que o ensino da psicanálise foi assegurado pela imposição de pelo menos três determinações: o cuidado legítimo de Freud de assegurar a continuidade de sua descoberta — o inconsciente — e a sua invenção — a psicanálise —; a estrutura de igreja da I.P.A.; enfim, a concepção da psicanálise como ofício a se aprender, de técnica a aplicar com seu cortejo de sutilezas e de artimanhas.

Conhecemos as consequências: rigidez da teoria que degenera em dogma, codificação extrema da técnica — com a multiplicação de manuais, de Fenichel a Greenson ou a Etchegoyen —, e com sua incidência sobre a concepção da didática e do término das análises (identificação do analista).

Os impasses do ensino da psicanálise assim concebidos são, então, o que orientou e determinou o “desejo de Freud” a estruturar a eclesiástica da I.P.A., a submissão à lógica do “universo da técnica”. De modo que resta, finalmente, o enigmático: como a psicanálise pode sobreviver e, sobretudo, como um tal sistema pôde, apesar de tudo, produzir um Jacques Lacan?!

2. A opção por Lacan

É necessário lembrar aqui que se deve a Lacan a saída do ensino da psicanálise da órbita do academicismo dos Institutos. Com efeito, antes deles, o ensino da psicanálise se dava em cursos organizados segundo programas que pré-determinavam os conhecimentos teóricos, clínicos e técnicos a serem adquiridos pelos candidatos que se formavam para o exercício da psicanálise. Ensinar era então promover cursos, pronunciar conferências, animar seminários com um objetivo exclusivo: transmitir conhecimentos.

O primeiro ato de Lacan foi, por assim dizer, nomear “ensino” o seu modo específico de intervenção na psicanálise. E assim trazer à luz nesse campo a questão do ensinável, chegando até aos matemas. Com isto, Lacan fez também uma escolha radical: ele privilegiou a palavra, um modo de transmissão que passa pela presença dos corpos — colocando em jogo também o olhar e a voz —, o dispositivo do seminário, os escritos, também preciosos sendo eles a retomada, a consagração dessa palavra viva endereçada a seu auditório.

Seu segundo ato foi conceber e promover o dispositivo institucional ajustado ao modo de transmissão de seu ensino e, portanto, da psicanálise, pelo fato de ser a formação de analistas o seu objetivo principal.

Seu terceiro ato foi, enfim, — coloco de lado o ato de dissolução de E.F.P. — haver colocado a Escola como centro, é dela que se ensina, é a ela que o ensino visa, tendo o passe como central, enodando, nela mesma, o desejo do analista, o “saber do psicanalista” e o trabalho da Escola.

3. Que caminho para nós?

Vê-se então, seja no tempo de Freud, seja com Lacan, que existe uma profunda solidariedade entre a estrutura institucional (grupo ou Escola), o estatuto do saber (saber dogmático ou “saber aberto”), a concepção do fim da análise e a forma, a visada, o estilo do ensino. Na medida em que nossa comunidade se orienta a partir da questão da Escola, que não é o grupo — nem a família, nem a Igreja, nem as Forças Armadas —, e tendo como fundo os atos estabelecidos por Lacan — então com Lacan, mas depois dele —, é que voltamos a considerar a questão do ensino no seio de nossa comunidade da IF.

Um rápido olhar sobre nossas atividades atesta que os nossos esforços — e qualquer que seja a zona linguística da IF — estão voltados para promover, sustentar e desenvolver os ensinamentos, seja nas Formações Clínicas do Campo Lacaniano, nos seminários do CL, seminários da Escola, seminários de AE, ou os mais numerosos seminários declarados a título individual.

Nós ensinamos, então. Mas, o que ensinamos? Individualmente, certo, mas também como comunidade, e particularmente como Escola? Portanto, convém distinguir os ensinamentos na Escola e os ensinamentos da Escola, isto é, esses resultados da experiência que ela inicia e aqueles que versam sobre os “Problemas cruciais da psicanálise”. Em se tratando do momento que atravessamos na história de nossa própria comunidade, não podemos deixar de nos interrogar sobre a superabundância de ensino. O que exerceria esta pressão? O que nos pressionaria? O exercício da psicanálise implicaria, necessariamente, a atividade de ensino? Se a resposta é afirmativa, por quê? Se negativa, por que visa assegurar a transmissão do saber analítico ou dos saberes necessários ou úteis para o analista?

Se é certo que Freud e Lacan ensinaram, não é menos verdade que o primeiro ensinou aquilo que descobriu ou inventou, e o segundo o que resultou de seu “retorno a Freud” e seus próprios caminhos.

Tenho a franqueza de pensar que não estamos na posição nem de um nem de outro. Consequentemente, coloca-se para nós a questão: o que é ensinar a psicanálise hoje? Quando ensinamos? Em nossos cursos, nossas conferências, nossos seminários, nossas comunicações, nossas exposições, ou em nossas supervisões, particularmente nos tratamentos que conduzimos?

Por que ensinamos? Para informar? Para testemunhar uma experiência? Para formar psicanalistas? Para descobrir, inventar, contribuir com o desenvolvimento do saber analítico? Para dar continuidade ao diálogo singular com nosso analista? Para manter e sustentar nossa relação

com a psicanálise? Ou ensinamos apenas, como Lacan o pode dizer, não para transmitir, mas para nos instruímos? Ou também ensinamos, pó fim, para suscitar ou manter efeitos de sujeito suposto saber? De que lugar ensinamos a — da — psicanálise? Mas, também, a quem ensinamos a psicanálise? Enfim: por quem nos deixamos ensinar pela — da — psicanálise?

Eis, parece-me, algumas das questões preliminares para se introduzir um debate sobre o ensino da psicanálise. É a partir delas que retomamos o exame coletivo sobre a quem se faz e o que fazemos em nossos ensinamentos — os nossos e daqueles que participamos —, sobre o que visamos, sobre os efeitos reduzidos e seus produtos, e talvez, mais adiante, sobre o que se deve chamar nossa “política de ensino”. Com esta questão decisiva: como trabalhar de tal modo que as apostas da Escola se tornem a questão reguladora dos ensinamentos em nossa comunidade?

Tradução: Sonia Borges

Sonia ALBERTI

Como a Escola orienta o ensino da psicanálise na universidade?

Sexta-feira passada, dia 13 de agosto de 2009, cheguei cedo a Fortaleza para mais um seminário que a EPFCL-AFCL/Brasil organiza há dois anos no Fórum do Campo Lacaniano daquela cidade do nordeste do Brasil.

Além do seminário, eu participaria de uma Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Fortaleza. O título da dissertação, de uma já professora universitária, e que não é da EPFCL e nem mesmo do FCL de Fortaleza, é um pouco longo, mas começa assim: “Transmissão da psicanálise e universidade”. Apesar de vários problemas no texto que foram apontados durante a defesa, mas que não impediram Eveline se tornar Mestre em Psicologia pela UFC, eu pensei, na hora em que li o texto, em retomar um parágrafo da primeira página da dissertação para lançar a primeira observação para esse nosso debate de hoje. Nele, lê-se o seguinte: “Em nosso percurso, sempre estivemos tocada pela questão do ensino, da transmissão e da formação em psicanálise, mas começamos a formalizar algumas reflexões quando a instituição psicanalítica à qual pertencíamos propôs trabalharmos com a temática da Formação do Analista em sua jornada anual, no ano de 2006. Nessa jornada apresentamos nossa produção intitulada “A transmissão da psicanálise no percurso de um psicanalista”, na qual desenvolvemos a trajetória de nossa experiência como psicanalista, relacionada à temática da transmissão da psicanálise em Freud e Lacan. Foram exatamente as reflexões feitas com base neste nosso escrito e a escuta atenta dos trabalhos de colegas — principalmente os que discutiram sobre as relações entre psicanálise e universidade —, que nos suscitaram inúmeras questões em torno da presença do psicanalista na universidade e de como poderia ocorrer ali a transmissão deste saber” (Evelyne Mourão de Araújo, 2009:10).

O tema da dissertação teve início ali.

Esse testemunho tão recente, entre muitos outros a que tive acesso, atesta que as questões de pesquisa em psicanálise normalmente não nascem na universidade, e sim da relação de cada um com a causa psicanalítica no vínculo com uma instituição psicanalítica onde os pesquisadores — ou aspirantes a pesquisador — se colocam questões a partir da relação com seus pares. Esse seria o nível primeiro de um debate sobre de onde sai a orientação do ensino de psicanálise na universidade: se o ensino pretende transmitir a psicanálise, não é possível que não se vincule à pesquisa — uma questão do professor, do mestrando, do doutorando — e não é possível que esse mesmo ensino esteja alienado de um debate que se faça com outros psicanalistas, pares de um questionamento diante da psicanálise. Mas isso ainda não implica uma Escola necessariamente... o que relança nossa questão.

Haveria então um segundo nível para um debate: sabemos que não basta ser professor para transmitir a psicanálise. Recentemente alguém falava de professor/psicanalista, o que não achei mal formulado. Com efeito, retoma o discurso da histórica se identificamos o professor com o ensinante que sempre se coloca questões frente a um saber constituído, e isso sustentado

numa verdade a que tem acesso em função de sua própria prática como psicanalista. Poderíamos então fazer uma equação:

$$\frac{\text{Professor}}{\text{Psicanalista}} \quad \frac{S1}{S2} \quad \text{ou} \quad \frac{\text{\$}}{a} \quad \frac{S1}{S2}$$

Na minha experiência, lançar mão da teoria dos discursos em Lacan é hoje condição *sine qua non* para pensar minha relação com a universidade. E se pensamos o professor não como o que sabe, mas como o que ensina ($\text{\$}$), e se esse professor se sustenta na sua função de psicanalista (a), é certo que pelo discurso histórico ele pode colocar em funcionamento, o leva necessariamente a ser um pesquisador, o que pode acontecer na universidade. Seja como no meu caso, pesquisador até mesmo do CNPq, seja como em outros casos, pesquisadores em clínicas ligadas à universidade ou em posturas clínicas diante das questões universitárias.

Terceiro nível de questionamento: em meu texto “Transferência de trabalho e a universidade”, publicado na Revista *Psicologia USP*, de 2004, número 14, inteiramente dedicado a homenagear nosso colega Luiz Carlos Nogueira — para quem não sabe, ele era Professor de Psicologia na Universidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, estava Diretor do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo quando faleceu — pude, eu mesma, escrever as seguintes palavras, atribuindo ao colega algumas ideias que haviam passado em minha cabeça.

A universidade e a transferência de trabalho.

Lugar de formalização do saber, entre outros, a universidade é também um campo fértil para subvertermos estruturas discursivas. No discurso universitário um saber equivale ao outro, pois são os títulos universitários que garantem, nessa equivalência, o valor de um saber. Apesar de todas as críticas ao discurso universitário, isso pode ser lido como uma subversão do discurso do mestre em que é a inquietação do sujeito — sempre dividido, embaraçado — que está no lugar da verdade recalçada. Por mais grave que tenham sido as conseqüências de tal subversão a abrirem caminho para a tecnocracia, por outro lado, quando o discurso universitário se coloca para o psicanalista, talvez seja possível dar um outro pequeno passo, literalmente um quarto de volta atrás na lógica dos quatro discursos, instituindo a possibilidade para o discurso do analista que se constitui, que se fundamenta, no fato de se dirigir ao sujeito.

Senão vejamos: se no discurso universitário um saber equivale a outro, um psicanalista, desde que bem sustentado — e aparamentado — por títulos acadêmicos, equivale a qualquer outro professor, independente da área. Pude verificá-lo no trabalho que desenvolvo no hospital universitário. Se em outras paragens o psicólogo é sempre menos remunerado do que o médico, no contexto acadêmico, se ambos são professores, não se faz qualquer diferença entre eles. “É diferente trabalhar num hospital em que o Professor Adjunto do Instituto de Psicologia percebe o mesmo salário que um Professor Adjunto da Faculdade de Medicina e num hospital em que o médico tem um salário mais alto do que o psicólogo, pelo simples fato de ser médico. A universidade implica numa subversão discursiva em relação ao discurso do mestre” (Alberti, 2000), e é dessa subversão que o psicanalista pode se utilizar para fazer valer o sujeito dentro da universidade, ou seja, na contramão do discurso universitário.

No “Ato de fundação” da Escola da Causa freudiana, de 1964, Lacan propõe um sintagma que me parece ser de grande interesse para essa questão. Trata-se da transferência de trabalho. Cito: “O ensino da psicanálise só pode se transmitir de um sujeito a outro e isso pela via de uma transferência de trabalho” (Lacan, 1964). Se a clínica psicanalítica — onde se presentifica o trabalho na transferência — é o lugar privilegiado para transmitir a psicanálise, e se existe uma vertente dessa mesma clínica que é interminável (Freud, 1937), então há que haver lugar para a transferência de trabalho num prolongamento da própria transmissão da psicanálise. Já não seria o lugar para um trabalho em transferência — o da psicanálise propriamente dita —, mas um lugar em que a transferência de trabalho permite persistir na produção da psicanálise como discurso que subverte — em recuo — o discurso dominante. Tal lugar é, em princípio, a escola de

psicanálise, como o diz Lacan na ata de sua fundação. Mas para o psicanalista — definido como produto de uma análise — que nunca deixou de trabalhar na escola de psicanálise, e que, ao mesmo tempo sempre esteve presente na universidade, é possível presentificar na universidade a subversão discursiva descrita, reafirmando nesse outro contexto uma transferência de trabalho — único meio de ensinar a psicanálise. De um sujeito a outro..., esse é o possível método de ensino da psicanálise também na universidade, se o professor pode sustentar a via de transmissão que se fundamenta na causalidade psíquica.

Na realidade, como escreve Lacan, se os discursos giram é porque há psicanalista, pois, como se lê no Seminário 20, “só há quatro discursos a partir do fundamento desse discurso psicanalítico que me faz articular quatro lugares, cada um desde um efeito qualquer de significante”⁷⁶ (Lacan, *Le Séminaire, livre XX, Encore*, p. 20-1). Então o psicanalista é aquele que pode fazer girar discursos ali onde originalmente eles podem estar fixados. Penso que a universidade é um desses lugares, o trabalho na saúde mental é outro e ambos podem se enriquecer dessa articulação. Atualmente, entre outras coisas, sou também coordenadora do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia: “Dispositivos clínicos em saúde mental”. Esse GT congrega vários colegas do Brasil, de vários programas de pós-graduação — de norte a sul do País —, e no discurso universitário tem muita importância. Para mim, evidentemente, não passa de mais um trabalho que faço para garantir espaço à psicanálise nesse campo privilegiado que é o das conexões da psicanálise com a universidade. Pois sei que “É a própria estrutura do discurso que fundamos reformando os outros discursos como *ex-sistentes* ao nosso” e que é “no nosso discurso que o ser falante esgotará a insistência que é a dele e que ele não consegue esgotar nos outros”⁷⁷ (Lacan, *La Troisième*). Mas ao mesmo tempo vai além, pois se articula com a questão da saúde mental, o que desenvolvo pelo fato de sempre ter trabalhado em hospital desde que me formei em Psicologia — na realidade nunca parei de trabalhar em hospital, mesmo na França, quando fazia meu doutorado, trabalhei no Hospital de Bicêtre — e que se associou à supervisão que pude dar este último ano e meio a um CAPS, pelo Ministério da Saúde, a convite de Ana Maria Domingues Carvalho, membro da AFCL, em Vitória/Espírito Santo.

Cada discurso traz a inerência de um gozo que lhe é próprio, assim como um mais-de-gozar. É porque somos efeitos de uma psicanálise e disso procuramos fazer Escola — ou seja, tentamos, com nossos pares, saber o que é uma psicanálise — que temos alguma facilidade em transitar pelas diferentes formas de gozo sem necessariamente nos fixar. Eis onde vejo justificada fundamentalmente a acertiva de Lacan de que é o psicanalista quem pode fazer girar os discursos, a ponto, digo, de se utilizar do discurso universitário para os fins que são aqueles da Escola: divulgar a psicanálise garantindo sua presença no mundo.

Então, identifico assim minha resposta à questão: “Como a escola orienta o ensino na universidade?”: é porque a Escola me ajuda a me orientar na minha relação com a causa freudiana que ela me orienta no ensino da psicanálise na universidade, me sustenta no lugar de *S/a* da maneira como o desenvolvi acima, e me garante um espaço de dialetizar minha posição nas relações discursivas de maneira que me aponta sempre para a não toda relação com um significante identificatório como seria, por exemplo, o caso de um professor se identificar nesse lugar de professor. O professor/psicanalista “sabe que o pensamento é aberrante por natureza” (Lacan, *La troisième*)⁷⁸.

Por outro lado, é em função, novamente, de minha relação com a causa freudiana que tenho ampla liberdade em desenvolver na Escola — único lugar em que isso é possível, a meu

⁷⁶ “Il n'en existe quatre [discours] que sur le fondement de ce discours psychanalytique que j'articule de quatre places, chacune de la prise de quelque effet de signifiant”.

⁷⁷ “C'est que c'est la structure même du discours que vous ne fondez qu'à reformer, voire réformer les autres discours, en tant qu'au vôtre ils ek-sistent. Et c'est dans le vôtre, dans votre discours que le parlêtre épuisera cette insistance qui est la sienne et qui dans les autres discours reste à court”.

⁷⁸ “Un psychanalyste sait que la pensée est aberrante de nature”.

ver, e por isso que para mim “minha Escola” é aquela que me permite isso —, as questões que depois posso levar para a universidade, como temas de pesquisa.

2ª sequência

Colette CHOURAQUI-SEPEL

Uma Escola, não sem clínica

Uma Escola, não sem clínica, eis o título do meu trabalho para lembrar o que ainda é, e sempre, necessário: sem clínica não há psicanálise.

Como ensinar o que a psicanálise ensina? Como fazer com que a formação dos analistas seja coerente com os princípios da descoberta freudiana do inconsciente? Essa questão é de peso, e ética, pois “a responsabilidade de seus defensores permanece intacta em relação aos sujeitos de quem eles se encarregam”,⁷⁹ e essa responsabilidade dos analistas praticantes é também aplicada aos analistas ensinantes.

Como ensinar, portanto, o que a psicanálise ensina? Lacan não cessará de tentar responder da melhor forma a essa pergunta, a qual, aliás, não deveria cessar de se colocar para nós, e a criação de sua Escola em 1964 não é o único elemento de resposta que devemos guardar. A Escola vem se acrescentar ao que ele já tinha estabelecido desde 1953 com seu retorno a Freud. “Qualquer retorno a Freud que dê ensejo a um ensino digno desse nome só se reproduzirá pela via mediante a qual a verdade mais oculta manifesta-se nas revoluções da cultura. Essa via é a única formação que podemos pretender transmitir àqueles que nos seguem. Ela se chama: um estilo”.⁸⁰ O analista que se expõe ao ensino só o faz — e não pode deixar de fazê-lo — com seu estilo, o estilo de seu inconsciente.

Um estilo é singular e assinala sempre a coerência, a adequação entre o que a pessoa faz e o que ela é. Um estilo não pode ser tomado de empréstimo, um estilo não pode ser limitado (senão se tornaria uma caricatura, um pastiche). Um estilo se inventa, se encontra, ou ele te encontra.

O retorno a Freud que Lacan opera impõe uma leitura, uma releitura dos textos fundadores e uma demonstração do que é a clínica analítica indissociável de sua prática. Mas como transmitir essa clínica da escuta fora das quatro paredes do consultório? Lacan inventa então um exercício que ele deduz das apresentações de enfermos clássicos, mas que ele transforma radicalmente. Cada um dos protagonistas, o enfermo (termo que eu vou guardar mesmo que não seja politicamente correto, pois é o termo do Lacan que, intervindo no hospital psiquiátrico, não esquece sua formação médica, e além disso esse termo não é desonroso, pois o enfermo permanece um sujeito), o analista e o auditório, cada um ocupa um lugar bem particular. O enfermo é aquele que sabe, o analista é aquele que se deixa ensinar por ele, o auditório tem o papel de terceiro, tanto do coro antigo quanto da “dritte person” do chiste de Freud. É sobre este exercício de apresentação de enfermos que retomamos nos Colégios clínicos, e que há dez anos eu o pratico, que eu quero me deter. É um exercício delicado, sempre original no sentido de que jamais é repetitivo, jamais é automático. Um psicanalista encontra uma vez um enfermo que ele não conhece e sobre o qual nada sabe (é assim que eu procedo) ou às vezes ele coloca um problema àqueles que se ocupam dele: um problema diagnóstico, uma interrogação sobre uma eventual periculosidade que poderia comprometer uma decisão de saída ou o desencorajamento, como pode acontecer. O enfermo aceita este encontro excepcional. Ele espera que o analista o interrogue, mas é o analista que lhe pede para explicar o que está acontecendo com ele, pois só ele pode dizer alguma coisa.

⁷⁹ J. Lacan. “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”, in *Escritos*, op. cit., p.494.

⁸⁰ J. Lacan. “A psicanálise e seu ensino”, in *Escritos*, op. cit., p.460.

O analista, cuja escuta é, segundo a recomendação de Freud, atenta, benévola, neutra e, sobretudo sempre nova, terá que humildemente, docemente, se submeter “às posições propriamente subjetivas do doente”.⁸¹ Com efeito, “um sujeito é psicanalista (...) na medida em que ele entra no jogo significante”.⁸² Isso não o impedirá de colocar perguntas, de ousar insistir com uma obstinação, uma tenacidade e um rigor não persecutórios para não perder o fio por vezes tenso que o enfermo frequentemente coloca de entrada. Ele, o analista, deve saber e fazê-lo saber que está imbricado nas malhas da linguagem, e que se trata de tomar o tempo que for necessário para tentarem juntos se orientar-se aí um pouco melhor. É o analista que se expõe, que aposta no jogo significante para que isso sirva para o paciente, a seus terapeutas, ao auditório e a ele mesmo, e ele fará isso em um estilo próprio.

O estilo aparece na pena de Lacan quando em janeiro de 1965 ele define sua Escola como “algo onde se deve formar um estilo de vida”.⁸³ Esse estilo de vida faz referência àquele das escolas estoicas e epicuristas onde mestres e alunos viviam e conversavam juntos enquanto elaboravam uma doutrina que eles deveriam colocar em prática na vida cotidiana. Se o seminário e a apresentação de enfermos de Lacan permanecem o lugar mais ou menos público da transmissão teórico-prático-clínica da psicanálise, a Escola torna-se um lugar mais íntimo, o fosso comunitário que privilegia a elaboração doutrinária dos psicanalistas em torno do que é a psicanálise e o que os define — do que os especifica como psicanalistas, o que evidentemente não exclui a transmissão! Em 1967, Lacan acrescenta um dispositivo igualmente clínico, um laboratório experimental, se vocês me permitirem a expressão, também ternário (passante, passador e júri), que é o do passe. O passante é aquele que se expõe, que expõe a elaboração teórica que ele pode fazer de seu caso através de sua análise, o saber sempre particular que dela ele extraiu e o que o fez bascular, mudar de posição, autorizar-se como analista, para que isso sirva para o cartel do passe trabalhar, para que isso sirva à elaboração comum, à comunidade Escola.

Em 1964, Lacan fez assim entrar no campo padronizado e esterilizado das instituições analíticas, ditas até então associações ou sociedades, um significante totalmente novo, o significante Escola, mas não basta chamar-se Escola para escapar do efeito de grupo normatizador da sociedade ou da associação. Quando retomamos o significante Escola, ao qual queremos dar vida, não podemos dissociar os dois dispositivos clínicos que ele inventou, um que lhe é íntimo, outro que lhe é *extimo*. Um fechado em seu âmago visa fazer avançar a pesquisa sobre o que ele chamou desejo de analista, avatar particular da pulsão submetida ao tratamento analítico. O outro, aberto, exterior a ela, visa transmitir e redefinir a clínica psicanalítica indissociável da teoria e da prática.

Destarte, a apresentação de enfermos — ensino fora da Escola — concorre ao efeito de Escola? — conforme se perguntam os organizadores deste encontro. Se eles entendem por efeito de Escola o efeito antigupo e o trabalho comunitário para além da transmissão, minha resposta é sim. Se eles entendem por efeito de Escola a elaboração teórica, minha resposta é sim. Pois após a apresentação de enfermos, há um tempo de discussão, de trocas e de elaboração que é precioso para todos. Pode ocorrer, por exemplo, que um caso pareça estar, ou está, em contradição com a teoria, ou pelo menos com o que nós acreditamos ter apreendido, isso nos obriga a interrogações, a redefinições e repontuações. Pode ocorrer também que os participantes se reagrupem em cartel. O efeito de abertura do inconsciente sobre um auditor pode levá-lo a procurar um divã. É pela via da apresentação de enfermos que alguns encontram a Escola e vão rumo ao passe. Acrescentaria também, porque também já participei, e por duas vezes, aos cartéis do passe, que há algo de homólogo entre o trabalho de elaboração e de construção que seguem uma apresentação de enfermos e aquele que é efetuado após serem escutados os testemunhos de passe, mesmo se a elaboração não se refere aos mesmos pontos. Enfim, *last but not least*, existe

⁸¹ J. Lacan, “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose, in *Escritos*, op. cit. p.540.

⁸² J. Lacan. *Seminário: questões cruciais da psicanálise*. Lição de 5 de maio de 1965. Inédito.

⁸³ *Ibid.*, lição de 27 de Janeiro de 1965.

para o analista que se presta a esse exercício, a cada vez, uma prova pública daquilo que o define como analista, uma prova pública não apenas de seus desejos, mas também diretamente de seus efeitos, e é isso que o torna, esse ensino, precioso e demonstrativo. Isso não pode deixar de ter, creio, efeitos de Escola. Aliás, Lacan que não hesitava em dizer que ele não cessava de passar o passe no seu seminário, utilizou uma formulação da mesma ordem que o doutor Daumézou lhe permitia efetuar acolhendo-o no Hospital Henri Rousselle. Trata-se de um trabalho, diz ele, “do qual indicarei o que ele sabia fazer, ou seja, passar a apresentação”.⁸⁴ Vocês terão reconhecido aqui as primeiras linhas de introdução desse texto essencial, o qual vários de meus colegas retomaram nesses dois dias.

Tradução: Antonio Quinet

Vera POLLO

A Escola moebiana

Com o objetivo de escrever algumas linhas em resposta à pergunta/tema de nosso encontro: “Como a Escola orienta nossa prática?”, procurei reler alguns dos assim chamados “textos institucionais de Lacan”, bem como alguns trabalhos apresentados no Colóquio que aconteceu em Toulouse, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2005, com o tema: “Três anos da experiência do Passe na EPFCL.”

Por um lado, parecia-me que este Encontro de Buenos Aires representava, antes de mais nada, uma convocação e uma oportunidade de produzir alguma elaboração a partir de minha breve participação no dispositivo do passe, como membro de um cartel que se reuniu em Paris, ao longo de um final de semana, em março de 2008. Digo “breve” porque não participei de nenhum dos outros segmentos do dispositivo, seja como passante, seja como passadora. Mas digo “breve” também porque gostaria que nosso cartel tivesse se encontrado mais vezes, que tivéssemos escutado mais testemunhos e, talvez, falado um pouco mais uns com os outros acerca da experiência que havíamos acabado de viver. É verdade que não estou segura da possibilidade de uma elaboração conjunta, afinal o produto de cartel, como assinala Lacan (1980), “é próprio a cada um”.

Mas estou certa de que houve um trabalho em conjunto. Escutamos dois passes no primeiro dia e um no segundo, perfazendo, portanto, um total de seis passadores. Dos três passantes, um foi nomeado AE, nomeação que merece ser aqui lembrada por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque foi uma conclusão a que chegamos praticamente todos juntos, nós, os diferentes membros do cartel. Posso dizer que chegamos a um só tempo e, até mesmo, sem necessidade de debate. Explico melhor, assim que o segundo passador se despediu e foi embora, entreolhamo-nos e dissemos: “há que nomeá-la”.

Procurando rever agora o que foi aquele momento, vem a minha lembrança uma passagem do texto freudiano, outra do ensino de Lacan. A primeira coisa que me ocorre é que o que se passou tem de fato uma estrutura ternária semelhante ao chiste. O que se passou? Houve um primeiro passador que não funcionou como tal. Submergido em intensa angústia, sua fala era uma demanda de reconhecimento, com muitas interpretações enviesadas e de cunho fortemente imaginário. Ali não havia passe ou passante. No entanto, foi a partir do testemunho do segundo passador que o cartel parece ter funcionado como o que Freud chamou de a “terceira pessoa” em quem o chiste se completa.

Vou deter-me em algumas constatações de Freud acerca da função da *dritte Person*. Porém, vale lembrar inicialmente uma observação de Lacan. Cito-o: “[Quem verá, pois, que minha proposição é formada a partir do modelo do chiste, do papel da *dritte Person*?] Pois está claro que, se todo ato é apenas uma figura mais ou menos completa do ato analítico, não há quem domine este último. A proposição não é um ato em segundo grau, mas nada além do que o ato

⁸⁴ J. Lacan. O Aturdido, in Outros escritos, op. cit., p. 448.

psicanalítico, que hesita, por já estar em curso.” (“Discurso na Escola Freudiana de Paris”, 6 dezembro de 1967/2003, p.269).

De Freud a Lacan pareceu-me existir uma espécie de equação que eu formularia nos seguintes termos: assim como não-todos os discípulos freudianos puderam aceitar a ruptura teórico-clínica introduzida pela pulsão de morte, não-todos os discípulos de Lacan puderam aceitar a subversão clínico-institucional introduzida pelo dispositivo do passe. De acordo com o desejo mesmo daquele que o criou, o dispositivo do passe pode ser dito um ponto em que a psicanálise em extensão reproduz a estrutura da psicanálise em intenção onde tem lugar o passe clínico. Nesse caso, ainda conforme as palavras de Lacan, a Escola seria o lugar onde o psicanalista poderia dispor de seu ato, o que significa dizer, o lugar onde lhe é facultado recusar o gozo da solidão e do apelo ao obscurantismo que se mascara em inefável.

Ao escolher como título “A Escola moebiana”, minha idéia era que a Escola poderia ser pensada como estando numa relação sem direito ou avesso com a prática dos analistas que nela se inscrevem. Ou seja, que se pudesse passar de um lugar ao outro como, na fita de Moebius, se passa de dentro para fora, e vice-versa. Nesse ponto gostaria de retomar uma referência à Escola borromeana, tal como foi proposta por Sidi Askofaré, em 2005. Na verdade, ele conclui seu texto com uma pergunta de cuja resposta, a seu ver, dependerá a possibilidade da Escola ser promovida à função borromeana de enodamento dos grupos em torno do real da psicanálise ou rebaixada à função de emblema, bandeira, até mesmo fetiche. Retomo sua pergunta: a Escola (quer dizer, afinal, a psicanálise) é feita para o grupo ou o grupo é feito para a psicanálise?

Resposta que, a seu ver, encadeia-se com algumas outras, igualmente não respondidas até aquele momento. Será que já estamos além dos fracassos dos grupos? O que foi trazido de novo quanto à passagem de analisante a analista, quanto ao desejo do analista e ao fim da análise pelas diferentes experiências do passe? Que problemas cruciais já foram identificados e/ou tratados pelos AE? Série de questões às quais se poderia acrescentar: será que ainda estamos idealizando o passe?

Suspendamos provisoriamente as perguntas e retomemos o modelo do chiste. Freud insiste que se trata de uma elaboração que suspende inibições e na qual existe um núcleo de prazer verbal e de *nonsense*. Entre a primeira e a terceira pessoas deve haver, em suas palavras, “suficiente acordo psíquico”, ou seja, são inibições da mesma ordem que deverão ser superadas em uma e outra e o afeto, presente na primeira, explode como riso na terceira. Ele chega a dizer que, nesta última, deve haver um certo grau de benevolência ou uma espécie de neutralidade, a serem entendidos como a ausência de qualquer fator que poderia opor-se ao caminho que o chiste deve percorrer. Isto porque há indubitavelmente um trajeto a ser feito ou, se preferirmos, há uma extensão simultaneamente temporal e espacial no chiste. Então conclui que o chiste é a mais social de todas as formações do inconsciente, desprovida de qualquer necessidade, enfim, “um jogo desenvolvido.” (Freud 1905/1977, pp.204-205)

O modelo ternário do chiste inclui primeiramente o lugar de onde se enuncia (que se diga); o lugar segundo ou secundário do sujeito, presente ou ausente, mas, de todo modo, o lugar daquele a quem se alude (o que se diz); o lugar terceiro em que o chiste se completa e do qual Freud pôde dizer: “Entram-lhe pelo ouvido palavras que engendram pensamentos cuja construção encontrou graves inibições.” (Idem, p. 172) Seria, então, o chiste o único caso no qual “que se diga não resta esquecido por trás do que se diz naquilo que se ouve”?

Mas, como toda analogia tem invariavelmente seus limites, aquele(s) que ocupa(m) o segundo lugar no dispositivo do passe — ou seja: o(s) passador(es) — não podem absolutamente ocupar um lugar secundário. O passador é o passe, formulou Lacan em 1967, ele “o é ainda, esse passe” (2003, p. 260). É bastante curioso que a única função que Freud atribuiu mais enfaticamente à segunda pessoa foi a de constituir, com seus comentários e atitudes, o ponto em que se origina a ingenuidade. Ingenuidade esta que se define como “tentativa de extrair uma conclusão séria com base em sua impune ignorância.” (Idem, p. 209) O ingênuo é, em suas

palavras, “um caso marginal do chiste”, que emerge quando, no trabalho de construção do chiste, “reduzimos o valor da censura a zero.” (Idem, pp. 211-2)

Reduzir a censura é também reduzir o tempo para compreender, de modo a fazer com que o instante não propriamente do olhar, mas o instante do dizer retorne rapidamente no momento de concluir sobre a incidência do desejo do analista. Desejo que, nos termos de Lacan, “é o lugar de onde se está fora sem pensar nele, mas no qual encontrar-se é ter saído para valer, ou seja, não ter tomado essa saída senão como entrada, e não uma qualquer, já que se trata da via do psicanalisante.” (Lacan 1967/2003, p.270) Se há desejo do analista há, portanto, a presença de um lugar vazio de enunciados e a possibilidade da ultrapassagem daquilo que, no oitavo interior, corresponde não à queda de uma ou duas idealizações, mas ultrapassagem do plano das identificações, ponto a partir do qual se passa da demanda ao desejo. É todo um espelho que estilhaça e um cortejo de figuras que evanesce. Momento de luto e de solidão, passe que não é fim, mas, nem por isso, menos necessário.

Nossa experiência de nomeação me remeteu também ao sofisma de Lacan (1945) em “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada.” Como se houvésemos sido tomados por uma urgência em concluir. Mas será que poderíamos dizer que o em-jogo correspondia ao ato por meio do qual se trata de extrair a certeza da angústia? Então, o cartel do passe pode rir e pode se angustiar? Penso que a resposta é positiva, embora não se trate nem do riso convulsivo, de contágio puramente imaginário, nem da angústia que submerge. Trata-se, sim, de não nos perdermos em uma hesitação indefinida e sem saída.

Lacan volta a referir-se à função lógica da pressa em dois parágrafos do “Discurso” que preparou para a reunião na Escola Freudiana de Paris, de 6 de dezembro de 1967, e que teve como objeto a análise das reações provocadas em seus colegas e alunos pela “Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola.” Que diz ele? “Ela (a função lógica da pressa) vem da necessidade de um certo número de realizações, que tem muito a ver com o número de participantes para que uma conclusão seja recebida, mas não por conta desse número, pois tal conclusão depende, em sua própria verdade, dos fiascos que constituem essas realizações como tempo.” (2003, p.268)

“Uma conclusão que depende dos fiascos” não chega a ser uma formulação enigmática, se por “fiasco” entendermos, no caso do sofisma, a hesitação dos semelhantes e a não-saída de ninguém até determinado ponto. Melhor dizendo, até o ponto em que, sem certeza absoluta — apenas certeza antecipada — cada sujeito conclui que é preciso afirmar rapidamente sua própria cor ou “afirmar ser homem, por medo de ser convencido pelos homens de não ser homem.” (Lacan 1945/1998, p. 213) Lacan promulga que a asserção subjetiva é condicionada pela verificação dessubjetivada — “deve-se saber que se é...” — e responde a uma lógica coletiva.

A analogia tem novamente seus limites, pois não me parece que o dispositivo do passe possa ser regido por uma lógica coletiva, que limita as hesitações, mas delas depende também. Mas não nos esqueçamos de que o ato falho, como o denominou Freud, é o próprio indício do sucesso do inconsciente. O passe fictício, comentou Lacan em “Televisão” (1973), vale por formação inacabada. E o passe verdadeiro? Não é também fictício?

Referências bibliográficas

- FREUD, S. (1905) “Os chistes e sua relação com o inconsciente” in *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969/1976, vol. VIII.
- LACAN, J. (1945) “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada” in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1967) “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967) “Discurso na Escola Freudiana de Paris” in *Outros Escritos*. Op. cit.
- _____. (1973) *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Trabalhos dos cartéis do passe 2008-2010

Primeira contribuição do cartel 1

Escolhemos dar o testemunho de nosso trabalho de cartel inaugurando a seguinte fórmula: um primeiro texto redigido por um membro do Cartel, e réplicas acrescentadas pelos outros membros.

Os membros do cartel 1 são: Jacques Adam, Sol Aparicio, Martine Menès, Pep Monseny, Antonio Quinet e Colette Soler.

Colette SOLER

2 de janeiro de 2010

As satisfações de passes?

A experiência no cartel do passe do ano passado me leva a considerar o dispositivo como Lacan nos convida a levar em conta a própria análise, ou seja pela satisfação produzida. Essa experiência de um cartel não foi a primeira mas ela foi diferente das anteriores, o que me confirma a idéia de que o contexto de Escola onde ela se situa é crucial.

Fiquei impressionada pela reação de afeto que nosso cartel teve, inclusive eu mesma, no momento da escuta dos passes que tivemos: um efeito de elação discreto mas bem sensível e diferente em cada passe. Não falo da satisfação que surge do trabalho em conjunto para elaborar a resposta, pois essa satisfação não concerne propriamente o dispositivo, mas a transferência de trabalho que está em jogo em qualquer cartel, qualquer que seja seu objeto. Falo daquela que concerne a escuta, a primeira coleta do testemunho transmitido pelos passadores. Não foi a primeira vez que encontrava isso, pois um dos cartéis do CIG precedente, havia evocado, no Rio, a mesma reação que havia surpreendido, inclusive incomodado mais de um dos membros.

Aliás, é preciso que uma satisfação seja antecipada para que haja um tal desejo de participar aos cartéis do passe em nossa Escola. Que gulodice estranha é essa? Aspiração a se colocar como juiz, a aprender, a verificar? Difícil dizer.

Destarte, o tema da satisfação do final é retomado em todas as partes de nossa Escola como uma evidência, desde que o texto do prefácio de 1976 está na berlinda. Essa satisfação do final, que Lacan evoca e cuja natureza devemos cingir, é uma questão muita importância de fato do que a satisfação do cartel que escolhi abordar em primeiro lugar para debastar o terreno.

Na satisfação do final, poderíamos ver um paradoxo em Lacan. Não era ele que exigia, obrigado pela perspectiva estrutural, que o inconsciente em uma análise dê uma resposta que não seja inefável? Ora, o que seria mais inefável, mais heterogêneo à conclusão epistêmica, à solução de uma “equação”, como dizia na Proposição de 1967, inclusive à invenção criativa que teve seu momento de sucesso nos lacanianos, do que a satisfação? É verdade que sabemos que um “Eureka!” de saber do tipo Arquimedes pode satisfazer, isso é evidente, quando há “Eureka!”, é isso que recolhemos e seu efeito de afeto tem pouca importância, isso é claro e parece em acréscimo. Ao contrário, fazer da satisfação o índice do final, como Lacan faz em 1976, é indicar que o “Eureka!” é rejeitado, pois o afeto de satisfação/insatisfação só toma um lugar predominante ali onde se trata de atestar de um efeito didático que, para ser assegurado, não deixa de ser obscuro em sua alçada.

Essas observações foram logo conectadas para mim àquilo que Trinidad de Lander dizia, entre outras coisas, em Buenos Aires, no Encontro da Escola e que me interessou muito. Ela evocou como crucial no passe de obter “a satisfação dos colegas” dos cartéis. Eis uma tese que tem um autêntico ar de novo.

Ela a esclareceu com o modelo do *Witz*: assim como no chiste, o riso confirmaria, segundo ela, a distância em relação às normas do discurso, a satisfação do cartel confirmaria o

encontro com o desvio averiguado do inconsciente em relação à norma. É uma pista, certamente. Mas, no entanto, me pergunto, não seria esse desvio do inconsciente que cada membro do cartel é suposto saber de sua própria análise assim como daquela que ele dirige? Seria então o reencontro com seu próprio saber que o satisfaria? Isso não é excluído! A confirmação que os testemunhos trazem não é talvez demasiado para ir contra o esquecimento do ato e o desmentido do saber que ameaça tanto o analista, e para lhe lembrar-lhe aquilo que, uma vez, antes de se habituar com a experiência, foi tão vivo, nos casos em que realmente foi.

Vou explorar agora, ainda com o modelo do *Witz*, uma outra pista que não exclui essa.

No chiste, o riso explode por sermos manipulados por *lalíngua*, é certo, e os equívocos que o humorista mobiliza desafiam, com efeito, as normas da significação que o discurso da fábrica do “bom sentido” constrói. Mas isso é dizer pouco, algo deve se acrescentar para que não seja um riso amarelo, que seria mais próximo do horror de saber que do prazer. Era, me parece, a hipótese de Lacan quando dizia que o riso confirma menos a revelação do equívoco que o “caminho economizado”⁸⁵. Ele permanece assim na linha de Freud, segundo a qual o motor da eficácia própria ao *Witz* se encontra mais no nível econômico do que estrutural. Qual é esse caminho? Eu já tinha dito: é o da travessia do que ele chama “espaço transferencial” no “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, a travessia do tempo que é preciso no percurso analítico para revelar com muito esforço, para além dos nada de sentido, o fora do sentido irreduzível do inconsciente real, dito de outra maneira, para repelir o engodo do sujeito suposto saber. É o longo trajeto necessário para que, analisante, eu me advirta de que o que faz, o que jogo com palavras, que “ganha a mão ao inconsciente”,⁸⁶ me revele em curto circuito o que está em jogo em todo desejo de saber: que sou menos manipulador do que manipulado.⁸⁷ O riso sanciona esse irônico ganho de saber forçado que se impõe, apesar da recusa eventual, e que abre “a porta para além da qual não há mais nada a encontrar”,⁸⁸ a mesma que se empurra na saída de uma análise, mas bem depois que a porta de entrada da espera das revelações esperadas tenha sido aberta.

Aplico esse modelo aos cartéis, por causa do que tirei de minha própria experiência. Também porque não podemos nos contentar de pensar que eles estão satisfeitos simplesmente de verificar no passe a eficácia da análise e a possibilidade do testemunho crível, aliviados aos constatar que esse militante do atravessamento do horror de saber que é o analista, não fracasse o tempo todo. Certamente esses fatores existem mas não bastam e têm o inconveniente de induzir a idéia, bastante idealizada a meu ver, de que essa satisfação seria uma espécie de reconhecimento emocional, no entanto não tanto caritativo, da fraternidade dos falasseres, todos na mesma tabuleta do destino que o inconsciente lhes fornece.

Assim, eu procuro para o cartel como para o *Witz* o lado da explicação “econômica” no sentido freudiano, pois a satisfação é o afeto que aqui responde no sujeito, e me pergunto: o que é economizado pelos que escutam os testemunhos de passe para que fiquem tão contentes? O modelo do *Witz* sugere que haja também um caminho economizado.

O chiste dá o exemplo de um efeito didático sem didatismo, pois todo didatismo, com efeito, mata. Concluo que o que é economizado ao escutar os testemunhos é o que cada analista sustenta durante suas análises, o longo e penoso trabalho analisante que suporta até que este o conduza à saída. O cartel bem sabia, ao menos em princípio, que esse resultado era possível mas que isso lhe seja servido resumidamente, passado o esforço e sem que tenha que suportar o peso da transferência, eis o que alivia muito. E, supondo que não soubesse que esse resultado fosse possível, infelizmente isso acontece, a dúvida retirada seria uma razão a mais para a satisfação.

⁸⁵ J. Lacan, *La psychanalyse dans ses rapports avec la réalité*, Scilicet 1, Seuil, 1968, p.57.

⁸⁶ J. Lacan, *Télévision*, Seuil, 1973, p.72.

⁸⁷ *Que je suis moins joueur que joué*.

⁸⁸ J. Lacan, *La psychanalyse dans ses rapports avec la réalité*, op. cit.

O analisante só obtém a satisfação do final “com o uso”.⁸⁹ Nada mais contrário ao uso do que o relâmpago percebido dos anos 1967! O uso supõe a longa duração, aquela que é preciso para ficar empurrando a verdade de suas trincheiras, e as reiterações múltiplas dos ultrapassamentos do sentido, pois bem; eis essa satisfação duramente adquirida a partir do uso que, no testemunho, se oferece à constatação quase instantânea. Satisfação específica daquele que recolhe: o tempo do relâmpago passou para seu lado. Assim se compreende também o fato de que nem todos testemunhos possam ter esse efeito, mas somente aqueles que convencem.

Será que essa satisfação dos membros do cartel é homóloga do entusiasmo ou da satisfação⁹⁰ do final que às vezes toma, segundo Lacan, aquele que cingiu seu horror de saber? Um e outro, satisfação e entusiasmo, transformam o horror de saber — horror de saber do inconsciente que, em todos os casos, implica a castração, com sua consequência de forclusão da relação sexual. Se essa é a descoberta irônica que se impõe quando a espera do saber é finalmente satisfeita, de onde vem a transposição do horror em afeto de satisfação? Não será justamente que, concluir a esse impossível que me ultrapassa — impossível, quase transcendente, razão pela qual Lacan empregou o termo de entusiasmo — é ter acesso a um saber que desembaraça da ruínosa experiência da impotência, e que essa passagem da impotência ao impossível, sem ser o gaio saber, indefere a depressão freudiana do final?

Quando isso ocorre, podemos supor que a satisfação do cartel que recolhe esse resultado é uma ressonância da satisfação do passante. No entanto — eis toda a diferença, como eu já havia dito — a satisfação do cartel é sem custo, pois o esforço analisante que conduziu à conclusão lhe foi economizado.

Além disso, essa satisfação do cartel é ambígua, por demais ambígua para que uma conclusão sobre o passe em questão seja nela sustentada. Tão ambígua quanto os testemunhos são diversos, flutuante, pois está ao sabor dos membros dos cartéis em suas relações com a psicanálise, mas também segundo a variedade-variedade dos testemunhos, que atingem ou não a satisfação do final ou que se detenham no impasse da verdade, ou mesmo que se satisfaçam com uma ficção da verdade elevada ao status de palavra de final. No melhor dos casos, essa satisfação reanimará para os membros do cartel o que foram eventualmente seus entusiasmos ou suas satisfações de final, e no pior dos casos, ela não fará mais do que ressoar com a satisfação de uma busca da verdade, à qual o passante não conseguiu colocar um termo, a não ser que não se contente com a ficção da verdade que lhe foi apresentado.

Concluo, portanto, que há razão para se ficar contente com essa satisfação dos cartéis, que deve ser elucidada para se depreender o que funda uma possível nomeação do passante.⁹¹

Répliques

Sol APARICIO

9 de janeiro de 2010

Podemos, com efeito, supor que a satisfação produzida pelo dispositivo do passe não está sem relação com “o contexto de Escola” no qual o cartel se insere. Aliás, ela é um pouco coletiva, pois compartilhada pelos seus membros, mesmo que seja para tentar restituir, é preciso dizê-la no singular.

Dos três cartéis “efêmeros” aos quais participei antes, dois efetuaram uma nomeação. No primeiro, o cartel do Rio, houve um efeito de entusiasmo sobre o qual falamos na época. No outro cartel, houve uma satisfação manifesta. Não foi o que ocorreu no terceiro, se me lembro bem. Então, a satisfação derivaria da nomeação?

⁸⁹ *À l'usage*: com a prática, com o uso, a partir da experiência. Cf. J. Lacan, “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, op. cit., p. 571.

⁹⁰ Deixo de lado as respectivas diferenças.

⁹¹ Dois parágrafos acrescentados depois da última reunião de nosso cartel de 17 de janeiro 2010.

No Rio, tive a ideia de que o entusiasmo provinha, por um lado, da constatação da eficácia do dispositivo inventado por Lacan para transmitir o que a análise é capaz de operar. Em seguida, devido à constatação do próprio fato. Será que só experimentamos o entusiasmo uma primeira vez? Seria, em seguida, “o efeito de elação” mais ou menos “discreta”? De qualquer maneira, uma distinção entre entusiasmo e satisfação me pareceria útil, o que não consigo por enquanto formular. O efeito de desejo, tão manifesto no primeiro, não é sem dúvida excluído do segundo.

A satisfação do cartel seria então ligada ao fato de poder alcançar uma nomeação? O cartel sem dúvida espera isso. Mas a satisfação não é somente de uma espera, pois ela pode também responder ao não esperado. A experiência confirma tal articulação?

Podemos considerar que, a respeito dos diferentes finais de análise, existem finais luminosos, marcado por um “Eureka!”. Outros, marcados pela satisfação atingida “pelo uso”, cujo efeito didático, que permaneceu “obscuro”, fica para ser elucidado pelo trabalho do cartel (ver o que escreve Colett Soler: “o afeto toma um lugar predominante ali onde se trata de atestar de um efeito didático que, para ser assegurado, não deixa de ser obscuro em sua alçada”).

Essa necessidade de uma elucidação pelo cartel levanta a questão do que Jacques Adam chamou de legibilidade dos testemunhos. Parece-me verificado pela experiência desse novo cartel, depois dos “efêmeros”, que não há satisfação a não ser diante dos testemunhos legíveis, mais precisamente diante dos testemunhos que tornam legíveis o resultado do trabalho analítico, qualquer que seja. Trata-se de poder ler as conclusões que o sujeito tirou. Isso se junta ao que Pep Monseny dizia durante nossas discussões, “não há satisfação sem as conclusões”. Isso seria verificado na troca com os outros cartéis.

Em todo caso, isso parece invalidar a ideia de uma satisfação derivada somente da nomeação. É antes a legibilidade das conclusões que daria conta disso — e isso poderia talvez ser pensado em ligação ao deciframento.

O trabalho de elucidação do cartel me parece como uma leitura, um deciframento feito por vários, análogo à tradução de um texto. Aliás, há uma parte de satisfação que vem desse trabalho coletivo — o que conduz ao “contexto de Escola”, mas não é específico do passe.

Durante o trabalho dos cartéis precedentes, por duas vezes a satisfação foi manifestada evidente, pois os testemunhos suscitaram um riso dos membros do cartel, que poderíamos interpretar como um recibo do dizer do passante. Acrescentarei agora que, em cada caso, um saber fazer com o inconsciente se verificou, resultado indiscutível do trabalho analítico do passante, de sua separação do “seu” Outro.

Enfim, uma pequena observação freudiana sobre o papel dos passadores, que sabemos primordial. Quando isso passa, não seria comparável a acessar os pensamentos latentes de um sonho, sem a deformação devida à censura? Quanto mais um sonho é deformado, menos ele é legível. (A continuar).

Martine MENÈS
11 de janeiro de 2010

Para mim, existe um interesse em descobrir a diversidade dos finais, que a estimação seja ou não guiada pelos preconceitos de normas, como me pareceu ser o caso nos “critérios” de nomeação na ECF. Penso que é um ponto sensível que deve ser trabalhado.

Testemunhos que tornam legível o resultado do trabalho analítico: existe uma dificuldade que as discussões entre os membros do cartel primeiramente ilustram, e que em seguida resolvem (finalmente é o objetivo), é que a legibilidade não é a mesma para cada um. O que um escuta, o outro pode não escutar com a mesma orelha, como se diz. Chegar a um consenso do cartel poderia fazer parte de sua satisfação? Por outro lado, isso coloca a questão da escolha dos passadores. O que orienta essa escolha?

Ir contra a “funcionarismo” da escuta (o esquecimento do ato e o desmentido do saber). Certamente, do meu lado, efeitos de reinterpretação do meu próprio percurso foram muito fortes. Sabemos que a análise não é nunca terminada, mas ela pode dispensar a encarnação real do analista. Por outro lado, o passe é um momento preciso. Será que ele pode ser renovado, como alguns dizem? Eu duvido.

O riso como sinal de satisfação? O riso é o inverso da angústia diante da falta do Outro (é somente isso, é risível) nessa vertente, o riso é ato de consentimento?

Antonio QUINET
14 de janeiro de 2010

Sua iniciativa de dar as razões da satisfação dos membros do cartel do passe na verificação de um passe é muito bem-vinda. A partir daí podemos tentar ultrapassar o estado de perplexidade feliz, muitas vezes inefável, que acomete os membros do cartel. Parece-me que essa satisfação não é suficiente como critério de um passe bem sucedido ou legível no dispositivo. No entanto, sem ela dificilmente os membros do cartel se disporão a consentir que houve passe.

Com a satisfação, ou melhor, sob o efeito da satisfação, a elaboração do cartel é fundamental para chegar à conclusão do cartel como um conjunto. Sobretudo se a satisfação não é partilhada na mesma intensidade por todos os membros, como foi o caso em nosso cartel. A satisfação pode advir para uns quando do testemunho do cartel e para outros quando da elaboração coletiva. Em todos os casos trata-se da satisfação oriunda de uma afirmação que se estabelece, que se impõe. A satisfação advém de um SIM ao passe ouvido como uma certeza antecipada. A satisfação do lado do cartelisante é correlativa a uma *Bejagung* que, segundo Lacan, “não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser”.⁹² Trata-se, portanto de uma afirmação de um “pedaço” de real — condição da revelação da virada do passe. Essa revelação é talvez o que a senhora chama de “revelação do fora-do-sentido”. Este “pedaço” do real se conota com o afeto da satisfação. A gradação da satisfação talvez seja então correlativa a esse “sim” que pode ser modalizado: “sim, sem reservas”, “sim, com reticências”, “sim, mas...”, “sim, vamos ver adiante” etc.

A satisfação advinda do ganho de saber, ou da visão panorâmica de uma análise, ou da constatação fora da transferência dos ganhos terapêuticos e epistêmicos para um analisante que o dispositivo do passe proporciona ao cartelisante, isso tudo eu já havia experimentado quando fiz parte de um cartel do passe nos anos 1990 na Escola Brasileira de Psicanálise da AMP. Mas a satisfação do SIM do passe é um pouco diferente, é outra coisa por ser da ordem do achado, portanto, da revelação. Esse SIM, acompanhado de satisfação do lado do cartel, só advém se a satisfação de fim do passante está presente e passa para o cartel – eis minha hipótese. Ela é da ordem de um gozo permitido — gozo correlativo ao “sim”. Não se trata do *gozo sofrimento*, com sua conotação de desprazer, que se desloca ao longo da análise, mas do *gozo satisfação*, que adveio quando da virada do passe trazendo o prazer. As duas valências do gozo — “croce” e “delicia” para evocá-las na língua italiana — são assim permutados um em outro. Eis um outro aspecto econômico da questão ao lado da economia do curto-circuito que a senhora evoca em seu texto em relação ao *Witz*. Esta satisfação não é da ordem do *Lust*, da harmonia e do princípio do prazer, e sim da ordem de *Befriedegung*.

Pep MONSENY
19 de janeiro de 2010

É minha segunda participação em um cartel do passe, e antes de tudo quero dar conta do efeito chocante que teve para mim a forma tão diferente de trabalhar. Na realidade, minhas

⁹² J. Lacan, “Resposta ao comentário de Jean Hyppolite”, in *Escritos*, op. cit., p 390.

primeiras impressões foram de uma certa sideração, um certa desorientação, e com isso um incômodo.

Isso não negava a satisfação de iniciar uma tarefa que se apresentava para mim como autenticamente epistêmica e que me permitia recuperar relações com colegas com os quais, no início dos Fóruns, compartilhamos tarefas — por que não dizê-lo? A satisfação de fazer Escola de alguma maneira, num momento em que aquilo que Lacan chama de “inocência nociva”⁹³ toma outras vias de colaboração difíceis.

Espontaneamente me veio a seguinte definição, no primeiro cartel, “o metódico”, eu sentia que de uma forma ou de outra teríamos presentes uma série de momentos estruturalmente ineludíveis que demarcam um análise: demanda, transferência, sintoma sob transferência, fantasia, travessia da fantasia, identificação ao sintoma, passe, fim de análise, luto.

Ocorreu-me definir o nosso cartel de “o cartel por sincronia e corte”. É como se todo o material se apresentasse junto diante de nós, e falávamos do que para cada um chamou a atenção, que a mim parecia em algum momento como uma associação livre grupal, e de repente algo se recortava, iluminando aspectos da lógica do testemunho.

Sentia que isso nos levava rapidamente à questão do final, mas não de uma forma única e totalizadora, e assim se desenhavam um conjunto de dados estruturais que faziam verossímil para cada caso uma conclusão, isto é, permitiam que a resposta chegasse a ser decidível pela nomeação ou não, embora ficassem restos indecidíveis como o sentido de uma determinada frase.

Tudo isso não impedia que fosse se perfilando uma série de traços que, para cada testemunho, constituíam um enquadramento que permitia supor o ato naquele sujeito — o ato, não somente possível, mas provável, que levasse a esse fim que implica, segundo a expressão de Lacan, “o trauma do nascimento do analista”⁹⁴.

No princípio, sentia-me incomodado porque essa forma de trabalhar me parecia que não deixava tudo amarrado e a conclusão não tinha a totalização de uma demonstração lógica, até que aceitei que chegávamos a um instante de concluir, que não implicava nem um “todo totalmente esclarecido”, nem “todos de acordo com tudo”. Entretanto, a conclusão não carecia de legitimidade.

Esse procedimento agora vem me interessando, pois protege, no marco do saber elaborado, um espaço de não saber que torna impossível a existência de um passe “padrão”, que reduziria o passe a um puro semblante. Mesmo que essa aspiração possa instalar-se para além das boas intenções de cada um.

Há uma satisfação, da qual posso testemunhar, que se vincula a esse modo de proceder. Ela conclama a continuidade do trabalho, cada um por sua conta e também com os outros do dispositivo do passe e do conjunto da Escola.

Jacques ADAM
19 de janeiro de 2010

De que satisfação se trata quando ela se refere à escuta dos passes? Solidariedade de um momento compartilhado dessa função importante da Escola? Repetição de um saber entre o que a experiência de cada membro do cartel aprendeu e o que a escuta dos passes nos faz aprender dos outros? É preciso talvez procurar do lado das surpresas que podem reservar os enodamentos diversos da verdade e do real, que podem se ouvir num tal passe graças à surpresa dos próprios passadores e que colocam em relevo modos de satisfação do sujeito na sua relação com os outros, na sua relação com a vida, na sua relação com o desejo do analista, quando ele advém.

O amor pela verdade, tão permanente e tão reconhecível em Freud, segundo Lacan, e inclusive deplorável, não faz nó com o real a não ser pela sua medida comum de impossível a alcançar e a dizer, impossível de ser alcançada pelo dizer. Insatisfação irreduzível. No entanto,

⁹³ J. Lacan, Séminaire, Livre XVI, D'un Autre à l'autre, chapitre VII, Seuil, Paris, 2006, p. 126.

⁹⁴ J. Lacan, Séminaire Livre XVII, L'envers de la psychanalyse, Chapitre VII, Seuil, Paris, 1991, p. 149.

existe o dito. O cartel pode assim tocar na satisfação de uma escuta (pela surpresa) dos passes, seja o que colocam em relevo, seja a prova incompatível do encontro da verdade e do real à qual um sujeito pôde chegar em sua análise ou colocar um termo a isso, seja, ao contrário, que trazem um dizer de verdade que emergiu graças à experiência de sua análise.

O discurso de um passante pode dar a impressão de “fazer mais verdadeiro”⁹⁵ que o discurso de um outro passante. Porém, mais verdadeiro não quer dizer “mais real”, não quer dizer que a verdade “tenha se realizado” em um dizer, dizer recolhido pelos passadores e transmitido aos membros do cartel do passe que “verificariam” esse dizer. O cartel pode, às vezes, ouvir a ressonância do que foi, na análise do passante, um gozo sem fim do inconsciente-linguagem, fazendo desfilar todos os significantes possíveis para satisfazer um desejo de reconhecimento que o dito passante quis fazer os passadores entenderem. Por outro lado, pode haver, ao mesmo tempo, um desconhecimento aplicado do real, que se mostra, por exemplo, numa relação incerta com a identidade ou com o corpo. Fazer verdadeiro não basta para fazer real; marcar com ferro o real (*ferrer le réel*),⁹⁶ para retomar o jogo de palavra de Lacan em seu seminário *L'insu que sait de l'une-bévue s'aïlle à mourre (1976-1977)*. Mas se a verdade só pode ser obtida rigorosamente ao utilizar os significantes até esgotar, não é o caso do real cujo uso é que vai decidir do modo de satisfação. Por exemplo, para saber lidar com seu sintoma.

Poderíamos então até falar de um saber lidar do cartel, que não pode ser independente daqueles dos passadores cuja satisfação talvez também esteja em causa?

Tradução: Maria Victória Bittencourt. Revisão: Antonio Quinet

Contribuição do cartel 2

Assim como a contribuição do Cartel 1, esta contribuição é composta por um primeiro texto redigido por um membro do cartel, ao qual se acrescentam as réplicas redigidas pelos outros membros.

Os membros do cartel 2 são: Sidi Askofaré, Michel Bousseyrroux, Danièle Silvestre (França), Clotilde Pascual (Espanha) e Trinidad de Lander (América Latina – Norte)

Clotilde PASCUAL

Cada passante encontra sua solução

Eu quero tentar falar da experiência que tenho em um cartel do passe e do que estou aprendendo por ter participado deste dispositivo.

Antes de começar, terei que colocar uma premissa: esses cartéis começaram seu trabalho há um ano e este, no qual me encontro, em outubro. Assim sendo, minha participação até agora é modesta. Por outro lado, o número de passes escutados não é muito elevado. Mas eu quero tentar dizer alguns pontos extraídos a partir dos testemunhos escutados.

Primeira parte

Quero começar por dizer, primeiramente, o que eu esperava encontrar na escuta dos passes com relação às questões que eu pesquisava considerando a leitura dos testemunhos publicados, assim como a escuta dos testemunhos públicos dos passes pelos AE.

Uma destas questões é que, seguindo os textos maiores de Lacan sobre a passagem ao desejo do analista no passe e seu dispositivo (o texto de 1967, “A proposição...”, e o texto de 1976, “Prefácio à edição inglesa do *Seminário XP*”), eu constatei que existe uma dificuldade para

⁹⁵ “Faire vrai” (fazer verdadeiro, literalmente em francês) está em oposição a *faire semblant* (fazer semblante, fazer de conta).

⁹⁶ Jogo de palavras entre *faire* e *ferrer*.

cingir no discurso do passante o que pode se referir a este desejo. Para dizê-lo de outra maneira: há poucas observações sobre a entrada na prática analítica e o “por quê” e “como” esta entrada na prática se articula com o passe clínico, assim como as repercussões desta entrada na vida pessoal.

Uma outra questão é que a interpretação do analista não tem nas análises (*dans les cures*) o lugar que eu poderia supor. A análise (*la cure*) se desenrola como se a interpretação do analista não tivesse um lugar particular, sobretudo a que visaria o final da análise (*la fin de la cure*).

Claro que se eu trago essas ideias condensadas é para me perguntar, sobretudo, se essas questões, se estas dificuldades, são devidas ao que se segue:

1. A uma questão de estrutura: talvez eu procure algo que toca em um real difícil de dizer com palavras. O momento do ato que sustenta a passagem a uma posição de analista passa ao esquecimento...
2. A uma questão de doutrina teórica que, até agora, tanto os passantes como os passadores e os membros do cartel do passe têm esperado a confirmação no dispositivo, talvez ao pé da letra (travessia da fantasia com o passe pelo objeto, desejo do analista ligado a esta travessia, identificação ao sintoma...), de conceitos que podem nos fechar com relação a essa teoria.
3. À questão que colocou Colette Soler em sua intervenção durante o Encontro de Escola, em Buenos Aires, dizendo que se o cartel do passe não sabe ler muito bem no discurso do passante o que diz respeito à questão sobre o desejo do analista, talvez seja porque é impossível que o passante possa dizer que objeto ele foi.

Segunda parte

Uma vez colocadas essas questões, eu quero abordar o que eu não esperava, mas tive a surpresa de encontrar, que pude constatar em todo caso.

Eu encontrei o que eu chamaria uma demonstração com relação a uma lógica da análise que se liga, por um lado, a uma lógica significativa do sentido e, por outro, a descontinuidades significantes no discurso do passante com relação a esta lógica. O que põe em relevo e em valor esta descontinuidade são os significantes que, na historização do sujeito, abrem passagem para a historização de analisante a analista. Como nos fez observar Bernard Nominé na abertura do Seminário da Escola em Barcelona, o que tem que ser colocado em valor no passe é a historização que mostra a passagem de analisante a analista, e não somente a do sujeito em análise.

Então, o que faz demonstração, é isso que na lógica da análise se dá a ver, esses significantes que se destacam e que foram como uma surpresa durante a análise para o analisante sob transferência. Surpresa que diz respeito a uma enunciação que se separa da história do sujeito e que toca o real. Claro que somente toca, pois, como diz Lacan no Seminário *Mais ainda*, trata-se de “elucubrações sobre o real”, o que quer dizer que não se pode chegar a dizer o real enquanto tal, e que se trata de elucubrações sobre a língua, em uma só palavra: *lalíngua*. Lacan nos fala a este propósito no Seminário *Mais ainda*: “O Um encarnado na *alíngua* [*lalíngua*] é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento.” Indeciso quer dizer elucubração, aproximação somente.

Trata-se de furos na significação e no sentido, enigmáticos para o próprio sujeito em um primeiro tempo, que fazem transmissão do que foi sua verdade mentirosa colocando um limite a esta, como nos diz Lacan no “Prefácio à edição inglesa do *Seminário XP*”.

Vou tentar dizer um pouco mais. Não é tanto o relato da história do sujeito ou do percurso da análise [*cure*] (que é fundamental) que importa, mas os significantes que surgem, diferentes da articulação significativa. Significantes que condensam um gozo, que mostram algo da fantasia e do sintoma do sujeito e que fazem a plataforma do passe clínico do analisante. Plataforma que regula o gozo e que faz aparecer um saber sem sujeito. O que Lacan chama no primeiro parágrafo do texto do “Prefácio”: “O que se sabe, consigo.”

Nesta plataforma estavam delineados, desde sempre, não sabidos pelo do sujeito (*à l'insu du sujet*), o trauma, o sintoma, a fantasia e, finalmente, o que faz limite para o sujeito com respeito a um real fora do sentido.

Quando o analisante chegou a esse limite, ele mostra que há uma passagem do sofrimento do sintoma ao saber fazer com este sintoma, o que, a partir de Lacan, nós chamamos de identificação ao sintoma. E mesmo se o sujeito não sabe muito bem em que consiste este sintoma, é a história do sujeito que foi orientada por ele. Essa história, quando ela chega ao seu esgotamento, deixa, todavia, restos de gozo (uma redistribuição de gozo) e de transferência que vão permitir uma prática clínica orientada pela ética psicanalítica ou, o que dá no mesmo, orientada pelo desejo do analista.

Assim, a clínica do passe me permitiu pensar uma clínica da variedade sintomática de cada sujeito, que põe em valor sua singularidade e a maneira de encontrar sua solução particular. Não se trata, nesta clínica, de verificar uma verdade do sujeito, coisa impossível, mas de verificar a variedade do sintoma e de seu gozo.

Não é a mesma coisa pensar um sintoma somente na significação e seu sentido, do que situar o gozo que sustenta este sintoma e seus traços a partir destas descontinuidades significantes. Descontinuidades que marcam a relação complicada entre o corpo e o simbólico. Relação que é complicada porque há o real do qual não há tradução direta.

De outro lado, eu penso que o que eu aprendi também na minha experiência no cartel do passe se liga principalmente ao fato de que esta experiência me liberou da ideia de procurar um saber que concerne ao sujeito, que daria a fórmula de seu desejo. É possível que uma certa leitura do texto da “Proposição de 67” me tivesse levado a formular as coisas dessa maneira. A ideia de Lacan na “Proposição de 67” era que o passe clínico era a solução do problema do desejo em termos do desejo do analista. Mas eu buscava, sem me dizê-lo, a solução com um A maiúsculo [A solução], e poder participar de um cartel do passe me permitiu ver as coisas de uma maneira diferente.

A este propósito, Lacan havia dito, em um outro texto de 1976, que na minha opinião completa a “Proposição”, e que é o “Prefácio à edição inglesa do *Seminário XI*”, que as coisas não são tão evidentes no que diz respeito a este saber. Ele nos diz que a análise (*la cure*) freudiana serve para situar o saber dos amores do sujeito com a verdade, mas que justamente o analista resulta da queda destes amores com a verdade, sempre mentirosa. E isto engendra uma decepção que mostra a ruptura entre verdade e real. É nesta ruptura que o sujeito deve atravessar esta decepção. Decepção de não poder se sustentar na verdade mentirosa de sua fantasia, ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de se sentir aliviado da culpabilidade de dever sustentar esta mentira.

Eu lançarei a hipótese de que se há algo a esperar do testemunho de um passante é que ele possa destacar este alívio, produto de uma liberação da mentira de sua vida fantasmática. Liberação que poderá, por um lado, produzir a queda do sujeito suposto saber e, por outro, mostrar a satisfação de uma redistribuição de seu gozo, de modo a encontrar uma solução particular, não A solução.

Essa maneira de compreender o passe produziu em mim uma espécie de perda de algumas certezas ou idealizações (a doutrina que nos enclausura, sem dúvida), mas também uma satisfação, a de tentar compreender a solução particular de cada passante quando não se está mais na ficção de seu caso.

Terceira parte

Para terminar: e o desejo do analista? Eu penso que ele implica nesta separação da mentira da fantasia, a articulação desta travessia entre decepção (onde é evidente que as identificações entraram em falência), o alívio pela liberação da verdade mentirosa de sua fantasia e uma outra satisfação. Articulação que, em razão da redistribuição de gozo, teria forçosamente a ver com a ética do bem-dizer, que se mostraria por um modo de fazer face à prática analítica de uma maneira diferente.

O cartel do passe me mostrou que em cada passe as coisas podem se passar, no sentido de que o passante pode mostrar e transmitir aos outros (passadores) — e por meio destes ao cartel do passe —, alguns pontos cruciais de seu percurso, sobretudo o que diz respeito a sua solução particular ligada a seu desejo de analista (neste caso haverá nomeação de AE). Mas sempre, mesmo fora da nomeação, há um ensino que pode se transmitir ao conjunto da Escola.

O passe mostra que não há universal a procurar, que há achados com relação ao que se pode dizer sobre o saber fazer com a ruptura entre o sentido e o real. Eu me encontro, por causa dessa experiência no cartel, mais próxima da singularidade de cada caso de passe do que da tentativa de fazer “colar” a teoria com a clínica do passante. Por outro lado, o trabalho de cartel é importante, pois se trata de reunir entre todos o que cada um escutou deste passe e de poder chegar a uma conclusão sobre os pontos que foram postos em jogo e mostrados pelo passante. Pontos que, às vezes, podem fazer transmissão de sua historização ligada a sua passagem à analista. Trata-se então, nos casos em que o cartel possa certificar (e não construir no lugar do passante) que este, por seu testemunho (sem dúvida há também fatores conjecturais), pode transmitir seu percurso analítico como analista da Escola.

Texto apresentado durante a Jornada Inter-Póles “Experiências de passe” dos Forums do Campo Lacaniano – França, em Toulouse, 16 de janeiro de 2010.

Répliques

Michel BOUSSEYROUX

24 de janeiro de 2010

Eu concordo inteiramente com o que Clotilde desenvolve e argumenta em sua exposição de 16 de janeiro. Sim, houve para mim também algo inesperado no que ouvi dos testemunhos recebidos no nosso cartel do passe. Sim, estes são bem, como disse Clotilde, as *descontinuidades significantes* na historização da análise que vieram fazer, como surpresa, a prova pelo inconsciente real do passe.

No que diz respeito ao passe sobre o qual nosso cartel se pronunciou por uma nomeação de AE — passe que se pode qualificar de passe por *lalíngua* e mesmo de passe *a lalíngua* — eu quero acentuar aqui o laço que notamos imediatamente entre a intervenção do analista da passante e estas descontinuidades significantes surgidas em dois momentos, identificados como tais no testemunho do passe clínico e do fim clínico. Eu acho notável que essas duas intervenções tenham tido por característica, a seu modo, de *apressar concomitantemente o tempo e o dizer*. O fato é que elas tiveram um efeito de ativação na sobrevivência de uma descontinuidade significativa, seguido de um novo dizer da análise.

Em uma das intervenções, a que provocou a descontinuidade significativa do passe clínico, o analista opera como o mais-de-tempo (*plus-de-temps*), do tempo que apressa e que pesa. Como objeto *a*, ele parece ter sido o peso não marcado do tempo que faz o fiel da balança do passe ao real e de onde sai, das profundezas de *lalíngua* da infância, a descontinuidade significativa do um de gozo sem sentido a partir do qual a fantasia pôde se demonstrar e o sintoma se decifrar.

Uma segunda intervenção do analista ativou o passe, que eu direi de bom grado, final, pois é a partir de sua segunda descontinuidade significativa que se manifestou, por reviramento do horror de saber em satisfação, o afeto do fim. Ela consistia na insistência por parte do analista para que a analisante dissesse *quem* havia atrás da porta num sonho repetido, que desde a infância tinha ficado resolutamente fechado sobre nada. Este “quem”, que termina por se dizer, terá aberto uma passagem ao real como tampão do inominável.

Escutar esse passe me ensinou muito — escutar os que não resultaram em nomeação também. Ele me ensinou em particular sobre este entre passe e fim, que é *o tempo do fim* como

tempo necessário para que o fim satisfaça, assim que sobre a segunda volta⁹⁷ de passe que é o passe de fim, a medida em que o fim se enoda aí, em retorno, ao passe. Pois, para que o ato seja apreendido do real em jogo no passe clínico, é necessário o só depois daquilo que, no final, mais além do horror, satisfaz.

Danièle SILVESTRE

Após Clotilde e Michel, eu comunico-lhes algumas observações e meu acordo com as deles. A questão que me preocupa é a de saber o que funda a decisão (e assim a resposta) de um cartel do passe. Os três primeiros passes recebidos pelo nosso cartel resultaram em uma resposta positiva com nomeação de AE. É interessante examiná-la porque, em geral, o sim se deduz com certeza dos testemunhos dos passadores, ao passo que quando um cartel não decide nomear um passante AE, não é seguro que o passante e/ou seus passadores não tenham podido apreender a coisa; pode ser que a falha esteja na transmissão em si, e não necessariamente nos ditos do passante. Dito de outra maneira, uma incerteza pode gerar um não aonde um sim deve se afirmar sem ambiguidade.

A experiência anterior que eu tive de outros cartéis do passe, além do fato de que ela terminou de maneira brutal, carregando ademais consequências em nível institucional, convenceu-me de que o dispositivo inventado por Lacan pode funcionar, com a condição de que as pessoas que estão engajadas nele não lhe façam obstáculo (cf. o que dizia Lacan em 1980: “eu não espero nada das pessoas e alguma coisa do funcionamento”). Eu esperava provavelmente nesta nova experiência me assegurar sobre um funcionamento possível do dispositivo. E é uma satisfação constatar: sim, o que Lacan concebeu com esse dispositivo de duas entradas (dois passadores e dois níveis de relato, o do passante e o dos passadores) para balizar alguma coisa quase indizível e efêmera “como um clarão”, isso pode funcionar! Que alívio, então, que satisfação!

Uma vez as condições postas em seus devidos lugares, o cartel pode reconhecer e autenticar o passo atravessado, por pouco que o passante o tenha situado: que ele distinga um antes e um depois pelas modificações produzidas sobre o sintoma, a fantasia, a vida em si, e sobre o curso de sua análise ou sua tonalidade; ele não fala mais repetidamente da mesma coisa ou reconstrói distintamente sua historização etc. Por pouco também que os passadores tenham recolhido um testemunho, que eles tenham assim funcionado como um filtro, uma peneira, ou seja, o que retém o precipitado — no sentido químico — do que foi depositado nos ditos do passante. O cartel não faz mais do que o receber tal qual, pois uma grande parte do trabalho já foi feita quando ele intervém no dispositivo: extraído do relato de sua análise (*cure*) pelo passante, uma virada crucial foi transmitida aos passadores, algumas vezes de modo extremamente depurado.

Este núcleo duro em torno do qual é construída a historização do sujeito no passe é uma outra montagem do que aquela que a neurose tinha construído; ela é extraída de seu trabalho analisante e constata-se a incidência das intervenções do analista que marcam o percurso; é um real, ou um misto a partir de um significante recalçado, algumas vezes extraído de *lalíngua*, um misto de simbólico e de real cujos efeitos sobre o corpo são patentes (inibição, sintoma, angústia). É o que Clotilde Pascual indica, creio, por “descontinuidades significantes”. Efeito terapêutico, certamente, mas não apenas, quando um tempo depois o analisante, pressionado (*pressé*) pelo analista a dizer mais a propósito de um sonho, levanta um véu sobre a outra parte de sua fixação a um ser impedido de viver e de saber por quê: efeito de revelação que conduzirá ao fim da análise, não sem que a passagem a analista o acompanhe. Difícil aqui dizer mais: toca-se o horror de saber e a questão da morte, um mais além do efeito terapêutico obtido pelo levantamento (*levée*) de um recalque.

⁹⁷ “O fim da análise é quando se fez duas vezes a volta ao redor, ou seja, reencontrado aquilo do qual se é prisioneiro.” J. Lacan, “O momento de concluir”, 10 de janeiro de 1978.

Uma palavra ainda para completar o que eu dizia no início deste texto. Pode acontecer que os relatos dos passadores tornem palpáveis as dificuldades a captar um ou alguns momentos vivos no testemunho que eles ouviram, ou até mesmo que eles sejam tentados a dar uma mãozinha (*d'y ajouter leur "patte"*) ou algumas deduções interpretativas. Isto não substitui a extração desse núcleo particular, mas, ao contrário, assinala a falta e onde o excesso de ditos marca o lugar vazio.

Trinidad SANCHEZ-BIEZMA DE LANDER
Janeiro de 2010

Fazer a experiência do final de análise não é um assunto de consciência, não é tampouco a imersão em uma totalidade. Nós podemos dizer que é no final que a aposta é mais forte, pois ela implica um passo diferente: o passe. É um passo em direção a uma maneira de fazer que fala de um antes e de um depois.

É uma evidência que os cartéis do passe corroboram que há momentos de passagem durante uma análise. O passe capta (*cerne*) um momento conclusivo com a inscrição, por um lado, de alguma coisa de diferente, de singular, e, por outro, do incurável, do que não cessará de fazer retorno.

Um dos testemunhos ouvidos pôde transmitir um desses passos inéditos. As condições que produziram essa solução foram sustentadas pela intervenção, pela pressão [*poussée*] de seu analista que a passante não deixou passar.

A passante nos mostra de uma maneira muito clara um sujeito parado diante de uma cena que fixa, que cativa. Não é por acaso que Freud o localizou na fantasia masoquista, na qual se pode ver o sujeito vítima da estrutura e que Lacan assinala que a barra sobre o sujeito, S barrado, é o chicote de "Bate-se numa criança."

A fantasia é concebida como uma ilusão, uma construção necessária da estrutura, e seu desvelamento é necessário na análise (*cure*). Este caso nos mostra uma fantasia fascinante, um horror ofuscante que atualiza seus temas e que suscita suas angústias.

O momento do passe clínico mostra o que se atravessa. É um passo mais além, empurrado pelo analista, quando este coloca a questão: "O que é que há atrás da porta?" Abrir a porta é o passo em direção ao saber, é atravessar a tela da fantasia que enoda uma imagem, uma significação e um gozo traumático. Gozo que se obtém na perenidade da fantasia à qual ela se acreditava assujeitada. Nós podemos dizer que este caso exemplifica como a fantasia veste o gozo. O sujeito situado diante da porta vacila. É uma vacilação que o analista corta com sua interpretação. É um ato que consegue fazer passar, fazer o sujeito atravessar um umbral.

O atravessamento da fantasia em si mesmo não é, na minha opinião, uma prova suficiente do final de análise, se ele não for acompanhado de consequências experimentadas pelo passante. Sem o registro da consequência, não pode haver uma conclusão. No caso que me ocupa, após haver atravessado o umbral, há um tempo que começa, a partir do qual se podem extrair conclusões sem a premissa que a fixava sempre na mesma interpretação, sem esse gozo que operava como um peso e que permanecia em mobilidade (*qui restait mobilité*).

A partir deste momento, há o ressurgimento de pulsões de vida, alívio, mas também de sentimentos de responsabilidade com relação a sua prática como analista, podendo viver esta prática de uma maneira diferente. Há passes que podem conseguir transmitir de maneira convincente esse momento de passe e os efeitos produzidos na vida posterior com a emergência de um desejo novo.

A emergência do desejo do analista se conjuga com a queda de uma crença, queda que é ligada à passagem, ao atravessamento do plano das identificações. A travessia desaloja o saber da doutrina e faz aparecer um outro tipo de saber ligado ao surgimento do real que se impõe.

Enquanto eu escutava este testemunho, eu me recordei de um velho conto. Trata-se do relato de Saki⁹⁸, “A janela aberta”. Eu não sei se vocês se lembram, é uma historia que é exemplar, pois ela põe em imagens a ideia de que se se transforma o argumento significante do real, pode-se mudar seu valor ou seus efeitos. Para mim, um final de análise tem a ver com essa possibilidade, sem dúvida alguma.

Sidi ASKOFARÉ

As réplicas precedentes ao texto de Clotilde Pascual extraíram o essencial do que nos ensinou nosso trabalho de cartel em torno dos três passes que nós tivemos para examinar. Meu acordo total com o texto de Clotilde Pascual e as réplicas de Danièle Silvestre, Michel Boousseyroux e Trinidad Sanchez-Biezma só pode me conduzir, por assim dizer, a falar de outro modo a mesma coisa.

Desta experiência compartilhada, eu reterei quatro pontos.

O trabalho em torno destes três passes e, sobretudo no só depois do terceiro, no qual houve nomeação, me fornece um ensinamento que minhas participações precedentes em cartéis do passe não me tinham deixado entrever: a que ponto o passe autenticado — e não verificado — por nosso cartel esclarece e demonstra que o passe é realmente uma experiência, e não uma experimentação. É sem dúvida por isso que é vão querer reencontrar nos testemunhos o que nós já sabemos — esquecendo aliás, que “saber, é sempre crer saber”, segundo a fórmula de Lacan — ou a realização de um percurso analítico ideal que não existe. Desse ponto de vista, junto-me ao que meus colegas salientaram, a saber: que só há passe singular. O que é de toda maneira assegurador (*rassurant*) provar que nós estamos no discurso analítico e não em um dispositivo de avaliação!

O segundo ensinamento que eu retenho se relaciona ao que este trabalho sobre o passe me ensinou sobre a incidência e algumas vezes o caráter bem determinado do desejo e do ato do analista que dirigiu a cura do futuro passante. No caso onde nosso cartel procedeu a uma nomeação, isso apareceu muito claramente através de dois atos de seu analista: a designação da futura passante tão logo seu passe clínico foi constatado, e uma manobra ajustada do tempo — função da pressa — para tornar efetiva seu passe ao real, do lado da fantasia.

O terceiro ensinamento que eu tirei dessa experiência é a verificação de que não há sequência-tipo do passe. Com efeito, nós pudemos apreciar como um passe clínico indiscutível foi localizado e transmitido vários anos após o final da análise e da separação do analista, ao passo que o desejo do analista só foi autenticado mais tarde, no decurso do exercício da função de analista e do engajamento no procedimento do passe como passante.

O quarto e último ensinamento que eu reteria de minha participação neste trabalho de cartel diz respeito à importância do dispositivo do cartel (*versus* grupo) para realizar o trabalho que é esperado do passe. A estrutura e a lógica do cartel o tornam perfeitamente apropriado a uma colocação à prova da *doxa*; é assim que eu compreendo porque — e esta foi uma de minhas grandes satisfações neste trabalho — nós fomos levados a trocar, às vezes longamente, para nos explicar e fundamentar o máximo possível nossos acordos e desacordos. Isso é, a meu ver, uma demonstração da viabilidade da Escola internacional e a vantagem que comporta uma certa “heteridade” do cartel.

Tradução: Elisabete Thamer. Revisão: Graça Pamplona

⁹⁸ Saki: H. H. Munroe, humorista inglês.

Próximos eventos

6º Encontro internacional dos Fóruns
2º Encontro internacional
da Escola de Psicanálise do Campo lacaniano

Tema: O mistério do corpo falante

Responsáveis pelo Encontro: **Mario Binasco e Diego Maltino**

Datas:

Sábado, 10 e domingo, 11 de julho de 2010: VI Encontro internacional da IF

Sexta-feira, 9 de julho de 2010: II Encontro de Escola

Segunda-feira, 12 de julho: As assembleias da IF e da Escola

Local: ROMA

Complesso monumentale di San Michele a Ripa Grande, Via di San Michele,
22 00153 Roma (Trastevere) – Itália

Contato:

www.champlacanian.net

e-mail: fclroma2010@gmail.com

Apresentação do tema

Por Colette Soler

“... O homem é uma doença mortal do animal...”
Kojève, *Introdução à Leitura de Hegel*, 2ª edição.

O mistério do corpo falante: a expressão vinda do Seminário *Encore (Mais, Ainda)* é própria à veia de Lacan: ela projeta o brilho de seu cristal lingüístico muito aquém dela mesma para ressaltar-se muito além.

Aquém, principalmente por se exercer numa cultura que produziu o “mistério da encarnação” e do verbo que “se fez carne”, mas também aquém de seu próprio ensino, redutor de mistério, se é que ele o fez. Pois, a operatividade reconhecida da palavra, ele soube fazê-la bascular do campo religioso em direção ao da estrutura da linguagem: lá onde o “isso fala” do inconsciente pode dar uma resposta que não seja inefável. Qual melhor lugar do que a bela cidade papal de Roma para colocá-la no banco dos réus?

Mais além, o que se perfila não é um ressalto de uma tese já clássica, mas um novo passo de saber em direção, paradoxalmente, a um mistério ateu que extirpa da palavra sua dimensão religiosa.

Porque o que anuncia a expressão seria antes uma singular... biologia, que diz respeito a um outro real que aquele de que se ocupa as ciências da vida, um real que, entretanto, não se impõe menos à experiência e que somente a psicanálise permite ter acesso.

Se há mistério, não é o da palavra que se faz carne, mas o da carne que fala. Oscila, pois. Certamente, ela não o faria se não tivesse tomado a voz do inconsciente, como Lacan sublinha em “L’étourdit”,⁹⁹ e nesse sentido seus enigmas não são simplesmente os da vida, mas da propriedade do vivo, que se chama gozo (*jouissance*), que se distingue da questão das homeostases do organismo, o qual o biólogo ignora essencialmente, apesar dos estudos sobre a dor, e do qual o psicanalista faz seu objeto, já que são falantes.

⁹⁹ J. Lacan, “L’étourdit”, *Scilicet* 4, Seuil, 1972, p. 20.

Da “biologia freudiana”, como Lacan a nomeou, se poderia imaginar que, com seu vocabulário da vida e da morte, correspondesse às inquietações da ciência biológica, hoje muito triunfante, veja a famosa fórmula de Bichat. É, entretanto, o erro que Lacan tentava denunciar qualificando-a de... freudiana.

Nem Eros e nem Tânatos são dados da experiência, Freud mesmo os formulou assim, suas pulsões de vida e de morte são herdeiras do campo livre deixado ao pensamento analítico quando se confronta com os enigmas, estes, muito bem experimentados, da repetição no que ela comporta, ao mesmo tempo, de entropia e de insistência de gozo.

Eu digo pensamento, Lacan, em 1964, disse “mitologia” a propósito da teoria das pulsões, e acrescentou que elas não são uma remissão ao irreal, pois “é o real que elas mitificam, comumente, mitos”¹⁰⁰ — subentendido, pelo erro de não chegarem aí pelas vias da linguagem. Esse termo mitologia seria, creio eu, uma forma de elevar a dignidade epistêmica do delírio freudiano. Provavelmente, na ocasião do *Encore*, ele teria antes dito “elucubração” a fim de marcar a distância mantida do real impensável, esta distância que o termo mistério inscreve justamente na expressão “mistério do corpo falante”. Em todo caso, quer seja mitologia ou elucubração, isso deveria prevenir a aplicação sem a mediação da dita pulsão de morte freudiana, aporia conceitual se o é, aos verificáveis imediatos da clínica, e, sobretudo, confundida com a simples disposição à agressão, quer seja dirigida contra o outro ou contra si. Curiosamente, Lacan mais que Freud multiplicou as referências diretas aos registros efetivamente biológicos, ditos os enigmas da vida, (*Zoé*), longe de negligenciar o nome do simbólico ou de confundi-las com *Bios*. Sobre três pontos essencialmente: nascimento, mortalidade, e sexo. É, primeiramente, a “prematuridade do nascimento”, à qual se faz condição real, entendamos vital, da abertura à linguagem. E depois, a morte individual nas espécies se reproduzindo pelas vias do sexo, e que lhe parece duplicar do lado biológico a perda dada à linguagem. Enfim, é claro, a “bissexualidade biológica”,¹⁰¹ macho fêmea, ela, bastante acentuada por Freud, mas que não faz nem o homem nem a mulher, e que impõe ao discurso produzir nos falantes “duas metades”, como disse em “L’*étourdit*”,¹⁰² homólogo à *sex ratio* que sustenta a reprodução da vida — sob a reserva do que a ciência nos promete hoje em matéria de reprodução.

A expressão “mistério do corpo falante” está, contudo, em outro nível, o que deveria surpreender tendo em vista o que precede das teses lacanianas, este “mistério” mais do corpo falante. Na medida em que a frase inteira redobra a ênfase: “o real, eu diria, (...), é o mistério do inconsciente”.¹⁰³ Eis a última subtração do registro do Simbólico e reservado ao registro do enigma. Como uma novidade, esta decididamente é.

Poder-se-ia colocar no programa das elaborações sucessivas de Lacan, tentando pensar a tomada sobre o corpo substância do “isto fala” do inconsciente. Elas não datam do Seminário *Encore*. Seguindo principalmente as definições de pulsão, do sintoma e da relação sexual. Da pulsão que faz eco ao dizer da demanda, e pela qual “eu falo com meu corpo”, que diz o que “eu” quero e, por conseguinte, o que lhe falta. Do sintoma, “evento do corpo” no encontro das palavras com o gozo. Da relação sexual que o palavrório convoca incessantemente, mas sem jamais alcançar escrevê-la.

Mais interessante ainda do que seguir seus passos sucessivos seria ver o que se avançou radicalmente como inédito com esta expressão. Ela é solidária a todas as novidades que a cercam no texto de *Encore*. Eu lembro alguns enfoques: o inconsciente que se decifra é “elucubração”, hipotética; *lalangue*, que não é uma estrutura, só passa à linguagem, ao “saber” falado, por sua coalescência com o gozo, segundo as contingências individuais. Daí, os enfoques trazidos pouco depois em “o inconsciente real”, encarnado, desconectado do sentido do sujeito, na redução da verdade e na promoção do termo “*parlêtrè*”, sem se falar do *sinthome*. Eis, sem dúvida, o que

¹⁰⁰ J. Lacan, “Du Trieb de Freud”, *Ecrits*, Seuil, 1996, p. 853.

¹⁰¹ J. Lacan, “L’*étourdit*”, *op. cit.*, p. 12 e 19.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ J. Lacan, *Encore*, Seuil, 1975, p. 118.

Wunsch nº 8

convém desdobrar e ilustrar clinicamente, não sem tirar disto as diversas consequências do que se refere, principalmente, aos limites da visada do saber, à possibilidade da transmissão, ao passe do fim de análise e ao analista que ela requer.

28 de fevereiro de 2009.

Tradução: Rosanne Grippi. Revisão: Olympio Xavier

Comitê científico:

Ele é composto por membros de instâncias internacionais, Colégio de representantes da IF, Colégio de animação e de orientação da Escola, Colégio internacional da garantia, guardados pelas diversas zonas linguísticas e seus representantes. Ele compreende:

Os dois presidentes do Encontro:

Binasco Mario

Mautino Diego

Menès Martine (suplente)

Quatro membros do CRIF:

Fingerman Dominique (Brasil)

Lopez Lola (Espanha)

Maiocchi Maria Teresa (Itália)

Strauss Narc (França)

Quatro membros do CAOÉ:

Farias Florência (Argentina)

Monseny Josep (Espanha)

Quinet Antonio (Brasil)

Soler Colette (França)

Dois secretários saídos do CIG 2006-2008:

Izcovich Luis (França)

Muñoz Patrícia (Colômbia)

As Jornadas de EPFCL-Brasil/AFCL

Sobre o tema: **“O sintoma, sua política, sua clínica”**

Acontecerão em 29, 30 e 31 de outubro e 1º de novembro

Em Fortaleza, Ceará,

no Hotel Praia Centro.

Av. Monsenhor Tabosa, Praia de Iracema

Coordenação Nacional:

Sonia Alberti,

Consuelo Pereira de Almeida e

Georgina Cerquise

Coordenação Local:

Andréa Rodrigues e

Sandra Mara Nunes Dourado

Coordenação da Comissão Científica:

Lia Carneiro Silveira

Informações:

[55][21] 2286-9225 / telefax [55][21] 2537-1786

E-mail: fclrj@fcclrio.org.br/informações

com *Célia da Silva*

Editorial	1
O Primeiro Encontro de Escola	
1. Incidência do passe nas análises	
1ª sequência	
Jacques Adam, <i>Deixar passar</i>	2
Silvia Fontes Franco, <i>O passe não é o que se espera</i>	5
2ª sequência	
Michel Bousseyroux, <i>Passe e fim pelo nó</i>	8
Trinidad Sanchez-Biezma de Lander, <i>O passe : um passo para a transmissão</i>	10
2. Como se nomeia um AE?	
1ª sequência	
Antonio Quinet, <i>A variedade do passe</i>	14
Colette Soler, <i>As condições do ato, como reconhecê-las?</i>	18
2ª sequência	
Sol Aparicio, <i>A ignorância dos cartéis</i>	21
Gabriel Lombardi, <i>Rumo a um dispositivo do passe efetivamente praticável</i>	24
3. A Escola, condição de possibilidade do funcionamento do passe	
1ª sequência	
Mario Binasco, <i>Para dar satisfação, uma Escola do passe</i>	28
Gladys Mattalia, <i>A Escola: campo de possibilidades, construção de um saber sobre a impossibilidade</i>	32
2ª sequência	
Jose Monseny, <i>De a-escola a A Escola e retorno</i>	36
Marc Strauss, <i>O saber suposto na Escola</i>	40
4. Repercussões dos ensinamentos (dos Fóruns e dos Colégios clínicos) sobre a Escola	
1ª sequência	
Sidi Askofaré, <i>Ensinamentos da psicanálise. Quais visadas? Quais efeitos?</i>	43
Sonia Alberti, <i>Como a Escola orienta o ensino da psicanálise na Universidade?</i>	56
2ª sequência	
Colette Chouraqui-Sepel, <i>Uma escola, não sem clínica</i>	49
Vera Polo, <i>A Escola moebiana</i>	51
Trabalhos dos cartéis do passe 2008-2010	
Primeira contribuição do cartel 1	
Colette Soler, 2 de janeiro de 2010, <i>As satisfações de passes?</i>	54
Réplicas	
Sol Aparicio, 9 de janeiro de 2010	56
Martine Menès, 11 de janeiro de 2010	57
Antonio Quinet, 14 de janeiro de 2010	58
Pep Monseny, 19 de janeiro de 2010	58
Jacques Adam, 19 de janeiro de 2010	59
Contribuição do cartel 2	
Clotilde Pascual, <i>Cada passante encontra sua solução</i>	60
Réplicas	
Michel Bousseyroux, 24 de janeiro de 2010	63
Danièle Silvestre	64
Trinidad Sanchez-Biezma de Lander, janeiro de 2010	65
Sidi Askofaré	66
Próximos eventos	67

Wunsch 8 foi editado pelo CAOE 2008-2010

composto por :

Florencia FARIAS

Jose MONSENY

Antonio QUINET

Colette SOLER

Edição brasileira: Rosanne Grippi